



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

LUCIANA BARRETO DINELLI

**OS DISCURSOS SOBRE USOS E USUÁRIOS DE MACONHA NA FOLHA DE S.
PAULO ENTRE AS DÉCADAS DE 1980 E 1990**

São Cristóvão/SE

2025

LUCIANA BARRETO DINELLI

**OS DISCURSOS SOBRE USOS E USUÁRIOS DE MACONHA NA FOLHA DE S.
PAULO ENTRE AS DÉCADAS DE 1980 E 1990**

Dissertação de mestrado desenvolvida para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientação: Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa

BANCA EXAMINADORA

Dr. Ivan Fontes Barbosa (Orientador)

Universidade Federal de Sergipe

Dr. Péricles Morais de Andrade Junior

Universidade Federal de Sergipe

Dr. Evaldo Becker

Universidade Federal de Sergipe

São Cristóvão/SE

2025

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

D583d Dinelli, Luciana Barreto
Os discursos sobre usos e usuários de maconha na Folha de S. Paulo entre as décadas de 1980 e 1990 / Luciana Barreto Dinelli ; orientador Ivan Fontes Barbosa. – São Cristóvão, SE, 2025.
125 f. : il.

Dissertação (mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2025.

1. Sociologia. 2. Maconha. 3. Biopolítica. 4. Folha de S. Paulo. I. Barbosa, Ivan Fontes, orient. II. Título.

CDU 316.334:070:582.635.38

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus por ter me permitido seguir a profissão que escolhi, e com isso contribuir para que o mundo seja um lugar melhor e de mais compreensão.

Também agradeço à toda a minha família pelo suporte e apoio em todas as horas. Em especial ao meu avô Paulo Barreto, por me ensinar que o estudo é a nossa única ferramenta de mudança de realidade.

Ao meu marido, Luiz Eduardo, por todo amor, apoio e confiança. Não seria possível chegar até aqui sem seu suporte.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ivan Fontes Barbosa, pela orientação, trabalho em equipe e pela confiança em meu trabalho. E aos demais professores do PPGS pelos quais passei, pois todos tem sua contribuição nesta pesquisa.

Agradeço também aos meus amigos de dentro e fora do PPGS, pois cada um à sua forma me ajudou a chegar neste lugar.

RESUMO

A presente dissertação consistiu em um estudo sobre os discursos acerca dos usos e usuários de maconha veiculados no jornal A Folha de S. Paulo entre as décadas de 1980 e 1990. Teve como objetivo analisar tais discursos e suas relações com a cruzada moral que levou ao reforço das imagens criminais e psicotrópicas sobre os usos e usuários no Brasil. Utilizamos como coordenadas teóricas as instruções de Howard Becker, acerca da criação e imposição de regras e rotulação dos usuários, e as apresentadas pelo viés das estratégias biopolíticas de controle da população, levando em conta a análise de discurso segundo Michel Foucault. Para tanto, buscamos na sessão Acervo do *site* Folha de S. Paulo matérias e reportagens que citam a palavra “maconha”, a fim de mensurar as imagens que estas palavras produziam neste momento. Categorizamos os conteúdos em quatro categorias: violência, tráfico, normalização e humor. A circunscrição das dimensões ligadas ao *tráfico* e a *violência* nos possibilitaram compreender o discurso do veículo como alinhado à necropolítica contra os usuários, relacionando-os a estereótipos negativos, evidenciando os aspectos raciais, socioeconômicos e georreferenciais destes indivíduos. A categoria *normalização*, por outro lado, remete a uma tensão no imaginário sobre os aspectos positivos do uso de maconha por parte dos indivíduos de classe média, afinal os empreendedores morais passaram a conviver com o uso de maconha em seus círculos sociais. A classificação *humor*, por outro lado, traz a banalização do usuário e a falta de seriedade ao se tratar da questão da descriminalização da maconha. Concluímos, portanto, que o posicionamento da Folha no período investigado, assumiu uma feição conservadora que endossou a intuição que legitimou o uso do emprego da violência e da estigmatização dos usos e usuários, em especial, os das classes populares com marcadores raciais e ligados a modalidade de trabalho precário e vulnerável.

Palavras-chave: Folha de São Paulo; maconha; discurso; biopolítica; empreendimento moral.

ABSTRACT

This dissertation presents a study of the discourses on marijuana use and users disseminated in the newspaper *Folha de S. Paulo* between the 1980s and 1990s. It aims to analyze such discourses and their relationship with the moral crusade that reinforced criminal and psychotropic representations of marijuana use and users in Brazil. The theoretical framework draws on Howard Becker's conceptualization of rule creation, rule enforcement, and user labeling, alongside the biopolitical strategies of population control, informed by Michel Foucault's discourse analysis. The empirical corpus was constructed through a systematic search of the *Folha de S. Paulo* digital archive (*Acervo*), retrieving articles and news reports containing the term "maconha" (marijuana), with the purpose of mapping the imagery produced by such representations during the period under examination. The collected material was organized into four analytical categories: violence, drug trafficking, normalization, and humor. The prevalence of content associated with drug trafficking and violence allowed us to identify the newspaper's discourse as aligned with a necropolitical stance directed against marijuana users, associating them with negative stereotypes and foregrounding racial, socioeconomic, and georeferenced markers of these individuals. The normalization category points to a tension within the social imaginary regarding the perceived positive dimensions of marijuana use among middle-class individuals, given that moral entrepreneurs had begun to coexist with marijuana consumption within their own social circles. The humor category reveals a trivialization of the marijuana user and a lack of seriousness in addressing the question of decriminalization. It is concluded that *Folha de S. Paulo*'s editorial stance during the investigated period assumed a conservative character, endorsing the rationale that legitimized the use of violence and the stigmatization of marijuana use and users, particularly those from lower-class backgrounds bearing racial markers and engaged in precarious and vulnerable forms of labor.

Keywords: Folha de São Paulo; marijuana; discourse; biopolitics; moral entrepreneurship.

RESUMEN

Esta disertación consistió en un estudio de los discursos sobre los usos y usuarios de marihuana difundidos en el periódico Folha de S. Paulo entre las décadas de 1980 y 1990. Tuvo como objetivo analizar dichos discursos y sus relaciones con la cruzada moral que condujo al reforzamiento de las imágenes criminales y psicotrópicas sobre los usos y usuarios en Brasil. Se utilizaron como coordenadas teóricas las indicaciones de Howard Becker sobre la creación e imposición de reglas y la rotulación de los usuarios, así como las ofrecidas por la perspectiva de las estrategias biopolíticas de control de la población, tomando en cuenta el análisis del discurso según Michel Foucault. Para ello, se buscaron en la sección "Acervo" del sitio web de Folha de S. Paulo artículos y reportajes que mencionaran la palabra "marihuana", a fin de mensurar las imágenes que estos textos producían en aquel momento. Los contenidos se clasificaron en cuatro categorías: violencia, tráfico, normalización y humor. La circunscripción de las dimensiones vinculadas al tráfico y a la violencia permitió comprender el discurso del periódico como alineado con la necropolítica contra los usuarios, relacionándolos con estereotipos negativos y poniendo de relieve los aspectos raciales, socioeconómicos y georreferenciales de estos individuos. La categoría de normalización, por su parte, remite a una tensión en el imaginario acerca de los aspectos positivos del consumo de marihuana por parte de los individuos de clase media, toda vez que los emprendedores morales pasaron a convivir con el consumo de marihuana en sus propios círculos sociales. La categoría de humor revela la banalización del usuario y la falta de seriedad al abordar la cuestión de la descriminalización de la marihuana. Se concluye, por tanto, que el posicionamiento de Folha de S. Paulo en el período investigado asumió un carácter conservador que respaldó la lógica que legitimó el recurso a la violencia y la estigmatización de los usos y usuarios, en especial los de las clases populares, con marcadores raciales y vinculados a modalidades de trabajo precario y vulnerable.

Palabras clave: Folha de S. Paulo; marihuana; discurso; biopolítica; emprendimiento moral.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – COMO SE DEU A PROIBIÇÃO DA MACONHA NO BRASIL SOB OS ARGUMENTOS DE MICHEL FOUCAULT, HOWARD BECKER E ERVING GOFFMAN	20
1.1 BIOPOLÍTICA, BIOPODER E DISCIPLINA EM MICHEL FOUCAULT	20
1.1.1 A imprensa trabalhando a favor da biopolítica	24
1.1.2 Biopolítica no Brasil: os maconheiros e a vadiagem	27
1.2 A CRIAÇÃO E A VIOLAÇÃO DAS REGRAS EM HOWARD BECKER	31
1.2.1 Imposição de regras e empreendimento moral no caso da proibição da maconha no Brasil	35
1.3 A CONSTRUÇÃO DE ESTIGMAS EM ERVING GOFFMAN E O HIGIENISMO BRASILEIRO	38
CAPÍTULO 2 – O PROTECIONISMO MÉDICO, A IMPRENSA BRASILEIRA E A FOLHA DE S. PAULO	48
2.1 SABERES MÉDICOS EM CONFLITO E O DISCURSO DA IMPRENSA	48
2.2 FOLHA DE S. PAULO: HISTÓRICO E POSICIONAMENTOS	53
CAPÍTULO 3 – O DISCURSO DA FOLHA DE S. PAULO SOBRE OS USOS E USUÁRIOS DE MACONHA: OBSERVAÇÕES EMPÍRICAS	59
3.1 DADOS QUANTITATIVOS	59
3.2 VIOLÊNCIA	61
3.3 TRÁFICO	70
3.4 NORMALIZAÇÃO	74
3.5 HUMOR	80
4 – CONCLUSÃO	87

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	91
ANEXOS	95

1 – INTRODUÇÃO

No 16 de janeiro 1980, em Tóquio, Japão, o cantor britânico Paul McCartney foi preso portando aproximadamente 225g de maconha ao tentar entrar no país. Em viagem para apresentar o show de sua banda, *Wings*, McCartney passou 9 dias em detenção (Menta, 2026).

Este fato teve uma repercussão enorme na imprensa internacional, também sendo coberto por diversos veículos no Brasil. Entre eles, a Folha de S. Paulo.

Assim, a Folha publicou um grande número de reportagens narrando o fato. Inclusive trazendo informações sobre como o artista estava sendo tratado na prisão. Em uma delas, por exemplo, ficamos sabendo que McCartney supostamente gozou de alguns privilégios em relação aos outros detidos.

As matérias sobre este caso foram veiculadas no caderno *Folha Ilustrada*, onde constavam notícias de entretenimento. A situação de McCartney será explorada adiante na pesquisa.

No ano de 2022, apresentei meu Trabalho de Conclusão de Curso sob o título “*Do preconceito à criminalização: análise das representações dos usos e usuários de maconha na imprensa nas décadas de 1950 e 1960*”. De acordo com os resultados obtidos, percebo que o tratamento dado pelo jornal à prisão por porte de maconha¹ de um indivíduo branco difere quando se trata do mesmo crime cometido por alguém que corresponde a outros marcadores sociais.

Para entendermos o porquê da diferença de abordagem entre usuários da mesma substância, bem como o tratamento que Folha dava em geral às notícias relativas aos usos e usuários de maconha, devemos compreender o papel fundamental da comunicação. Ela é um fator estritamente necessário para a sobrevivência da espécie humana:

Sabemos que a comunicação foi extremamente necessária para a evolução da espécie humana, pois por meio dela conseguimos não só desenvolver a tecnologia, mas também transmiti-la por meio da oralidade. E tal salto em nossa evolução também inclui a criação e propagação de regras sociais,

¹ Dentro no recorte histórico desta pesquisa, o porte de qualquer quantidade de maconha era considerado crime no Brasil.

crenças e saberes no campo do discurso de acordo com o aumento de nossa capacidade de aprendizagem, tornando os códigos cada vez mais complexos. (Defleur e Ball-Rokeach, 1993, p. 32)

De antigos escritos, passamos pela Idade da Imprensa (Alemanha, 1455) até chegarmos na atual Era da Comunicação de Massa, iniciada no início do século XX, com a popularização dos jornais, do telefone, televisão, e, no atual momento, da Internet (Idem, P. 33).

Segundo Defleur e Ball-Rokeach, (1993, p. 109), surgiram em 1621, na Inglaterra os *corantos*: precursores dos atuais jornais, mas sem frequência definida. Estes, por sua vez, eram rigidamente controlados pelo governo inglês. Ainda, de acordo com os pesquisadores, no século XVII foram feitas várias tentativas de controle dos meios de comunicação impressos. Porém, observa-se que nos governos centralizados mais fortes, a imprensa não regulamentada crescia de forma tímida, ao passo que em locais com autoridade central fraca, ela conseguia se tornar cada vez maior e mais sólida.

Assim sendo, “(...) *quanto mais uma forma de governo dependa de fato de uma opinião pública favorável, tanto mais provável é ela apoiar uma imprensa livre*” (Idem, p. 109). Ao passo que em locais onde se imperavam governos extremamente autoritários, a imprensa não era necessária aos detentores do poder da palavra, minando a possibilidade de investimento financeiro nos órgãos de informação.

Com as profundas mudanças políticas ocorridas na Europa durante o período citado, onde podemos apontar a passagem da sociedade feudal para o mercantilismo e ascensão da burguesia, o jornal se tornou um meio de debate político (Ibidem, p. 109). Desta maneira, a nova classe média necessitava de um meio de divulgação e manifestação política em massa. Assim, se fez necessária a reorganização do poder simbólico² em torno dos meios de comunicação. Tais necessidades levaram a uma intensa modernização das técnicas de impressão no ocidente.

²“Fenômenos culturais, dentro dessa visão, podem ser vistos como formas simbólicas em contextos estruturados; e a análise cultural pode ser vista como um estudo da constituição significativa e da contextualização social das formas simbólicas” (Thompson, 2011, p. 22).

Porém, não somente notícias são veiculadas por tais meios, mas também costumes, valores e hábitos são transmitidos e modificados de acordo com o que vemos, ouvimos e assistimos, de forma muitas vezes involuntária. Pois, de acordo com o sociólogo Gabriel Tarde, somos influenciados a concordar e comungar de um mesmo pensamento com outros indivíduos quando fazemos parte de um mesmo grupo chamado de “público”. (2005, p. 5)

De acordo com os estudos do sociólogo norte-americano John B. Thompson, a imprensa, por si só, não surgiu com o interesse da propagação de ideologias específicas. Esta característica vem com o processo de *midiatização*, que segundo ele, tem início no século XIX (Thompson, 2002, p. 73).

Juntamente ao aumento da população urbana e à diminuição do analfabetismo em sociedades ocidentais, a produção da imprensa se tornou mais sofisticada, e o trabalho, cada vez mais ramificado. Neste momento, o público não era mais restrito a um pequeno círculo de educação privilegiada, mas sim a um grupo abrangente. Estes fatores demandaram a necessidade de mais investimento financeiro nesta indústria (Idem, p. 75).

Destacamos o impressor estadunidense Benjamin H. Day (1810 – 1889) como um importante personagem na história da comunicação em massa. Day fundou, em 1833, nos Estados Unidos, o jornal *The New York Sun*. O jornal em questão foi o primeiro a pensar em outros gêneros para além da notícia (antes somente pensada para um público “*requintado politicamente*”) (Ibidem, p. 115), explorando o humor, drama, descobertas científicas e afins, e conquistando uma gama maior de público, fazendo muito sucesso e estimulando o aparecimento de diversos jornais do mesmo gênero. O *The New York Sun* também foi pioneiro ao incluir anúncios em suas páginas, sendo a principal fonte de dinheiro do jornal (Defleur e Ball-Rokeach, 1993, p. 116), o que definiria os rumos da imprensa de massa deste momento adiante.

No entanto, a questão do poder do discurso foi cada vez mais usado a favor de causas políticas e econômicas por meio das instituições que detinham maior domínio sobre os jornais. Ou seja: governos autoritários conseguem controlar o fluxo de informação da mídia.

Esse fenômeno não é difícil de entender em uma sociedade autoritária, onde o governo opera os veículos com fins de controlar o fluxo de informação, modelando a opinião pública e proporcionando interpretações coletivas aprovadas. Sociedades assim precisam da mídia para manter aquiescência e controle das populações. (Idem, p. 252)

Exemplificamos o surgimento dos interesses econômicos em relação à imprensa nos EUA. Contudo, no Brasil a mesma lógica é aplicada. Em nosso país, percebemos que os meios de comunicação também adotam posturas que favorecem um ponto de vista em detrimento de outros por razões políticas. É o que vemos quando estudamos os discursos sobre os usos e usuários de maconha na imprensa brasileira.

Para entendermos como se relacionam o recorte temporal da pesquisa e o tema escolhido, é necessária a contextualização sobre aspectos sociais e políticos relativos ao Brasil das décadas de 1980 e 90. Primeiramente, viemos de um regime ditatorial iniciado em 1964. Este foi o momento de domínio das classes liberais e da força militar, inicialmente representada pelo general Castelo Branco. Este é um episódio sombrio na história do país, onde houve a suspensão dos direitos civis e políticos da população. Bem como, entre os anos de 1970 e 1978, a censura prévia às manifestações culturais e políticas contrárias ao regime, e tortura e pena de morte aos opositores (Carvalho, 2002, p. 157).

Outro ponto que se faz necessário à nossa análise fala sobre o processo de urbanização. A população urbana, que correspondia a menos de 50% na década de 1960, passa a 67%, correspondendo a um aumento de 50 milhões de pessoas. Este salto brusco, embora ocorrido com “atraso” em relação a outros países do Ocidente, inicialmente foi encarado de maneira positiva. Hoje em dia percebemos que foi o fato catalizador de sérios problemas sociais:

Roubos, assaltos, balas perdidas, sequestros, assassinatos, massacres passaram a fazer parte do cotidiano das grandes cidades, trazendo a sensação de insegurança à população, sobretudo nas favelas e bairros pobres. (Carvalho, 2002, p. 212)

O agrupamento populacional nas grandes cidades também deu abertura à concentração de pessoas em situação de vulnerabilidade, onde os direitos conquistados com a abertura política demoraram mais para chegar. Carvalho (Ibidem, p. 194) argumenta que a polícia militar, tendo sido comandada pelo exército durante

os governos militares, tornou-se inimiga, ao invés de aliada desta parcela populacional. Mesmo sendo retirado o controle pelo Exército e passado para os estados, a polícia ainda manteve suas características violentas:

Elas permaneceram como forças auxiliares e reservas do Exército e mantiveram as características militares. Tornaram-se novamente pequenos exércitos que às vezes escapam ao controle dos governadores. Essa organização militarizada tem-se revelado inadequada para garantir a segurança dos cidadãos. O soldado da polícia é treinado dentro do espírito militar e com métodos militares. Ele é preparado para combater e destruir inimigos e não para proteger cidadãos. Ele é aquartelado, responde a seus superiores hierárquicos, não convive com os cidadãos que deve proteger, não os conhece, não se vê como garantidor de seus direitos (p. 213).

A agência da polícia militar enquanto parte do ciclo de violência é de muita importância para esta pesquisa, como demonstrarei no decorrer do texto.

Com a abertura política, a nova Constituição, implementada no ano de 1988, dentro do espaço temporal deste trabalho, produziu, de maneira lenta, algumas melhorias sociais. Diminuição da mortalidade infantil, do analfabetismo e aumento na expectativa de vida são alguns índices que obtiveram melhoras a partir deste período, de acordo com Carvalho (p. 207). No entanto, as questões relativas à desigualdade social ainda são persistentes. Segundo o autor “*a desigualdade é sobretudo de natureza regional e racial*” (Idem).

A nova Constituição também definiu o racismo como crime inafiançável e imprescritível. Porém, demonstrarei neste trabalho que o preconceito racial ainda é um problema não superado, e explícito no modo em que a Folha de S. Paulo trabalha os discursos sobre a maconha. Assim, irei explicar neste momento onde a maconha se encontra na relação entre a imprensa e a replicação de discursos e estereótipos de cunho racista.

Encontramos no artigo do sociólogo Ivan Fontes Barbosa, orientador desta pesquisa, o delineamento do porquê a relação entre uso de maconha e discurso da imprensa merece uma melhor explicação:

O caso da proibição da maconha no Brasil demonstra bem essa e outras premissas sociológicas. Ao usá-lo para pensarmos as etapas do desenvolvimento de uma regra e de sua prescrição, podemos perceber as dimensões genéricas da imposição de normas (formais ou informalmente

constituídas) e acompanhar o seu movimento. Esse é presidido pelo modelo que implica a necessidade de identificação dos empreendedores, dos valores, do conhecimento produzido acerca do fenômeno interditado, dos interesses envolvidos e a maneira como se processou a cruzada moral/legal. (Barbosa, 2022, p. 280)

Para ilustrar melhor, utilizarei uma citação do meu Trabalho de Conclusão de Curso que, como expliquei anteriormente, discutiu o papel da imprensa na perpetuação de estereótipos relacionados aos usuários de maconha:

A cobertura da imprensa, em especial, é um dos fatores mais pertinentes na formação da opinião popular, influenciando o "senso comum" a ser contra a legalização da maconha, por exemplo, e construindo as visões do crime na prática. (Dinelli, 2022, p. 38)

De acordo com Barbosa, houve uma mudança de eixo do que tange à abordagem da maconha pela imprensa. Na transição do século XIX para o XX, ela aparecia em como finalidade terapêutica (Barbosa, 2022, p. 280). No entanto, a partir do mapeamento de seu uso, apontando setores populares como principais usuários, o discurso começa a mudar.

No contexto brasileiro, esse processo de estabilização das imagens criminais sobre a maconha ganhou força e a repressão sobre o seu uso e cultivo alçaram o status de política pública a partir dos fins dos anos de 1930. Foi o início da relação entre ciência e moral no combate dos problemas brasileiros. Momento inicial de uma cruzada marcada pela edificação de conhecimentos e ações que foram criadas para oferecerem subsídios à guerra contra a maconha. (Idem, p. 282)

No ano de 1915 o primeiro passo foi dado para que a maconha se tornasse oficialmente um problema social. Temos o médico e político sergipano, José Rodrigues de Seixas Dória (1857-1938) no centro destes fatos. Dória escreveu seu famoso texto “*Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício*”, apresentando-o no II Congresso Científico Pan-Americano, realizado em Washington, Estados Unidos, referindo-se aos fumadores como “indivíduos de baixa espécie” (Souza, 2015, p. 36). Em uma época em que os saberes médicos cada vez mais se consolidavam no aparelho do Estado (Idem, 2015, p. 35), suas ideias foram amplamente aceitas e reproduzidas pelos profissionais de saúde, culminando na proibição pelo Governo Vargas:

A criminalização, iniciada no Brasil em 1921 com o Decreto nº 4.294, que se ocupou apenas da cocaína, do ópio e da morfina, tem seu desdobramento mais amplo em 1938, com o Decreto-Lei nº 891, intitulado Lei de Fiscalização de Entorpecentes. Seu raio de ação foi estendido a dezenove substâncias, entre elas a maconha, que já havia sido inserida na lista oficial proibitiva do Decreto nº 20.930 em 1932. (Souza, 2015, p. 36)

Assim, inicia-se, dentro da medicina brasileira, uma cruzada contra tudo o que se considerava inferior, levando em conta ideais eugenistas que seriam extensamente desenvolvidos. O objetivo era o progresso do país atendendo aos padrões das nações industrializadas, ditas “modernas”. Afinal, temos, por um lado, os indivíduos sendo responsabilizados totalmente por sua saúde, autocontrole e disposição ao trabalho. E, por outro lado, a “(...) *nada sutil forma de associar o atraso da sociedade brasileira aos negros, aos mestiços e aos seus hábitos, que tangiam esses povos para a incivilidade*” (Barbosa, 2022, p. 282).

De acordo com o Thompson (2011, p. 27), os sistemas de comunicação em massa são vistos como mecanismo de propagação das ideologias³ de grupos dominantes. Mesmo tendo pequenas diferenças entre si, estes meios garantem a cessão social necessária para a reprodução de padrões de pensamento e comportamento relativos aos interesses de que os detém.

A recepção e apropriação de produtos culturais é um processo social complexo, que envolve uma atividade contínua de interpretação e a assimilação do conteúdo significativo pelas características de um passado socialmente estruturado de indivíduos e grupos particulares. (Idem, p. 139)

Com a fala de MacRae e Simões (2000), podemos perceber como os veículos de comunicação em massa podem usar seu poder de propagação de ideologias em na questão dos discursos sobre usuários de maconha:

O discurso jornalístico adotava uma forma bastante homogênea de relatar esta condição. Usando um estilo quase sempre irônico ou sarcástico, enfatizava uma suposta índole do “maconheiro”, mais do que o problema genérico do uso de drogas. Essa abordagem jornalística teve muito mais ressonância social que os estudos com ambições mais científicas que até então haviam tratado do fenômeno, oferecendo à população tanto uma sintomatologia quanto supostas consequências sociais do consumo da maconha. (Idem, 2000, p. 22)

³ Para o mesmo autor, ideologias são formas simbólicas que sustentam e estabelecem relações de dominação (2011, p. 16)

Dessa maneira, é necessária uma investigação aprofundada acerca dos mecanismos de funcionamento na construção dos discursos midiáticos direcionados à população e, neste caso, à sociedade brasileira. Sob essa perspectiva, é possível observar que:

Os estereótipos aparecem como uma dimensão da imposição, pelos grupos e estratos de grupos dominantes, de sua visão de mundo. E a mídia aparece como um instrumento central de sua propagação. Nesse caso, a relação entre conhecimento e superação dos preconceitos fica comprometida pelo fato de que o controle das informações e mesmo a *produção* da verdade (do que é assim apresentado e poderá ser assim percebido) estão no centro da dinâmica de dominação. (Biroli, 2011, p. 73)

No entanto, antes de nos atermos às questões de pesquisa, devemos ter em mente que a preposição inicial não deve carregar em si a resposta. Devemos ir ao campo em busca do melhor conhecimento acerca do fenômeno aqui colocado em questão, e não apenas em sua descrição.

Assim, percorremos e dialogamos dentro de diversas correntes e autores da Sociologia, pois o discurso, a biopolítica e o estigma são conceituações extensamente tratadas dentro desta disciplina. Dessa maneira, construímos um panorama atual do discurso, da exclusão e da marginalização de grande parte da população brasileira, expondo o percurso que trilha a imprensa no objetivo de incutir uma forma de preconceito em nossa sociedade e travar o avanço das políticas antiproibicionistas.

Inicialmente, trabalhamos com tal indagação desde 2019, em projeto na modalidade PIBIC com o título “*A construção social das representações sobre os usos e usuários de maconha na imprensa sergipana*” que buscou mapear tais discursos entre as décadas de 1930 e 1940. Sergipe, como citamos acima, possui um importante papel nesta trajetória, devido ao texto de José Rodrigues Dória, que colaborou decisivamente na fundamentação teórica/médica do código criminal brasileiro (Saad, 2013. p. 51). Tal situação será explanada no capítulo empírico do presente texto.

Ainda seguindo este caminho, continuamos a pesquisa iniciada em meu Trabalho de Conclusão de Curso. Desta vez ampliado o campo de pesquisa, procuramos usos de estereótipos nos jornais da Folha de São Paulo. Pudemos perceber profundas influências de estigmas sociais, como o racismo e a criminalização das camadas mais pobres da sociedade, na relação do país com a

maconha. Para além disso, a criação de um "problema social", tanto na esfera discursiva quanto política, que permitiu às instituições ter condições de controlar ainda mais os corpos, falas e produtividade dessa camada da sociedade. O higienismo associado à proibição também foi evidenciado, pois práticas que não estavam em consonância com o "projeto de país" deveriam ser combatidas.

De acordo com Howard Becker: *"(...) um fato interessante que a maior parte da pesquisa e da especulação científica sobre o desvio diga respeito às pessoas que infringem as regras, não aquelas que as criam e impõem"* (2008, p. 169). Portanto, este estudo vai na contramão da tendência de se estudar indivíduos desviantes. Temos aqui uma pesquisa que se aprofunda sobre o empreendimento moral adotado pela imprensa contra os usuários de maconha.

O objetivo do presente trabalho é analisar a construção de discursos jornalísticos e os aspectos sociais da proibição da maconha no Brasil entre os anos 1980 e 1990, tendo como fonte de pesquisa o jornal Folha de S. Paulo.

Como metodologia, primeiramente, construímos uma base teórica sólida e diversa, não apenas relativa ao tema da pesquisa, mas também a respeito de teorias sociológicas que possam nos ser úteis à compreensão dos problemas estudados e à construção e execução de nossos objetivos.

Após este momento, dividimos a pesquisa em duas etapas: coleta de dados e análise dos materiais encontrados. Para tanto, buscamos pelos elementos a serem investigados e discutidos de maneira pormenorizada.

Por conseguinte, temos material para a etapa da pesquisa bibliográfica. Este tipo de observação procura traçar qual o posicionamento destas mídias em relação ao tema pesquisado (Gil, 2002, p. 44). Objetivamos, neste ponto, encontrar qual o posicionamento de tais meios acerca do uso da cannabis, como eles enxergam o usuário e se há diferença de tratamento dependendo da raça e da classe de tais indivíduos. Afinal, tais documentos nos deram um panorama levando em conta o momento histórico e as questões sociopolíticas e culturais em voga.

Segundo Loizos (2008, p. 138), *"o 'visual' e a 'mídia' desempenham papéis importantes a vida social, política e econômica. Eles se tornam 'fatos sociais' no*

sentido de Durkheim. Eles não podem ser ignorados". Portanto, sabendo que a mídia reproduz falas e interesses políticos e nos mostra estes recortes característicos de épocas em que foram expostos ao público, temos nesta etapa uma interessante evolução da pesquisa.

Trazemos a análise de discurso como ponto central da segunda etapa de nosso estudo, alcançando, assim, o resultado objetivado. Afinal:

O que a análise de discurso procura dar a conhecer é o caráter histórico da linguagem, visto que esse campo de estudo é de ruptura, o que implica assim uma gama de reconsiderações no interior do próprio fazer linguístico. (Brasil, 2011, p. 172)

Dessa maneira, buscamos com tal análise *"compreender como os processos discursivos são constituídos, como as formações discursivas se constituem"* (Idem, p. 174).

Reunindo todas as informações que encontramos, e com base nas teorias sociológicas relativas ao tema, traçamos por meio do discurso, as forças ideológicas por trás dos mecanismos de exclusão racista e socioeconômica presentes nos discursos sobre os usos e usuários da maconha.

A pesquisa foi realizada no site do veículo A Folha de São Paulo, na sessão chamada *Acervo Folha*. A busca pode ser feita por meio de palavras-chave na busca simples, ou frases inteiras na busca avançada. Desta maneira, encontramos 5938 resultados utilizando a palavra "maconha".

No Capítulo 1, discutimos a base teórica e os conceitos que fundamentam a análise das notícias colhidas durante a pesquisa empírica. Conceitos estes: biopoder e biopolítica, necrobiopolítica, discurso, rotulação, estigma e empreendimento moral.

No Capítulo 2, trazemos a questão do protecionismo médico, relacionando este aos discursos sobre a maconha na imprensa, além do histórico da Folha de S. Paulo, um apanhado sobre seu posicionamento político e sua relação com a audiência.

No Capítulo 3, trabalhamos as análises a partir de dados quantitativos e dos conceitos apresentados. Algumas matérias são analisadas e discutidas, a fim de trazer ao leitor um maior entendimento sobre os resultados.

Na Conclusão, discutimos os resultados encontrados, buscando concluir o papel da imprensa em favor de interesses políticos e econômicos.

CAPÍTULO 1 – COMO SE DEU A PROIBIÇÃO DA MACONHA NO BRASIL SOB OS ARGUMENTOS DE MICHEL FOUCAULT, HOWARD BECKER E ERVING GOFFMAN

1.1 Biopolítica, biopoder e disciplina em Michel Foucault

Em sua obra '*O nascimento da biopolítica* (2022)' Foucault nos fala sobre a atual maneira de governar, onde o ato de exercer este poder se torna, acima de tudo, "(...) *fazer que o Estado possa se tornar sólido e permanente, que possa se tornar rico, que possa se tornar forte diante de tudo o que possa destruí-lo*" (Foucault, 2022, p. 6). Portanto, fez-se necessária a criação de uma nova forma de governar, onde a gestão da vida das pessoas é colocada no centro, para que se consiga explorar suas forças de trabalho ao máximo. A partir desta constatação, o autor nos introduz à biopolítica:

(...) a maneira como se procurou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas postos à prática governamental pelos fenômenos próprios de um conjunto de viventes, constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, longevidade, raças... (Idem, p. 421)

Para entendermos melhor a biopolítica, teremos de voltar ao início da Era Moderna. Para Foucault, o fim dos governos absolutistas e o crescente capitalismo deram origem a uma necessidade de gestão de populações que não existia anteriormente.

O desenvolvimento das cidades, o aparecimento de uma população operária pobre, aumentara as tensões no interior da cidade através de agitações e sublevações urbanas cada vez mais frequentes e numerosas, que ganham intensidade conduzindo às grandes revoltas contemporâneas da Revolução Francesa. Daí a necessidade de um poder político capaz de esquadrihar esta população urbana. (Martins, 2011, p. 109)

Consequentemente, a reorganização das pessoas em cidades, ao invés dos antigos feudos, trouxe o conceito de população, o que era uma novidade para o momento (Idem, 2011, p. 106)

Ao mesmo tempo, o poder não era mais soberano e divino, mas agora os Estados se voltavam à economia capitalista, impondo novos modos de viver. Portanto,

houve a necessidade de algo que conduza a população a agir de acordo com os interesses burgueses sem demais questionamentos.

Para Michel Foucault, fala-se de muitas das invenções técnicas advindas dos séculos XVII e XVIII. No entanto, não falamos sobre a invenção capaz de controlar os corpos e explorar ao máximo suas capacidades de trabalho. Para ele: “[a biopolítica] *se dirige não ao homem-corpo, mas ao homem vivo; ao homem ser vivo, no limite, se vocês quiserem, ao homem-espécie*” (2010, p. 204).

De acordo com a afirmação de Foucault, podemos deduzir que a biopolítica produziu a condição ideal para que o controle pudesse existir e agir sobre os corpos dos indivíduos. E a saúde foi um importante campo onde este tipo de poder pode ser aplicado e comprovado com resultados. Passou-se, então, a um processo de medicalização e vigilância dos corpos (Dinelli, 2022, p. 30).

Ou seja, a medicina moderna, apesar de ter se desenvolvido num sistema capitalista, é individualista, mas se baseia numa dimensão global de entendimento do corpo.

O corpo – e tudo o que diz respeito ao corpo, a alimentação, o clima, o solo – é o lugar da *Herkunft*: sobre o corpo se encontra o estigma dos acontecimentos passados do mesmo modo que dele nascem os desejos, os desfalecimentos e os erros; nele também eles se atam e de repente se exprimem, mas nele também eles se desatam, entram em luta, se apagam uns aos outros e continuam seu insuperável conflito. (Idem, p. 65)

Desta maneira, podemos entender o conceito da biopolítica como estratégias coletivas de controle dos corpos, a fim de se obter máximo proveito destes, a partir das estratégias de esquadrinhamento e vigilância descritas.

A hipótese de Foucault é que, com estas táticas descritas, o capitalismo socializou o corpo, tornando-o objeto e força de trabalho. Dessa maneira, o corpo foi o primeiro objeto de domínio, por meio da medicina. “*O corpo é uma realidade biopolítica. A medicina é uma estratégia biopolítica*” (Foucault, 2023, p. 80)

Encontramos lógica parecida no surgimento dos hospitais, pelo menos quando nos referimos ao modelo que conhecemos atualmente. O que antes servia como asilo para “loucos”, prostitutas, doentes contagiosos e pessoas pobres, não tendo participação da medicina em seus processos (Idem, p. 174), mais tarde se transforma em local de observação e de cura para doenças.

No entanto, não basta o Estado impor e encaminhar a população ao absoluto controle. Para que isto seja feito de maneira pacífica, é necessário que os indivíduos aceitem as imposições sem conflitos.

Para tanto, vemos o discurso médico como ponto central para a aceitação das medidas de vigilância e higienização. Ou seja, é neste momento que o discurso médico passa a ter poder de impor hábitos, gostos e opiniões, quando é enxergado e usado como instrumento político.

Porém, ainda dentro do pensamento foucaultiano, como podemos relacionar o poder do discurso médico e a verdadeira efetivação da biopolítica? Melhor dizendo: como o discurso médico conseguiu o *status* de verdade inquestionável? É o que o autor vai nos explicar quando este explana sobre a criação de verdades:

Podemos então supor, na nossa civilização e ao longo dos séculos, a existência de uma tecnologia da verdade que foi pouco a pouco sendo desqualificada, recoberta e expulsa pela prática científica e pelo discurso filosófico. A verdade aí não é aquilo que é, mas aquilo que se dá: acontecimento. Ela não é encontrada, mas suscitada: produção em vez de apofântica. Ela não se dá por mediação de instrumentos, mas sim provocada por rituais, atraída por meio de ardis, apanhada segundo ocasiões: estratégia e não método. Desse acontecimento que assim se produz impressionando aquele que o buscava, a relação não é do objeto ao sujeito de conhecimento. É uma relação ambígua, reversível, que luta belicosamente por controle, dominação e vitória: uma relação de poder. (Foucault, 2023, p, 192)

Para Foucault, o discurso não é apenas o que ele diz, mas é o objeto de poder de quem domina (Foucault, 2019, p. 7). O discurso, então, é carregado não apenas de informações, mas do poder de quem o externaliza. A “vontade de verdade” fala sobre o discurso que exprime o poder, em detrimento aos outros “loucos”, que não devem ser ouvidos.

(...) suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade. (Idem, p. 6)

Assim, temos que, primeiramente, levar em conta que o discurso não é sobre a ideia a ser propagada, se tal princípio é certo e errado diante de uma ordem geral

do que deveria ser. Em oposição, tais ideias vêm do princípio de quem domina a ordem política.

Partindo desta perspectiva, o discurso, se tornando muito mais do que comunicação e passando a ser um forte objeto de poder, faz com que os signos passem muito mais dos seus significantes, a suas entrelinhas. Por esta perspectiva, ele não é apenas uma sequência de palavras, mas uma rede de enunciados onde permite que existam significados e significantes. Assim, traz consigo a ideia de movimento, e cada sociedade tem propósitos estabelecidos nos usos da linguagem e do discurso. Desta maneira, a palavra é alvo de tentativas de controle a partir dos poderes e agentes que as controlam. O controle não incide apenas sobre os corpos, mas também sobre as palavras. O discurso é, portanto, objeto de luta e de poder (Foucault, 2019, p. 7).

Ou seja, a partir do momento em que o discurso médico é considerado economicamente útil, este se torna instrumento político, mesmo quando se consideram os avanços científicos trazidos pelas mudanças.

(...) as grandes mutações científicas podem talvez ser lidas, às vezes, como consequências de uma descoberta, mas podem também ser lidas como aparição de novas formas na vontade de verdade. (Idem, p. 9)

No entanto, a capacidade de persuasão do discurso é tão forte, que ele não mais age de maneira centralizada, “de cima para baixo”. Entre nós mesmos, exercermos o biopoder quando validamos certas crenças disseminadas, ao invés de outras menos validadas pelas instituições.

Assim, o autor explana sobre a capilaridade do poder.

Foucault introduz o termo “economicismo” na teoria do poder, que aponta ao ponto em comum entre a concepção jurídica e liberal do poder político, e a concepção marxista deste.

No primeiro caso, o poder corresponde à capacidade de qualquer indivíduo de ceder seu poder para compor uma soberania política (ordem da troca contratual). Já a concepção marxista trata da funcionalidade econômica do poder. Neste último caso, o poder político teria encontrado a economia sua razão de ser.

De modo geral, em um caso, temos um poder político que encontraria no procedimento de troca, na economia da circulação dos bens, seu modelo formal, e, no outro, o poder político teria na economia sua razão de ser histórica, o princípio de sua forma concreta e do seu funcionamento atual. (Foucault, 2023, p. 273)

No entanto, em uma sociedade como a nossa, que tipo de poder é capaz de produzir discursos de verdade dotados de efeitos tão poderosos? (Idem, p. 279)

Assim, Foucault nos explica que o poder biopolítico foi e é capaz, nas sociedades modernas (o que inclui o período histórico desta pesquisa), de ditar o que é a verdade. Desta maneira, a biopolítica se faz presente no que se define por verdade, por meio do discurso, aceita pelos indivíduos, exercendo tal poder sobre os outros de forma capilar. Deste modo, constroem-se valores, afeições, preconceitos e repulsas. Os sujeitos, disciplinados e docilizados pela política em prol do enaltecimento ao trabalho e à mansidão, exercem o poder uns sobre os outros, o que os torna capaz, enquanto grupo social, de repelir, menosprezar e limitar o acesso aos direitos dos cidadãos que se encontram fora da abrangência deste tipo de poder.

Entendemos, até aqui, como funciona a capilaridade do poder. Porém, para o aprofundamento da questão de pesquisa, compreendemos que a imprensa também está sob a égide do poder disciplinar. É o que discutimos no tópico a seguir.

1.1.1 A imprensa trabalhando a favor da biopolítica

Sabemos que a comunicação é extremamente necessária para a sobrevivência da espécie humana, pois por meio dela conseguimos não só desenvolver a tecnologia, mas também transmiti-la por meio da oralidade. E tal característica da humanidade também inclui a criação e propagação de regras sociais, crenças e saberes no campo do discurso de acordo com o aumento de nossa capacidade de aprendizagem, tornando os códigos cada vez mais complexos. Dessa maneira, algumas sociedades criaram, além da fala, a escrita. Encontramos os registros mais antigos entre os sumérios e os egípcios, datando 5 mil anos antes de Cristo (DeFleur e Ball-Rokeach, 1993, p. 32).

Sabemos que a comunicação é extremamente necessária para a sobrevivência da espécie humana, pois por meio dela conseguimos não só desenvolver a tecnologia, mas também transmiti-la por meio da oralidade. E tal característica da humanidade também inclui a criação e propagação de regras sociais, crenças e saberes no campo do discurso de acordo com o aumento de nossa capacidade de aprendizagem, tornando os códigos cada vez mais complexos. Dessa maneira, algumas sociedades criaram, além da fala, a escrita. Encontramos os registros mais antigos entre os sumérios e os egípcios, datando 5 mil anos antes de Cristo. (DeFleur e Ball-Rokeach, 1993, p. 32)

Tal desenvolvimento também inclui a criação e propagação de regras sociais, crenças e saberes no campo do discurso de acordo com o aumento de nossa capacidade de aprendizagem, tornando os códigos cada vez mais complexos (Idem, 1993, p. 32).

Sendo assim, a mídia trabalha por meio de discursos propagados a favor do interesse de quem financia e permite o funcionamento de tais veículos (Ibidem, p.105). Tal comentário está relacionado às ideias de Foucault acerca do discurso e de Thompson sobre o processo de midiaticização, conforme explanamos anteriormente.

Foucault, DeFleur e Ball-Rokeach concordam quanto à colocação da verdade não como absoluta, mas sim resultado de ideologias, superstições, religiões e afins (DeFleur e Ball-Rokeach, 1993, p. 488) relativas à determinada sociedade em determinada época. Tais verdades influenciam de maneira significativa as maneiras de viver de determinado grupo. “*Significados e interpretações da realidade são construídos socialmente*” (Idem, p. 494).

Um bom exemplo citado pelos autores vem da obra *Public Opinion* (1922), do escritor estadunidense Walter Lippmann (1889 – 1974) (Ibidem, p. 498). Lippmann narra fatos acontecidos durante o período da Primeira Guerra Mundial, onde os indivíduos que moravam longe dos centros urbanos tiveram pouco acesso às notícias, que, inclusive, eram manipuladas para esconder a situação real dos países em guerra. Assim, estas populações, por mais algum tempo, conseguiram levar suas vidas de maneira normal, pois suas realidades eram fabricadas de acordo com os discursos que chegavam a elas.

Lippmann concluiu que as pessoas agem não baseadas no que realmente está se passando ou que tenha ocorrido, mas naquilo que imaginam que seja a situação real conseguida de descrições fornecidas pela imprensa – significados e interpretações que amiúde em apenas limitada correspondência com o que se passou. Isso pode levar a ações e comportamentos inadequados (...). (DeFleur e Ball-Rokeach apud Limann, 1993, p. 499)

Ou seja, o autor iniciou um mapeamento sobre a influência da mídia na construção de discursos de verdade.

Consequentemente, a questão do poder do discurso foi cada vez mais usado a favor de causas políticas e econômicas por meio das instituições que detém maior domínio sobre os jornais. Instituições capitalistas conseguem controlar o fluxo de informação da mídia:

Esse fenômeno não é difícil de entender em uma sociedade autoritária, onde o governo opera os veículos com fins de controlar o fluxo de informação, modelando a opinião pública e proporcionando interpretações coletivas aprovadas. Sociedades assim precisam da mídia para manter aquiescência e controle das populações. (Idem, p. 252)

Nesse sentido, o autor ainda reitera que “*Para conseguir dinheiro, todos eles [os veículos de comunicação] dependem em última análise do componente mais central de todos – a audiência*” (Ibid). Significa dizer que o consumidor dos veículos, assim como de outros produtos comerciais, exerce uma absoluta força sobre os meios. Isso leva a uma necessidade de se agradar a audiência. No entanto, podemos dizer que a audiência também é condicionada a exigir certos posicionamentos em relação ao conteúdo das notícias. Ainda de acordo DeFleur e Ball-Rokeach, (Idem, p. 273), os conteúdos têm que estar “*(..) suficientemente enquadrado nos limites das normas morais e dos padrões de gosto (...)*” dos espectadores.

Encontramos mais uma convergência entre o pensamento foucaultiano e os estudos sobre mídia dos autores acima citados, quando estes últimos nos dizem sobre a importância das “relações informais” no processo de formação de opinião. Segundo os estudos, existe um fluxo de informação consistido em duas etapas: informação e influência. Ou seja: quando um indivíduo precisa tomar uma decisão, desde a mais

simples, como a compra de um produto de limpeza, à mais complexa, como a escolha de um candidato, ele julga importante a opinião de outro indivíduo de seu círculo social considerado confiável. (Ibidem, p. 375)

Foucault chama tais influências de mecanismos de ação dos micropoderes. Segundo o autor:

(...) o indivíduo não é outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu. (Foucault, 2023, p. 285)

Isto significa dizer que o ato de considerar a opinião de outro indivíduo é um mecanismo de ação do micropoder. Para que a outra pessoa seja considerada confiável, deduzimos que ela está dentro do que se espera do cidadão ideal, trabalhador, cristão e idôneo. Este cidadão ideal, denominado aqui por líder de opinião não somente influencia na questão dos hábitos de consumo, mas também sobre julgamentos morais.

Globalmente, pois, os modelos de relacionamentos sociais das pessoas mostraram-se fator significativo que influenciava como a informação provinda da mídia as atingia e o que elas faziam em decorrência. Algumas eram expostas diretamente e escolhiam informações coerentes com sua constituição psicológica. Outras assistiam, ouviam ou liam os veículos e eram influenciadas por estes de maneiras típicas de outras pessoas de suas respectivas categorias sociais. Outras, ainda, recebiam suas informações filtradas através das interpretações de outros e eram, por conseguinte, influenciadas tanto por seus líderes de opinião quanto pela informação da própria mídia. (DeFleur e Ball-Rokeach, 1993, p. 375)

Partindo de uma compreensão global de como a imprensa ocupa um lugar de fundamental importância para a ação dos micropoderes em relação biopolítica, no tópico a seguir explanaremos tal mecanismo no caso brasileiro.

1.1.2 Biopolítica no Brasil: os maconheiros e a vadiagem

No Brasil vemos esta mesma lógica sendo aplicada, possivelmente pela influência do *modus operandi* da burguesia francesa em nosso território. Percebemos

assim que a “plebe”, como Foucault nomeava (2023, p. 105), ou os “vadios”, como o cientista político brasileiro Lucio Kowarick se referiu em sua obra “*Trabalho e vadiagem*”, eram a massa indesejada e ameaçadora, que necessitava de controle sobre seus corpos e suas ações (Kowarick, 1994, p. 102). Neste contexto, a biopolítica veio a calhar como forma de controle desta população.

Uma das contradições importantes, a qual a burguesia não viu durante muito tempo, e sobretudo depois da Revolução Francesa, um de seus meios de proteção; para ela o perigo maior contra o qual devia prevenir-se, o que ela tinha a todo custo evitar, era a sedição, era o povo armado, eram os operários na rua e a rua investindo contra o poder. E ela pensava reconhecer na plebe não proletarizada, nos plebeus que recusavam o estatuto de proletários ou nos que estavam excluídos dele, a ponta de lança do motim popular. Ela criou determinados procedimentos para separar a plebe proletarizada da plebe não proletarizada. E hoje esses meios lhe fazem falta – lhe foram ou lhe são retirados. (Foucault, 2023, p. 105)

E ainda:

Opera-se, igualmente, após um esquadramento mais rigoroso da população e das distinções que se tenta estabelecer entre as diferentes categorias de infelizes aos quais, confusamente, a caridade se destinava: na atenuação lenta dos estatutos tradicionais, o “pobre” é um dos primeiros a desaparecer e ceder lugar a toda uma série de distinções funcionais (os bons e os maus pobres, os ociosos voluntários e os desempregados involuntários; aqueles que podem fazer um determinado trabalho e aqueles que não podem). Uma análise da ociosidade – de suas condições e seus efeitos – tende a substituir a sacralização um tanto global do “pobre”. Análise que, na prática, tem por objetivo, na melhor das hipóteses, tornar a pobreza útil, fixando-a ao aparelho de produção; e, na pior, avaliar tanto quanto possível seu peso para o resto da sociedade: como fazer trabalhar os pobres “válidos”, como transformá-los em mão de obra útil (...) (Idem, p. 300)

A disciplinarização, propagandeada e aplicada por meio da biopolítica na imprensa, avisava aos brasileiros que o corpo ideal e merecedor de ser tratado com dignidade é o corpo saudável e trabalhador. É o indivíduo que aceita sua condição de produzir riquezas e não as possuir, sem questionar este fato, pois disciplina, como constatamos, também envolve aceitação das condições impostas.

Explicando como se dão as relações de trabalho no capitalismo, vemos que é necessário não só transformar o ser humano em força de trabalho, mas também “convencê-lo” a isso, criando um cenário no qual ele ache mais vantajoso o trabalho ao invés da vadiagem. Esta é uma ação ideológica do sistema capitalista.

Fugindo dos rigores da produção organizada, passou a ser visto pelos dominantes como corja inútil, ralé instável, vadio que para nada servia.

Durante os horrores da escravidão, foi forçado à vida errante, ao expediente ocasional ou até mesmo à esmola, pois trabalhar significava a degradação de sua liberdade. (Kowarick, 1994, p. 105)

No entanto a figura do maconheiro vem em oposição a todos esses valores. O maconheiro é o vadio, que não necessita do trabalho formal para dignificar sua existência. Ele representa o espaço onde o controle biopolítico encontra resistência.

Outro bom exemplo de população renegada ao status de vadiagem é a citação de do médico e político sergipano Rodrigues Dória, em seu texto *“Os fumadores de maconha: efeitos e males do vício”* (1915) onde descreve as prostitutas como usuárias de maconha (p. 8), pois, segundo ele, a erva causa excitação sexual e inclinação ao sexo lésbico nestas mulheres. Embora este grupo consiga manter sua sobrevivência por meio do trabalho sexual, não se enquadra na lógica da coletivização do trabalho. Prostitutas não trabalham formalmente, ou seja, não produzem riquezas para a elite econômica. Tão pouco dedicam sua existência para o cuidado da casa o dos filhos, o que consequentemente resultaria em mais trabalhadores para servir à ordem econômica vigente. Ou seja: são corpos “vadios” e “inúteis”. Corpos e comportamentos que devem ser eliminados do convívio social por meio de sanções políticas que os afastem dos demais.

Para Foucault, *“a função do trabalho está sempre presente: função produtiva, função simbólica e função de adestramento, ou função disciplinar”* (2023, p. 338). Portanto, não há existência digna que não esteja atrelada ao acúmulo de capital.

Ou seja, a biopolítica, por meio do discurso, conseguiu marginalizar parte da população brasileira, visto que esta adotou a palavra médica como verdade. Palavra esta que coloca os usos e usuários de maconha à margem da utilidade à sociedade brasileira.

Assim, percebemos, por meio de resultados de pesquisas anteriores, que existe uma tendência à representação estereotipada dos usuários de maconha na imprensa brasileira, tal fato observamos com base nos dados avaliados e discutidos. A imprensa brasileira teve um papel fundamental na política de proibição do uso recreativo da cannabis sativa, utilizando de meios que plantassem no imaginário coletivo a figura do maconheiro. E tal “personagem” foi, e é até hoje, resultado da influência do discurso médico e da empreitada biopolítica sobre a população, e, consequentemente, sobre a

imprensa. Podemos perceber profundas influências de estigmas sociais, como o racismo e a criminalização das camadas mais pobres da sociedade, na relação do país com a maconha:

No que diz respeito aos usuários da maconha, as imagens que ainda sobrevivem são as tipicamente construídas e/ou referendadas por um tipo de discurso médico característico do primeiro quartel do século XX. São pressuposições que associam ao seu uso comportamentos considerados de uma ordem patológica e criminosa. (Barbosa, 2012, p. 82)

Aprofundando ainda mais nas questões da aplicação da biopolítica no Brasil, chegamos ao pensamento da socióloga Berenice Bento, onde nos apresenta o conceito da necrobiopolítica, partindo das conceituações de Foucault e do filósofo camaronês Achille Mbembe. Assim, busca entender as diferenças de tratamento do estado entre diferentes grupos:

Há outro campo social povoado por corpos que não entram na relação dialética para constituição do eu. Ao contrário, o desejo é pela eliminação sistemática daqueles corpos que poluem a pureza de uma nação imaginada, um tipo de “correia de transmissão” de uma Europa também imaginada: branca, racional, cristã, heterossexual. (Bento, 2018)

Desta maneira, a autora reafirma que o Estado é o principal ator a definir quem merece tratamento digno e quem não merece. Este é o momento de ação da necrobiopolítica.

O terror e morte são estruturantes no estado brasileiro. Ou seja, “soberania” (direito sobre as vidas) e “governabilidade” (cuidado para com a população) são conceitos contraditórios. No entanto, quando falamos do Brasil, tais conceitos possuem relação de dependência contínua.

(...) proponho nomear de necrobiopoder um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humano e que, portanto, devem ser eliminados e outros que devem viver. (Bento, 2018)

De acordo com a autora, a soberania se encontra no interior da governabilidade, dando o aspecto de poder sobre a vida e a morte ao Estado, fazendo assim, parte de sua estrutura. Bento exemplifica tal fato utilizando a expressão “atitude

suspeita”, segundo ela, uma expressão vã, porém “*Não é apenas “uma atitude”, mas um corpo, uma pele, uma região*” (Idem).

Tal política é um desdobramento da biopolítica, sustentada pelo medo, que garante a eficácia do controle estatal sobre a vida, mas também sobre a falta de acesso a recursos, levando à morte: “(...) *o necrobiopoder unifica um campo de estudos que tem apontado atos contínuos do Estado contra populações que devem desaparecer e, ao mesmo tempo, políticas de cuidado da vida*” (Ibidem).

Os conceitos aqui introduzidos a partir do pensamento foucaultiano, comentados e acrescentados por sociólogos brasileiros, irão nos ajudar a compreender e discutir sobre os resultados encontrados na investigação. Para tanto, também faço o uso de outras correntes teóricas importantes para a elucidação das indagações feitas na pesquisa. Portanto, trago no próximo tópico a discussão partindo das conceituações do sociólogo Howard Becker.

1.2 A criação e a violação das regras em Howard Becker

Para iniciar a abordagem sobre os estudos do sociólogo estadunidense Howard Becker, explano sobre sua noção acerca do que seriam as regras.

Para o autor, as regras são as situações e os tipos de comportamento considerados “certos” ou “errados” para um grupo social. Existem mais de um tipo de regra, a saber: as regras na forma da lei e as que existem a partir de acordos informais. Aos que não seguem as regras, denominamos *outsiders*. Apesar disso, há casos em que o infrator considere o juiz como *outsider* (Becker, 2008, p. 17).

Assim, Becker define o desvio, inicialmente, como “*tudo o que varia excessivamente em relação à média*” (Idem, p. 20). No entanto, esta afirmação não é suficiente para explicar o desvio.

Também há a analogia médica que relaciona os fenômenos de desvio ao universo patológico (Ibidem, p. 20). No entanto, para Becker, essa ainda não é uma afirmação que contemple o fenômeno. Segundo o autor, “*ignorar o aspecto político do fenômeno, limita a nossa compreensão*” (2008, p. 22). Tal afirmação pode ser relacionada à biopolítica de Foucault, onde há a medicalização da vida humana.

Ou seja: a partir do momento em que colocamos a política no centro da criação de regras, estamos explicando que os atos desviantes só são assim considerados pelas consequências de sua infração, e não pela natureza deles em si (Idem). Consequentemente, os infratores de regras não são um grupo homogêneo, mas são assim rotulados por partilharem o ato infracional.

Temos o “rótulo” como uma questão importante nesta pesquisa, pois investigo possíveis rotulações sobre os usuários de maconha, como nos afirma o antropólogo brasileiro Anthony Henman. Para o autor, a rotulação homogênea do maconheiro dificulta o tratamento da questão:

A abordagem oficial prima por seu obscurantismo, uma autêntica paranoia cujas duas vertentes – a policialesca e a sanitária – são ambas igualmente desprovidas de um mínimo de entendimento dos complexos processos envolvidos na experiência de uma alteração da percepção. Por esse motivo, não é de se estranhar que as campanhas oficiais procurem antes de mais nada ridicularizar e infantilizar os adeptos das drogas, tratando sua procura de novos estados de ânimo como uma “fuga”, desconhecendo e até ignorando o fato de que o uso de tais substâncias se encontra necessariamente sujeito a controles de ordem cultural (1999, p. 48).

As explanações sobre rótulo e estigma serão aprofundadas no próximo tópico deste capítulo, a partir dos estudos do sociólogo Erving Goffman.

Portanto, o desvio às regras vai muito além de uma qualidade simples. É um fenômeno complexo que envolve tanto o infrator, quanto a reação dos outros indivíduos do grupo. Só poderemos medir um ato como infracional a partir da reação de outras pessoas ao mesmo (Becker, 2008, p. 27).

Assim, poderemos nos perguntar: quem faz as regras? Para tanto, devemos ter em mente que “*regras sociais são criações de grupos sociais específicos*” (Idem, p. 29). Consequentemente, estas não contemplam todos os indivíduos de um grupo social.

Desta maneira, há indivíduos com poder de impor suas regras aos que possuem menor poder, cabendo a estes últimos, obedecer. Desde as imposições mais simples, como exemplifica Becker (Ibidem, p. 31), dos mais velhos aos jovens, das

peessoas da mesma religião entre si, dos homens às mulheres. Relacionamos esses exemplos ao exercício dos micropoderes em Foucault.

A partir dos argumentos apresentados, iremos às afirmações de Becker quanto às motivações do desvio. Para o autor (2008, p. 38), nem sempre existe uma motivação para a infração. Pode haver casos de desconhecimento da regra imposta, ou então da infração proposital. Porém, Becker nos coloca o fato de que a maioria das pessoas pode ter desejo de desobedecer a regras, mas não o fazem pois conhecem as consequências sociais de ser um *outsider*.

Para o sociólogo, o comportamento desviante pode ser desejado por meio da representação nos meios de comunicação. O antropólogo brasileiro Gilberto Velho em seu artigo “*A dimensão cultural e política dos mundos das drogas*”, também fala sobre a popularização do uso da maconha dentro da classe média por meio do movimento *hippie*, popular no Brasil, principalmente, entre as décadas de 1960 e 1970.

Velho nos explica sobre esta mudança de “público” consumidor de cannabis. Além da população já rotulada como tal, acrescenta-se:

(...) a difusão da maconha pelos setores mais abonados mediante a sua introdução por jovens norte-americanos, frequentadores de elegantes clubes da Zona Sul do Rio de Janeiro. Ou seja, dentro de um quadro geral de difusão de estilos de vida “contra-culturais” dos anos 60, veio também o hábito de fumar maconha (1999, p. 25).

Percebemos, portanto, que mesmo o uso da maconha sendo proibido no Brasil desde o ano de 1938, a popularização de um estilo de vida ligado ao ato de fumar cannabis atuou de maneira importante a trazer à tona infratores de regras que, conscientemente, incluíram-se neste grupo. Complementamos com a citação de Becker, onde ele nos diz que “*o indivíduo aprende, em suma, a participar de uma subcultura organizada em torno da atividade desviante particular*” (2008, p. 42).

Desta maneira, vemos que a escolha entre seguir e não seguir regras, bem como a de ser um indivíduo normal ou *outsider*, é muito mais complexa do que podemos pensar a um primeiro momento. Afinal, ser considerado seguidor ou infrator das regras depende de quais tipos de imposições estamos falando. Tomando como exemplo o usuário de maconha, este é infrator no sentido das leis, mas considerado

parte de um grupo quando o uso está envolto por questões étnicas. Ou então, quando, influenciado pela propagação de um certo estilo de vida, viola conscientemente as imposições. Entretanto, consegue fazer parte de uma subcultura no qual será aceito, e onde se “(...) *solidifica a identidade desviante*” (Becker, 2008, p. 49).

O antropólogo brasileiro Anthony Henmann em seu artigo “*A guerra às drogas é uma guerra etnocida*” (1999), afirma ser a proibição do uso da maconha em rituais indígenas uma política etnocida contra estes povos:

“Afim de contas, na heroica luta contra a ‘erva assassina’, pequenos detalhes como os direitos humanos de um grupo de índios podem ser pisoteados sem preocupação alguma” (Henmann, 1999, p. 74).

Para os que optam por não ser um *outsider*, estes o fazem por existirem sanções sociais: “*O comportamento valorizado é recompensado, e o comportamento negativamente valorizado é punido*” (Idem p. 71). No entanto, o que define o comportamento valorizado e o digno de punição? De acordo com o autor, onde ele converge com Michel Foucault quanto o poder do discurso:

Essas concepções surgem em situações sociais em que elas são comunicadas por pessoas consideradas respeitáveis e validadas pela experiência. Tais situações podem ser ordenadas de tal maneira que os indivíduos passam a conceber a atividade como desagradável, inconveniente ou imoral, não devendo, portanto, ser praticada (Ibidem, p. 71).

Tendo em vista que existem pessoas resistentes ao perigo das sanções sociais, são necessários mecanismos que controlem o uso e o comércio de maconha. O que relega a substância ao tráfico de drogas. A moralidade, para Becker (Idem, p. 83) é outra barreira social que a maconha encontra. Os indivíduos devem ser responsáveis pela sua racionalidade, o que vai de encontro ao que se espera do usuário de maconha.

No entanto, para o entendimento completo da questão, temos de acrescentar a visão do porquê as regras existem, bem como conhecer quem tem o poder de as impor.

1.2.1 Imposição de regras e empreendimento moral no caso da proibição da maconha no Brasil

Segundo o autor, as imposições de regras não aparecem sozinhas, partindo do princípio de que sempre há algo que provoque as determinações. A partir disso, Becker nos coloca o termo ‘empreendimento’, pois antes da imposição, há uma complexa sequência de etapas (Becker, 2008, p. 131).

Primeiramente, o empreendedor deve tomar a iniciativa de tornar alguém culpado por uma ação. Partindo do apelo a valores sociais (Idem, 2008, p. 139), o médico e político sergipano Rodrigues Dória (1857 – 1938) apela para a concepção de eugenia da raça (termo que será explorado mais adiante nesta pesquisa), sugerindo que o cidadão “certo” é o que se aproxima do europeu, tanto em força de trabalho quanto em inteligência. Temos como um bom exemplo o seu texto “Os fumadores de maconha – efeitos e males do vício”, escrito e apresentado pelo mesmo no II Congresso Científico Pan-Americano, realizado em Washington, Estados Unidos. Na ocasião, Dória utiliza sua posição de poder para “culpar” a população escravizada no Brasil pelo “atraso brasileiro” relacionado à maconha (Souza, 2015, p. 41). A saber:

“A raça preta, selvagem e ignorante, resistente, mas intemperante, se em determinadas circunstâncias prestou grandes serviços aos brancos, seus irmãos mais adiantados em civilização, dando-lhes, pelo seu trabalho corporal, fortuna e comodidades, estragando o robusto organismo no vício de fumar a erva maravilhosa, que, nos êxtases fantásticos, lhe faria rever talvez as areias ardentes e os desertos sem fim de sua adorada e saudosa pátria, inoculou também o mal nos que a afastaram da terra querida, lhe roubaram a liberdade preciosa, e lhe sugaram a seiva reconstitutiva (...)” (Dória, 1958, p. 13)

Com esse exemplo, percebemos Dória como o empreendedor que toma a iniciativa de punição do “culpado”. Não se trataria de punição na forma da lei, mas sim inculcando esta crença no imaginário coletivo, o que traz prejuízos a quem se encontra sob a égide da acusação. Assim, o instituidor ganha apoio da população para dar seguimento ao empreendimento. De acordo com Barbosa (2022, p. 283):

Um empreendimento moral bem-sucedido tem como pré-requisitos não somente a criação de um novo conjunto de conhecimentos sobre determinado fenômeno e de correlatas regras, mas a criação de novas

agências, que institucionalizam o empreendimento e permitem, finalmente, a sua estabilização por intermédio da imposição de condutas por meio da coerção de uma força policial.

No entanto,

O problema da imposição de regras torna-se mais complicado quando a situação contém vários grupos rivais. A acomodação e a conciliação são mais difíceis, porque há mais interesses em jogo, e é mais provável que o conflito seja declarado insolúvel. Nessas circunstâncias, o acesso a canais de publicidade torna-se uma variável importante, e aqueles cujo interesse exige que as regras não sejam impostas tentam impedir a notificação de infrações (Becker, 2008, p. 136)

No caso do uso de maconha, existem conflitos de interesses entre grupos. Dessa maneira, aqueles que detêm a palavra, fazem uso dos meios de comunicação para difamar seus usuários. É o ponto em que esta pesquisa irá se ater.

Juntando o sistema de valores do grupo social dominante à acusação do ato que vai de encontro a esta tradição, e definindo a ação que deve combater o ato, temos a criação da regra e as sanções penais relativas à desobediência da imposição (Idem, p. 140). Foi assim que a proibição da maconha foi efetuada “(...) em 1938, com o Decreto-Lei n.º 891, intitulado *Lei de Fiscalização de Entorpecentes*” (Souza, 2015, p. 36).

No entanto, Becker vai além em seu estudo, aprofundando-se em quem seriam os indivíduos que atuam na posição de empreendedores morais. Para o autor, estes indivíduos seriam os que acreditam ter a missão sagrada de extirpar algum mal que ronda o seu grupo. Eles acreditam em estar fazendo o bem, inclusive, para os que se comportam de maneira errática. Afinal, o empreendedor, em sua concepção, tem conhecimento do que é certo e errado. Muitas vezes, inclusive, não se importando em como a regra vai ser aplicada, delegando esta função a autoridades específicas (Becker, 2008, p. 155).

Temos como grande exemplo de tais indivíduos, os intelectuais que acreditavam que os princípios eugênicos seriam a “solução” para o “atraso” brasileiro e relação às economias europeias.

O historiador porto-riquenho Jerry D'Ávila, em sua obra *“Diploma de brancura”* (2006) analisa como uma elite branca médica, científico-social e intelectual emergente transformou suas suposições sobre raça em políticas educacionais e de saúde entre os anos 1917 e 1945. *“Na prática, isso significava o branqueamento comportamental: ou seja, descartar as práticas culturais africanas e indígenas”* (D'Ávila, 2006, p. 56). Desta maneira, a eugenia e os ideais de hierarquia racial conseguiram se camuflar sob a intenção de melhorias na educação e saúde. Portanto, foram aceitas amplamente pela população, sem questionamentos.

Usando esta situação como ilustração à fala de Becker, temos uma elite impondo suas crenças em forma de “missão”. Desse modo, utilizando-se de profissionais da educação e da saúde como veículos do empreendimento moral.

Quanto à questão da proibição da maconha no Brasil, podemos dizer que foi uma cruzada moral bem-sucedida, pois até hoje diversos setores da sociedade discutem e divergem sobre o uso recreativo. Para além disso, a população negra, indígena e em situação de vulnerabilidade socioeconômica ainda se encontra associada negativamente ao tráfico de drogas. Afinal,

A conclusão da “predominância de pretos e mulatos” [entre os usuários de maconha] transformava esses grupos no alvo por excelência das ações policiais (...) (Souza, 2008, p. 87)

Com o empreendimento bem-sucedido, as regras passam a ser impostas de maneira institucional, como vimos no exemplo acima. Ou seja, passa-se o controle do empreendedor à polícia, este muitas vezes não se interessando na regra em si, mas no dever de fazê-la ser cumprida (Becker, 2008, p. 162).

No entanto, segundo o autor, ainda há a necessidade do impositor provar que o problema ainda existe, ao mesmo tempo que tenta provar que a regra imposta é eficaz (Idem, p. 163). Por isso, vemos uma mudança através das décadas do século XX em relação à abordagem sobre o tema do uso da maconha. Primeiramente, como percebemos com a fala de Rodrigues Dória, o usuário correspondia a um tipo específico de corpo, tido como doente. Assim, o empreendimento evolui, tratando o usuário como um indivíduo criminoso e violento.

A visão estigmatizada destes grupos sociais é reafirmada quando levamos em conta que o desvio é melhor explicado como sendo uma ação coletiva (Becker, 2008, p. 186). Segundo o autor, dentro do grupo desviante, não está em jogo apenas o dito comportamento, mas também significados inerentes àquela situação.

Tendo estes fatos colocados, Becker (Idem, p. 208), ao explanar sobre o diferencial da abordagem interacionista para a análise destes fenômenos, coloca a inovação com que trata seu estudo. Opondo-se à “hierarquia” dos elementos, o sociólogo nos ajuda a tratar sobre o empreendimento moral, e não sobre o desvio, ou os sujeitos desviantes em si. Ainda, tratando os empreendedores como o próprio objeto de pesquisa. Segundo ele, faz-se fundamental questionar “(...) [o] *monopólio da verdade e ‘toda a história’ sustentada pelos que ocupam posições de poder e autoridade*” (Ibidem, p. 208). Assim, vemos claramente uma relação com as falas de Foucault acerca da construção de verdades.

Neste momento, tendo passado pelas importantes conceituações de Howard Becker e Michel Foucault, podemos acrescentar as considerações do sociólogo Erving Goffman, relacionando aos objetivos deste trabalho.

1.3 A construção de estigmas em Erving Goffman e o higienismo brasileiro

Para esta etapa da construção teórica da pesquisa, irei me debruçar sobre a obra do sociólogo estadunidense Erving Goffman, chamada “*Estigma – notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*”, publicada originalmente no ano de 1963 (aqui, usaremos a versão de 2004), onde o autor explica o processo de construção de estereótipos. Tal tópico é fundamental para o esclarecimento das questões deste trabalho.

Para Goffman, a existência de estigmas faz parte do funcionamento de qualquer sociedade, a partir do momento em que existam normas de identidade (2004, p. 111). O normal⁴ e o estigmatizado são duas forças sociais complementares.

⁴ Goffman usa o termo “normal” como oposto de “estigmatizado.” No entanto, esta primeira categorização não atende ao meu requisito atual de pesquisa, pois entendo que não existem grupos “normais”, mas sim, os que gozam de plena aceitação.

Podemos, então “(...) *suspeitar de que o papel dos normais e o papel dos estigmatizados são partes do mesmo complexo, recortes do mesmo tecido-padrão*” (Idem).

Segundo o autor, um indivíduo que vive sob estigma é aquele que “*está inabilitado para a aceitação social plena*” (Goffman, 2004, p. 4). E, como vivemos e necessitamos da convivência em grupo, preliminarmente podemos deduzir que a existência do estigma prejudica a vivência de alguém em uma sociedade. “*Os símbolos de estigma caracterizam-se por estarem continuamente expostos à percepção*” (Idem, p. 88).

No entanto, o que são estigmas e como eles surgem?

Para Goffman, estigmas, bem como a manipulação destes “*são uma característica geral da sociedade, um processo que ocorre sempre que há normas de identidade*” (Ibidem, p. 111). Estes fenômenos ocorrem quando expectativas sociais não são correspondidas. Ao estarmos em certo ambiente, esperamos encontrar certos tipos de indivíduos, que atendam a categorias como: situação econômica, escolaridade, modo de se vestir, cor da pele, sexualidade e mais uma gama de fatores afins (Ibidem, p. 5).

Temos como exemplo muito simples uma igreja tradicional. Ao estarmos neste ambiente, esperamos encontrar membros vestidos de certa maneira específica. Quando alguém foge desta expectativa, torna-se alvo de olhares, indigno da convivência com o restante do grupo. Por outro lado, os demais indivíduos que não se destacam, atendem a estas expectativas.

O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro. (Goffman, 2004, p. 117)

Assim, Goffman nos coloca dois conceitos: a identidade social virtual e a *identidade social real*. A primeira, corresponde às expectativas às quais nos referimos. A segunda, ao que indivíduo realmente é, apesar do que se espera dele (Idem, p. 6).

Alba Zaluar cita o antropólogo indiano Alan MacFarlane quando este afirma que “*o dinheiro tem esta propriedade perturbadora de comprar tudo, inclusive a fachada moral e o reconhecimento social*” (1999, p. 101). Desse modo, é simples afirmar que a moral associada a um indivíduo não necessariamente é real, mas sim resultado do processo de rotulação atrelada à posição econômica que cada sujeito ocupa.

O texto de MacFarlane utilizado por Zaluar em seu artigo “*A criminalização das drogas e o reencantamento do mal*” (1999) especifica a dinâmica relativa ao processo de industrialização ocorrido na Europa. No entanto, ao trazermos esta questão ao Brasil, é necessário adicionarmos mais componentes à equação, como abordaremos no decorrer do texto.

Assim, a discrepância entre identidade social virtual e identidade social real é o estigma. Este diminui a moral da pessoa que está à nossa frente. Ela é, assim, tida como fraca, má, perigosa ou desacreditada.

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. (Goffman, 2004, p. 6)

O autor elenca três tipos de estigma: os relativos ao corpo (o autor define como “deformidades físicas”, mas podemos atualizar o conceito como “deficiências físicas”), culpas de caráter individual (“desvios” de caráter) e “estigmas tribais de nação, raça e religião”, que podemos definir atualmente como racismo, intolerância religiosa e xenofobia.

Iremos nos ater aos dois últimos tipos de estigma, pois se relacionam ao tema da pesquisa.

Para Goffman (Idem, p. 7), os indivíduos dentro dos grupos acima citados, poderiam facilmente se integrar à sociedade à qual fazemos parte. Mas certas características os impedem de uma convivência plena para com os ditos “normais”.

O referido autor se aproxima de Becker e de Foucault quando coloca as estratégias de estigmatização contra certos grupos sociais como meio de exclusão

destes grupos das vias de competição. Assim, as rotulações funcionam como controles sociais (Goffman, 2004, p. 118).

Voltaremos aos estudos de Jerry D'Ávila para exemplificar o que seria um indivíduo “normal” e um estigmatizado, quando falamos sobre o Brasil. D'Ávila evoca um dos personagens fictícios mais famosos da literatura brasileira: o Jeca Tatu, de autoria do advogado e escritor brasileiro Monteiro Lobato, para ilustrar seus argumentos:

Em um ensaio de 1914, Monteiro Lobato introduziu o personagem Jeca Tatu. Jeca era caipira e encarnava tudo o que havia de errado com as subclasses racialmente mistas no Brasil. (...) O ensaio abertamente racista retratava o caipira como causa das deficiências econômicas e políticas na nação. (D'Ávila, 2006, p. 59)

Jeca Tatu era um indivíduo, portanto, não-branco, pobre, analfabeto e degenerado, características que não correspondiam ao que se esperava de um brasileiro “normal”.

D'Ávila (Idem) narra, ainda, que mais tarde, Lobato escreveu sobre a “redenção” do caipira, onde sua degeneração é curada por meio do contato com um médico, que lhe ensina o valor do trabalho árduo.

O personagem, desta maneira, é um sujeito estigmatizado pela culpa de caráter individual (degeneração) e pela sua marca racial (não-branco). Jeca, portanto, necessitou de um tratamento médico para que fosse aceito pelo grupo social normal.

Assim, Goffman explana sobre as ações externas a estes indivíduos:

Há uma prova direta dessa unidade eu-outro, normal-estigmatizado (...). Essas mudanças percebidas parecem ser o resultado do fato de o indivíduo estar colocado numa nova relação com as contingências da aceitação na interação face-a-face, com uma utilização consequente de novas estratégias de adaptação. (Goffman, 2004, p. 113)

Dessa maneira, por mais que Jeca Tatu e tantos outros brasileiros passassem pelo processo de cura física e mental, jamais chegariam a ser considerados cidadãos “normais”. O estigma sobre estas pessoas é necessário para a conservação da posição de superioridade por parte do poder político.

Relacionando à conceituação de Berenice Bento, o autor nos afirma que *“acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano”* (Goffman, 2004, p. 8). Este, para Bento, é o portador de uma identidade abjeta (Bento, 2018).

Bento e Goffman também conformam seus pensamentos quanto a reduzimos as chances de vida destas identidades (Goffman, 2004, p.8). Ou seja: para o autor, usamos os estigmas para inferiorizar indivíduos e justificar sua exclusão, muitas vezes atribuindo ainda mais “imperfeições” ao quadro já desenhado sobre o sujeito: *“(...) tentaremos, então, agir [para com o estigmatizado] como se ele fosse uma não-pessoa e não existisse, para nós, como um indivíduo digno de atenção ritual”* (Idem, p. 19).

Ainda comparando os dois autores: para Goffman, os estigmas são intrínsecos às sociedades, uma vez que existam normas de identidade (expectativas do que seriam condições ideais de aparência, saúde mental, educação, comportamento sexual etc.). Partindo desta perspectiva, vemos que o tanto o possuidor do estigma quanto o que aponta fazem parte da mesma dinâmica social.

O que seria equivalente ao que Bento diz quando traz que a prática de desumanização de indivíduos é estruturante no Estado brasileiro: *“(...) o Estado aparece como um agente fundamental na distribuição diferencial de reconhecimento de humanidade”* (2018).

Goffman mais uma vez toca a teoria de Becker quando define tais indivíduos como portadores de “comportamento desviante” (Goffman, 2004, p. 121) ao destoarem das identidades sociais desejadas:

São essas as pessoas consideradas engajadas numa espécie de negação coletiva da ordem social. Elas são percebidas como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade; mostram um desrespeito evidente por seus superiores; falta-lhes moralidade; elas representam defeitos nos esquemas motivacionais da sociedade. (Idem, p. 122)

A ideia básica consiste em, ao violar a lei ou ao cometer um ato transgressor, o indivíduo ser rotulado por um órgão ou sociedade. Este rótulo passa a ser a identidade do indivíduo, mesmo que ele não esteja mais na dita situação. E

consequentemente, estes rótulos penetram na autoimagem do sujeito (DeFleur e Ball-Rokeach, 1993, p. 487).

Em contrapartida, a pessoa estigmatizada pode conceber a ideia de que ela é “normal”, e o círculo social que a exclui possui tais estigmas que impedem uma relação saudável, dependendo de quanto acredita em suas convicções.

A característica central da situação de vida, do indivíduo estigmatizado, pode, agora, ser explicada. É uma questão do que é com frequência, embora vagamente, chamado de “aceitação”. (Goffman, 2004, p. 11)

Partindo desta fala, vamos tratar do indivíduo estigmatizado que concorda com o rótulo, mas se sente desconfortável como tal, aceitando a solução.

Voltando ao exemplo do Jeca Tatu, este encontra o “bom caminho” por meio do contato com o médico eugenista. Ou seja, se dispõe, por vontade própria, à cura de sua vadiagem. Este fenômeno, Goffman explica:

Quer que se trate de uma técnica prática ou de fraude, a pesquisa, frequentemente secreta, dela resultante, revela, de maneira específica, os extremos a que os estigmatizados estão dispostos a chegar e, portanto, a angústia da situação que os leva a tais extremos. (Idem, 2004, p. 11)

O autor trata aqui do efeito que o estigma pode causar no sujeito, ao ponto de ele mesmo se sentir inadequado pedir pela “cura”. No caso de Jeca Tatu, podemos presumir que o embranquecimento de seus costumes e sua aculturação foram acatados de maneira pacífica, em troca de ser aceito em sociedade. Visto que o estigmatizado se sente inseguro em relação aos “normais” (Idem, p. 15).

No entanto, percebemos que Jeca Tatu, e tantos outros rotulados e supostamente “salvos” pela eugenia jamais alcançaram a dignidade, pois sempre representaram o sujeito que conseguiu vir à luz, e não o que já nasceu tendo os direitos básicos inerentes ao ser humano.

Para Goffman:

Exige-se do indivíduo estigmatizado que ele se comporte de maneira tal que não signifique nem que sua carga é pesada e nem que carregá-la tornou-o diferente de nós; ao mesmo tempo, ele deve-se manter a uma distância tal

que nos assegure que podemos confirmar, de forma indolor, essa crença sobre ele. (...) Assim, permite-se que uma aceitação-fantasma forneça a base para uma normalidade-fantasma. Deve ele aceitar tão profundamente a atitude do eu que é definida como normal em nossa sociedade e deve ser parte dessa definição a tal ponto que isso lhe permita representar esse eu de um modo tão irrepreensível para uma audiência impaciente que fica e, semiprontidão à espera de uma outra exibição (2004, p. 105).

Embora os escritos de Goffman sobre estigma pertençam ao terceiro quartel do século XX, eles nos ajudam a entender fenômenos atuais. Um exemplo que interessa a esta pesquisa é o desdobramento da nova Lei de Drogas aprovada em agosto de 2006 (Lei no 11.343/2006).

Tal Lei teve como objetivo diferenciar o uso de drogas do tráfico de drogas, eliminando a pena para o primeiro e aumentando, para o segundo. Ou seja: o usuário, agora, necessitaria de tratamento. Ao passo que o traficante seria ainda mais punido.

No entanto, a medida, diferentemente do que se esperava, aumentou o número de prisões sob este juízo. É o que nos explica o sociólogo brasileiro Marcelo da Silveira Campos, em seu artigo de 2018 intitulado *“O novo sempre vem”*:

Passados alguns anos de sua vigência, observa-se que a aplicação deste “novo” dispositivo legal, no interior do sistema de justiça criminal, trouxe como sua principal implicação a intensificação massiva da criminalização de indivíduos por tráfico de drogas. Os dados nacionais apontam o aumento crescente, desde 2006, do número absoluto dos presos e presas por comércio de drogas (...). (Campos, 2018, p. 32)

De acordo com Campos (Idem), a reformulação da Lei conformou duas frentes para o manejo do uso de drogas no país. O primeiro, punitivo, e o segundo, medicalizador. Portanto, o uso de psicoativos foi, com o passar do tempo, fagocitado pelo discurso médico, colocando alguns indivíduos como necessitados de intervenção e de cuidado. Não mais o uso de drogas no geral seria visto como degeneração. Desta vez, uma parte dos usuários poderiam ser “salvos” por meio da intervenção médica em suas vidas. Como já discutimos aqui, a Lei se configura em estratégia biopolítica.

Um chamativo problema que encontramos na Lei é a falta de critérios claros para separar o traficante do usuário. Apesar de se colocar até 25g ou até seis plantas fêmeas de maconha como uso, existem fatores atenuantes que podiam ser considerados. *“Essa definição fica a cargo do sistema de persecução penal (Polícia,*

Ministério Público e Judiciário), que interpreta a norma de formas diversas” (Portal do STF, 2023).

Alba Zaluar (1942 – 2019) na introdução do livro *“Drogas e cidadania”* (1999) nos explica:

“Jovens de classe média e alta não chegam a ser estigmatizados como problemáticos antissociais ou violentos, apresentando-se muito mais como jovens em busca de diversão, ou, quando exageram, jovens que necessitam atendimento por médicos e clínicas particulares” (p. 9)

Ou seja, é fácil presumirmos que o fator que diferencia o usuário do traficante é sua cor, religião, origem social, escolaridade e demais fatores estigmatizantes. Para Goffman (2004, p. 123),

(...) há os membros de classe baixa que, de forma bastante perceptível, trazem a marca de seu status na linguagem, aparência e gestos, e que, em referência às instituições públicas de nossa sociedade, descobrem que são cidadãos de segunda classe”

Sabemos que junto com a questão racial, o uso da maconha se estreita aos estigmas relacionados às populações periféricas e racializadas em situação de vulnerabilidade econômica, o que as fazem carregar ainda mais rótulos em relação à criminalidade e ao tráfico de drogas, afastando-as dos espaços de saúde, educação e políticas públicas necessários à sobrevivência. Como define Zaluar:

A vinculação, aceita como truísmo, entre pobreza e criminalidade é um dos pressupostos mais arraigados em toda a população brasileira, mas não está permitido atitudes mais eficazes diante do novo fenômeno da criminalidade urbana do Brasil urbano vinculado a uma atividade empresarial organizada do crime. Se antes esse determinismo aparecia nas concepções religiosas do crime, em que a vontade das divindades centrais ou de entidades espirituais periféricas é que decidiam a ação criminosa da pessoa, hoje esta concepção rarefeita cede lugar ao determinismo sociológico que considera a pobreza o meio social ideal ou o “meio de cultura” (no sentido bacteriológico) para o aparecimento do criminoso. (Zaluar, 1999, p. 109).

Ou seja, diferentemente do que se acontecia em um Brasil ruralista que acreditava cegamente nos preceitos cristãos de bem e mal, Deus e diabo, o criminoso era a personificação do mal. Sem causa e sem passado, o crime era praticado, segundo a crença, apenas pela maldade do ser humano não dotado de espírito. A

partir de novas ideias, entre elas a propagação de conceitos eugenistas, o meio social em situação de pobreza, principalmente o periférico urbano, supostamente concentrariam o cerne da criminalidade, onde seus indivíduos produzem e reproduzem comportamentos criminosos. Entre eles, o uso e o tráfico de drogas. Para Zaluar:

Se antes esse determinismo aparecia nas concepções religiosas do crime em que a vontade das divindades centrais ou de entidades espirituais periféricas é que decidiam a ação criminosa da pessoa, hoje esta concepção rarefeita cede lugar ao determinismo sociológico que considera a pobreza o meio social ou o “meio de cultura” (no sentido bacteriológico) para o aparecimento do criminoso (...) que “não tem jeito”, nato na pobreza destituída de moralidade e reincidente no crime mediante uma carreira de violências, crimes e prisões (1999, p. 109)

Para Goffman (2004, p. 41), as características que rotulam um indivíduo podem ser fabricadas premeditadamente, com intenção de se tornarem informativas. Neste ponto, podemos voltar à Becker para relacionar esta informação ao empreendimento moral, onde incute no inconsciente coletivo a informação sobre um indivíduo ou grupo, tornando-os culpados de algo.

Voltando ao texto de Alba Zaluar (1999, p. 99), a autora nos dá uma explicação histórica para o “mal” sair da esfera espiritual e se transportar para a social a partir do início da Era Moderna. Zaluar afirma que a dependência ao dinheiro entrou nesta equação de forma a tornar confusos os limites entre o bem e o mal. Assim, mais uma vez cita Alan MacFarlane sobre a máxima de São Paulo (idem):

(...) a raiz de todo mal está no amor ao dinheiro, base do horror à avareza tradicional cristã. Esta pouco perderia a hegemonia para a tendência humana de buscar o lucro e aumentar o poder aquisitivo por meio do comércio, considerado por Adam Smith e outros economistas clássicos como um pilar da civilização moderna. Assim, conclui ele [MacFarlane], o bem e o mal estariam misturados nas próprias raízes da sociedade moderna. A sociedade de mercado é que elimina o conceito do mal absoluto. O capitalismo inventou o cinza.

Ou seja, “(...) a concepção do mal não é apenas um modo de afirmar uma moral, mas também de simbolizar a inversão do próprio ideal de ordem” (Ibidem, p. 100). E ainda:

Mas quando a desordem não está associada ao mal absoluto, construído como antônimo da moralidade vigente, tal como acontece nas religiões primitivas da América e da África, a concepção de mal não é tão dicotômica como na tradição judaico-cristã⁵. (Ibidem, p. 100)

Isso significa dizer que toda a estigmatização de “menos humano” que recai sobre o não-branco, coloca-o como a origem do mal, que deve ser eliminado, ou convertido.

Da mesma como os eugenistas acreditavam que o Brasil fosse um lugar fértil para a modernização, seu povo, sem a intervenção necessária, era a própria doença. Afinal há uma “(...) *ambivalência da própria imagem da América: o paraíso, por suas riquezas naturais; o inferno, por sua população selvagem, canibal e dominada pela magia*” (Ibidem, p. 102).

Podemos deduzir que o rótulo imposto ao fumador de maconha vem a calhar no objetivo de personificar o próprio mal.

Goffman é consoante com as afirmações acima ao dizer *que “(...) definições podem surgir antes mesmo de o indivíduo nascer e continuam depois dele haver sido enterrado (...)”* (2004, p. 91). Basta nascer de uma certa cor, estar em uma realidade específica em um recorte de tempo, para que o sujeito seja colocado embaixo de um estigma que venha a prejudicar seu convívio em sociedade ao longo da vida. Portanto, o desenho do estereótipo do maconheiro enquanto doente, louco e criminoso tem origem muito mais histórica do que um motivo de fato para existir.

Em termos sociológicos, questão central referente a estes grupos é o seu lugar na estrutura social; as contingências que essas pessoas encontram na interação face-a-face é só uma parte do problema, e algo que não pode, em si mesmo, ser completamente compreendido sem uma referência à história, ao envolvimento político e às estratégias correntes ao grupo. (Idem, p. 108)

Diante dos argumentos apresentados até este momento, percebemos que que a presente pesquisa se baseia nos pilares apresentados por estes três conceitos,

⁵ O uso do termo “religiões primitivas” para se referir a religiões não- cristãs não reflete a nossa opinião.

a saber: biopolítica e biopoderes, empreendimento moral e processos de estigmatização e rotulação. Bem como em teorias baseadas nestes tópicos.

Podemos, também, constatar, que são abordagens correlacionais, afinal, elas se tocam para a execução deste trabalho. Percebemos, assim, que o trabalho sociológico não deve se resumir a apenas um viés teórico, pois:

A prática é um conjunto de revezamentos de uma teoria a outra e a teoria um revezamento de uma prática a outra. Nenhuma teoria pode se desenvolver sem encontrar uma espécie de muro e é preciso a prática para atravessar o muro. (Foucault, 2023 p.130)

Portanto, abarcando as teorias apresentadas e havendo em vista que:

“(...) o discurso é o observatório das relações entre língua e ideologia. O discurso é material simbólico, é janela para o estudo do funcionamento dos mecanismos de produção de sentidos, é confronto do simbólico com a ideologia” (Brasil, 2011, p. 176)

podemos nos dirigir à análise dos textos escolhidos, pois estes são a representação empírica das teorias discutidas até então.

Capítulo 2 – O protecionismo médico, a imprensa brasileira e a Folha de S. Paulo

2.1 Saberes médicos em conflito e o discurso da imprensa

Como citado anteriormente, sabemos que a imprensa, de modo geral, possui poder no que tange à formação de opiniões. Não é diferente quando falamos sobre a proibição da maconha no Brasil e a visão preconceituosa sobre os usos e usuários. Portanto, é pertinente que analisemos esta questão sob o ponto de vista da Sociologia, antes de nos atermos ao caso específico da Folha de São Paulo.

Portanto, neste momento, trazemos aqui um panorama sobre como esta discussão foi tratada pela imprensa brasileira, afinal:

Ela [a imprensa] é um excelente indicador para acompanharmos a sugestão e estabilização de certas representações sobre determinados fenômenos. Por seu intermédio, podemos ir percebendo como foi se dando a dinâmica de construção e manipulação das representações sobre a maconha que ela ajudava a desfazer ou estabilizar. (Barbosa, 2022, p. 296)

Para tanto, temos de entender onde começa esta cruzada moral, que tem início na jurisdição médica.

O sociólogo Marcílio Dantas Brandão (2023) aponta para a forte característica do saber médico no que toca ao protecionismo existente na jurisdição médica, onde “[os médicos] *se colocam como donos dos problemas relacionados com o conhecimento dos recursos que podem ser utilizados para aprimorar o funcionamento do corpo e da mente humanas*” (p. 22).

Como percebemos no estudo da biopolítica foucaultiana, a medicina, a partir da modernidade, detém grande poder no que diz respeito à política. Logo, os indivíduos no exercício da medicina também se viam em posição de muito poder, lançando mão do protecionismo para a proteção do *status*. No entanto, no século XIX, a homeopatia passa ganhar força, e, portanto, ameaçar o poder médico estabelecido até então.

Sistematizada inicialmente pelo médico alemão Samuel Hahnemann nas primeiras décadas do século XIX, a homeopatia propunha o emprego de *cannabis* no tratamento de inúmeros males. O próprio Hahnemann (1834; 1921, p. 320-333) registrou 330 sintomas e efeitos da planta no organismo humano. (Brandão, 2023, p. 23)

Assim, a homeopatia também se torna popular no Brasil: “*A literatura homeopática produzida no Brasil no século XIX reconhece, relata e incentiva o uso terapêutico de cannabis*” (Idem).

Assim, enquanto a alopatia, que se utilizava de métodos mais agressivos (sangrias, por exemplo) e menos acessíveis à maioria da população, não possuía em sua literatura usos medicinais para a *cannabis*. A homeopatia encontrava mais “simpatia” em meio à população.

A homeopatia era não apenas mais acessível às camadas mais pobres, que os homeopatas procuravam atender gratuitamente, mas também mais assemelhada às práticas curativas populares e uma bem-vinda alternativa às sangrias, purgas, vomitórios, sanguessugas e outros métodos agressivos da terapêutica “oficial”. Estas mesmas vantagens relativas conquistavam simpatizantes na alta sociedade da Corte, ciente da difusão do sistema hahnemanniano na Europa e também mais cética quanto à superioridade da medicina convencional. (Brandão, 2023, p. 23 apud Coelho, 1999, p. 126-7)

Assim, os médicos alopatas, sentindo-se prejudicados, assumiram a missão de desqualificar a homeopatia, acusando os profissionais de usarem métodos não comprovados cientificamente, além de denúncias sobre charlatanismo, morte de pacientes e abuso sexual contra estes (Idem, p. 24). Assim, a alopatia conseguiu impor a comprovação “à luz da ciência” como único caminho para a aceitação de qualquer substância ou tratamento médico. O que não era o caso do uso da cannabis.

Seguindo o caminho da alopatia, em 1915 entra uma figura fundamental para o entendimento da questão canábica no Brasil: o médico e político sergipano José Rodrigues da Costa Dória, conforme citei anteriormente.

O texto exposto por Dória relaciona extensamente a maconha (afirmando que as plantas foram trazidas pelos escravizados africanos ao Brasil) ao suposto atraso brasileiro, pois, segundo seu estudo, a erva torna o usuário violento e “louco”, impedindo que o mesmo trabalhe e seja um cidadão de bem. Assim, a população negra e nordestina (onde se encontra o hábito de fumar maconha, segundo ele), estaria condenada à miséria e ao atraso social.

Dória foi o primeiro a trilhar o caminho de difamação do uso e dos usuários da cannabis. De acordo com Barbosa, outros médicos seguiram o mesmo caminho, culminando no pânico moral sobre tudo o que envolve a cannabis:

O destino da cruzada moral operada por esse discurso foi a bem-sucedida transformação dos usos e dos usuários de maconha em criminosos, como atestou a construção do Código Criminal Brasileiro da década de 1940. Foi um momento que encetou um conjunto de campanhas, ainda pouco investigado, rumo à construção dos usos e dos usuários da maconha como flagelo social. Esse empreendimento foi marcado por um conjunto de ações organizadas por diversos setores da sociedade civil e política. (Barbosa, 2022, p. 287)

A produção específica sobre o tema, bem como as importantes posições ocupadas por Dória na formação de médicos e na gestão pública nacional, fez deste autor uma referência praticamente incontornável no debate sobre a maconha no Brasil ao longo do século XX. Assim, o texto de Dória foi um marco da mudança do discurso científico sobre essa planta que – apesar de interessar também estudiosos dos costumes afro-brasileiros – permaneceu sob a jurisdição médica. Tal mudança representou o início do processo de conversão da maconha de remédio a doença (Brandão, 2023, p. 28).

A particularidade do estudo de Dória não se deu só pela afirmação da maconha como um mal a ser combatido. Brandão também ressalta o que não é dito no texto, nos levando a concluir que os resultados de seus estudos foram manipulados para causar a impressão apenas negativa da cannabis:

Para justificar a hipótese de importação clandestina da África, Dória citou estudos botânicos e sinônimos para a planta. Apesar de enumerar aplicações na medicina popular, não mencionou importação de medicamentos europeus contendo *cannabis*, omitiu a literatura homeopática e contestou a existência de efeitos benéficos para a saúde humana. Negando também a aplicação industrial no país, o autor ressaltou que o consumo se concentrava no Nordeste e se dava, principalmente, em grupos de negros, índios e mestiços pertencentes a camadas sociais “baixas” que se reuniam para fumar a erva em diferentes tipos de cachimbo. (2023, p. 26)

Desta maneira, a homeopatia, com sua reputação já manchada, interrompe o uso da cannabis nos tratamentos, afinal ela se tornara a doença, e não mais o tratamento. Concomitantemente, a partir do artigo de Dória, surgem outros na literatura médica que confirmam suas afirmações e colocam a maconha como hábito associado à loucura e à violência. E, como afirma Souza (2015, p. 35): *“Foi na década de 1930 que se ampliou e consolidou a presença da classe médica dentro do aparelho do Estado.”*

Como resultado da empreitada contra o uso de cannabis, os usuários foram transformados em criminosos na construção do Código Criminal Brasileiro em 1940 (Barbosa, 2022, p. 291).

Neste momento, o saber médico já se encontra novamente em um patamar de inegabilidade, sendo os médicos os únicos detentores dos saberes sobre o corpo.

E, tendo em mente o fato de que o poder político ao mesmo tempo nutre e é nutrido por este tipo de saber, o controle social em relação à cannabis e o rebaixamento do usuário à esfera do crime não encontra obstáculos.

Assim, juntamente com a missão de punir o usuário, a prevenção se torna fundamental na empreitada. Fazendo relação com a política higienista do período, como nos mostrou Jerry D'Ávila, o ambiente também precisava estar “limpo”. Quem deveria ser varrido do convívio social era o indivíduo relacionado à maconha. E a imprensa era o ponto chave a ser explorado para tal objetivo.

Outro ponto importante nesta equação é o poder policial. Este, no momento, não era questionado. De acordo com os estudos de Howard Becker, sabemos que o caminho natural da criação de leis e imposição de regras é o fato de os empreendedores imporem seu posicionamento e delegar as sanções (neste caso, penais), a outro grupo. Desse modo:

A polícia e os policiais são tratados nas reportagens como detentores de uma verdade sobre o fato, a narrativa ou a versão da polícia é a única divulgada pelos órgãos de imprensa (Dinelli, 2022, p. 42 apud Fraga; Martins; Rodrigues, 2020).

Assim, a partir da correlação entre medicina e política, e glutinando o inquestionável poder policial, partimos para a ação da imprensa neste empreendimento.

Para Barbosa (2022, p. 296), é também na década de 1940 nos jornais Folha da Manhã e Folha da Noite, que, como citado acima, foi onde o usuário foi colocado na esfera criminal, “(...) *começa a pulverizar com uma maior regularidade notícias e manchetes relacionadas às dimensões criminais dos usos e usuários da maconha*”. A partir deste momento, se tornam comuns tais tipos de notícias.

Como pudemos constatar na discussão teórica, os meios de comunicação não agem sozinhos. São dependentes de boas relações políticas e econômicas com membros da elite econômica do contexto em que estejam. Logo, existe o favorecimento de discursos que estejam de acordo aos ideais destes grupos. Portanto, de maneira simples, podemos deduzir que os veículos de comunicação,

para manutenção de suas condições de bom funcionamento estiveram em função da biopolítica, se colocando como principal propagadora de ideais higienistas.

Barbosa continua sua explanação (2022, p. 300) nos informando que a partir da década de 1950, os discursos deste tipo não são mais esporádicos, e sim constantes. Assim:

Essas informações, com capacidade de inferência limitada, indicam que o jornal foi coadjuvante no processo de espriar para o imaginário social essa escala de valores que alçou e associou a maconha a uma dimensão criminal e toxicológica. Pela preliminar sondagem operada na imprensa paulista na primeira metade do século XIX, foi possível perceber que ela foi estratégica nesse “natural” processo de constituições de certas interdições. (Idem, p. 302)

A partir destas afirmações, poderemos ir para o momento em que conhecemos de maneira pormenorizada a história da Folha de São Paulo e sua relação com a política e seu público. Desse modo, circunscrevemos o local onde se encontra a Folha em relação ao saber médico, empreendimento moral e estigmatizações sobre os usos e usuários de maconha.

2.2 Folha de S. Paulo: Histórico e posicionamentos

A história da Folha de S. Paulo começa em 1921, com a criação do jornal Folha da Noite, sob a direção de Olival Costa e Pedro Cunha. Em 1925, foi colocada em circulação a Folha da Manhã, edição matutina do jornal anterior. Em 1949, é iniciado o jornal Folha da Tarde, e em 1960, os três veículos se fundem, originando a empresa Folha de S. Paulo.

Anteriormente, o objetivo do veículo se dava por publicar textos curtos acerca dos problemas urbanos na cidade de São Paulo. A missão primordial era:

(...) “fiscalizar o governo”, o que se concretizou numa série de campanhas, entre as quais destacam-se a defesa do voto secreto, a construção de habitações operárias, o direito às férias, a regulamentação do trabalho dos menores nas fábricas e a ampliação da rede escolar. (*site Folha Online*)

Durante a Era Vargas, a Folha alinhou-se à oposição. No entanto, adotou uma linha conservadora, apoiando, inclusive, a posse do vice-presidente João Goulart, em 1961.

Destacamos aqui a Folha como um dos veículos coniventes ao golpe militar de 1964:

Sob nova direção, a “Folha de S. Paulo” engajou-se nas articulações políticas que levaram ao golpe de 1964 — passou a integrar, com a TV Tupi, “O Globo” e o “Jornal do Brasil”, a Rede da Democracia, canal de oposição ao governo Goulart. Em seus editoriais, cobrava a intervenção enérgica dos empresários na cena política. Em 1964, a “Folha de S. Paulo” saudou o golpe civil-militar e adotou um silêncio conivente com os “exageros do novo regime”, que no início chegara a criticar.⁶

No início da década de 1970, o veículo passou por uma modernização digital. E a partir de 1976, desempenhou um papel de destaque na reabertura democrática brasileira. A criação da sessão “*Tendências e Debates*” possibilitou que fossem colocadas em pauta discussões até então consideradas “polêmicas” (Moreira, 2006, p. 86). A descriminalização da maconha entrou em alguns exemplares dentro deste contexto, como será mostrado adiante nesta pesquisa.

Entretanto, durante o período ditatorial, a Folha de S. Paulo não adotou um viés combativo. Pelo contrário, em vista de recuperar seu capital financeiro, tomou uma posição branda em relação ao seu discurso:

(...) a Folha teve uma posição bastante anódina, em termos de não interferir opinativamente; inclusive, não fez face à censura oficial, ao contrário do Estado, Veja e JB. (...) A Folha simplesmente não enfrentou a censura, não moveu nenhuma posição e não se dispôs a assumir o papel político. (Moreira, 2006, p. 87 apud Ribeiro, 1994, p. 63)

Relacionamos esta fala ao fato de a imprensa sempre ter como objetivo a preservação de sua “boa imagem” em relação ao grupo politicamente dominante.

⁶ Esta citação é encontrada no *site* Memorial da Democracia, onde não constam o autor e o ano em que o texto foi escrito. Disponível em <https://memorialdademocracia.com.br/card/jornais-e-revistas/5?utm_source=chatgpt.com>

Afinal, imprensa e política são forças que atuam de maneira conjunta: *“Política e mídia são dois campos interdependentes em algum grau, e cada vez mais entrelaçados de maneiras complexas e com profundas implicações para cada um deles”* (Santos, Costa e Saraiva apud Wodak, 2024, p. 161).

Porém, como no jogo político, as forças estão sempre sendo colocadas em xeque e os interesses econômicos acompanham as tendências, no final dos anos 1970 as reclamações por mudanças no cenário político ganham espaço. Assim, as lutas pela abertura política e pelas eleições diretas passam a ser incentivadas pela Folha (Meneses, 2013, p. 44). Em 1981 é criada a sistematização de um projeto editorial, com as metas: *“(...) informação correta, interpretações competentes sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos”* (site Folha Online).

Com isso, o jornal começa a estruturar um bem-sucedido projeto de reconstrução de sua imagem pública e sobre a memória de sua participação nos eventos em que, poucos anos antes havia desempenhado um papel capital como apoiador. Antecipa-se, capturando para si a luta pela democracia e pela abertura política, numa estratégia de esquecimento que priva e controla narrativas autorizadas a partir dos conteúdos divulgados em suas páginas. (Meneses, 2013, p. 50)

Em se tratando da questão tecnológica, o veículo inaugurou em 1983 primeira redação informatizada na América do Sul, com a instalação de terminais de computador para a redação e a edição de textos. E no mesmo ano foi criado o Datafolha, instituto de pesquisa de opinião pública e de mercado. O instituto é um dos mais conhecidos do Brasil. Ainda, há a informatização do banco de dados do jornal, em convênio com a Editora Abril, no ano de 1987.

A Folha também se coloca à frente de outros jornais quando em 1994 passa a ser o primeiro a contar com banco de imagens digital. Na mesma década, passa a se dedicar ao conteúdo *online*, contando com o *“Folha Online”*, contendo atualizações diárias. Em 1996, a Folha lança o serviço *“Universo Online”* (UOL), sendo o primeiro serviço *online* de grande porte do Brasil. As informações acima foram retiradas do *site Folha UOL*.

Diante deste breve histórico sobre o jornal, no que consta de sua inauguração ao recorte histórico da pesquisa, percebemos que A Folha de São Paulo sempre teve

como objetivo claro se manter no controle da narrativa política. Para tanto, se colocou ao lado de quem estava no poder, dentro da dinâmica do jogo político. Portanto:

Se no final dos anos setenta o que impulsionava as ações era o debate sobre a abertura, a partir dos anos 80 a Folha passa a realizar uma política pública de esquecimento por substituição de eventos, quando são introduzidos outros episódios que acabam por eclipsar, quase totalmente, a relação da Folha com os acontecimentos de 1964 – dentre eles, destaco a abertura política e a campanha das Diretas. Assim, realiza um esquecimento administrado pela formulação de uma nova memória social – a partir de uma insistente campanha de autopromoção, responsável por fixar a imagem do jornal, nos anos 1990, como democrático, plural e apartidário. (Meneses, 2013, p. 59)

A partir deste breve apanhado histórico, é necessário pontuar o que se encontra do outro lado. Ou seja, debateremos quem era o leitor da Folha dentro de nosso recorte temporal, bem como a importância de sabermos o papel desta variável na construção do debate.

Segundo Mota (2005):

O leitor típico da Folha tem 40 anos e um alto padrão de renda e de escolaridade. Se uma pessoa for escolhida ao acaso no universo de leitores do jornal, a probabilidade de que seja homem é idêntica à de que seja mulher. Sua faixa etária estará no intervalo que vai de 30 a 49 anos (a idade média é 40,3)

As conclusões aqui apresentadas, segundo o autor, são retiradas da pesquisa “Perfil do Leitor” realizada pela Datafolha no ano 2000. Entretanto, perceberemos que esta descrição corresponde ao discurso do veículo em nosso recorte temporal, tendo aumentado o percentual de mulheres leitoras ao longo dos anos.

Mota continua:

Além disso, esse leitor-síntese teria formação superior, seria casado, estaria empregado no setor formal da economia, teria renda individual na faixa que vai até 15 salários-mínimos (R\$ 2.265) e familiar na que ultrapassa os 30 mínimos (R\$ 4.530). Faria parte ou da classe A ou da B. Seria católico, possuiria TV por assinatura e utilizaria a Internet.

O autor também pontua o “envelhecimento” do público, tanto pela aversão do segmento jovem à leitura, quando pela falta de atrativos do próprio jornal. Porém, este fato é visto com bons olhos, pois prova a fidelidade do público à Folha.

Acerca do posicionamento político dos leitores, Mota destaca o viés mais liberal da sociedade. Sobre a descriminalização da maconha:

Cresceu de 26% para 33% a proporção dos que apoiam a descriminalização do uso da maconha, embora a opinião francamente majoritária (de 63% dos leitores, contra 69% em 97) ainda seja refratária a essa mudança. (*site Folha Online*)

Traçarmos o perfil do leitor do jornal se faz necessário para o entendimento da pesquisa, pois o discurso não se constrói somente por quem o produz:

Para a análise de discurso o sujeito é o resultado da relação existente entre história e ideologia. O sujeito, na teoria discursiva, se constitui na relação com o outro, não sendo origem do sentido, está condenado a significar e é atravessado pela incompletude. (Brasil, 2011, p. 174)

Isto significa dizer que, para traçarmos os caminhos discursivos da Folha, devemos, sobretudo, entender para onde estes caminhos levam. Afinal, para o sociólogo Gabriel Tarde (2005, p. 5), o público se trata de pessoas separadas fisicamente, mas unidas pelas ideias.

Diferentemente do mundo animal, onde a união física é necessária, cada vez mais os seres humanos se unem em corrente mental por meio de suas opiniões e por meio do compartilhamento de tais opiniões, onde se forma uma comunidade fisicamente distante.

Assim, o indivíduo atua nesta comunidade inconscientemente, o que não é o caso de quem propaga tais opiniões e informações. Essa influência:

(...) se exerce ao mesmo tempo, sobre sua curiosidade, que se torna ainda mais viva se ela sabe ou crê partilhada por um público mais numeroso ou mais seletivo, e sobre seu juízo, que busca conciliar-se com o da maioria ou da elite, conforme o caso. (Tarde, 2005, p. 5).

Nós, público influenciado, explicamos tal fenômeno por meio da atualidade, onde simplificamos a questão afirmando que gostamos de nos informar por meio de

fatos atuais. Para o autor, esta questão requer uma explicação mais profunda, afirmando que na verdade, a atualidade são fatos que se tornam mais relevantes e interessantes, de acordo com o que imprensa os decide que sejam. Este fato entra em acordo com o que discutimos anteriormente neste trabalho, principalmente levando em conta as pontuações de Michel Foucault sobre o papel dos detentores do discurso na criação de verdades.

Assim sendo, cabe à linguagem ser mestra de inúmeros funcionamentos, como manipular a opinião visando o poder. Ao refletir sobre essa ótica, o poder forja uma realidade social ao mesmo passo em que controla, com o uso da linguagem, as práticas discursivas. (Brasil, 2011, p. 176)

Nosso impulso por tornamo-nos público de uma certa corrente de pensamento vem de nossa característica de entendermos olhares de aprovação e reprovação, desde nossa infância até a fase adulta. Além disso, reconhecemos uma voz enérgica de um passado distante de convivência mais grosseira, quando lemos alguma afirmação desse tipo na imprensa. Dessa maneira, somos influenciados a concordar e comungar de um mesmo pensamento com outros indivíduos. Afinal, pensamento se alastra mais rápido à distância do que as coisas físicas.

Para o público, sua maior influência está em figuras de liderança e confiança, o que é o caso da Folha de S. Paulo. Um veículo propagador de ideias é capaz de fazê-lo criando um certo estado de espírito no qual seu público será atingido e agirá conforme seus ideais.

No entanto, sabemos que cada indivíduo é capaz de decidir sobre aceitar ou não uma ideia. Caso os leitores não se sintam mais identificados com o que um jornal propaga, é possível que o meio de comunicação se adapte ao seu público. Assim, o público também se adapta ao meio, causando um movimento mútuo de encaixe.

Porém, o público está cada vez mais subjugado a grandes publicistas, estes sendo os que verdadeiramente moldam a opinião do público e detém o poder da palavra. Sobre este poder:

É como se houvessem querido regulamentar a soberania do Grande Rei ou de Napoleão. Os delitos de imprensa, os próprios crimes de imprensa, são quase tão impuníveis como eram os delitos de tribuna na Antiguidade e os delitos de púlpito na Idade Média. (Tarde, 2005, p. 22)

Desta maneira, como vimos na argumentação de DeFleur e Ball-Rokeach, a notícia vai além do viés informativo, atendendo, assim, a interesses financeiros dos veículos de informação.

Percebemos, assim, que a Folha, sendo um dos veículos de informação mais confiáveis do Brasil, possui um significativo poder de influência sobre seu público. Ao mesmo tempo, anda em conformidade com o que se espera de um jornal que atende às classes A e B, referente aos aspectos políticos e sociais. A Folha de S. Paulo, portanto, promove debates amplos em conformidade com o que se espera que seja *atual*. Ao mesmo tempo, mostra seus posicionamentos, a fim de se manter enquanto empresa que age no sentido da manutenção de seu capital financeiro. Veremos tais discursos de maneira aprofundada no tópico a seguir.

Capítulo 3 – O discurso da Folha de S. Paulo sobre os usos e usuários de maconha: observações empíricas

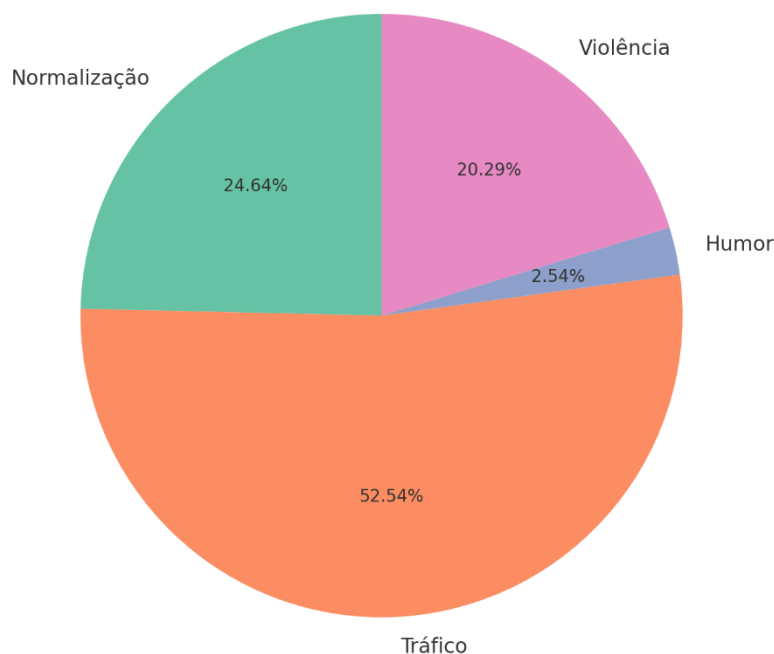
3.1 Dados quantitativos

Para a melhor compreensão sobre os discursos da Folha sobre a maconha, bem como a modificação destes através do tempo, é necessária a apresentação de resultados quantitativos da pesquisa. Dentro do universo de 552 notícias catalogadas, encontramos os resultados apresentados a seguir.

Percebemos, inicialmente, quatro vieses principais, onde podemos encontrar as notícias publicadas tendo o uso da maconha como assunto principal: violência (20.29%), tráfico (52.54%), normalização (24.64%) e humor (2.54). Assim, podemos visualizar o gráfico:

Gráfico 1 – Distribuição de Componentes

Distribuição de Componentes (%)

**Fonte:** elaborado pela autora (2025)

Mais adiante explicaremos as categorias e o porquê de tais categorizações.

Percebemos, durante o estudo, que as notícias sobre violência se concentram na década de 1980, principalmente nos cinco primeiros anos. Neste recorte temporal se encontram o final do período ditatorial e o início da volta ao regime democrático, como expus anteriormente. Este fato nos revela o já citado poder incontestável da polícia sobre os usuários, pois é incumbido a ela o papel prático da limpeza social:

“Conforme a literatura sociológica, alguns policiais têm uma espécie de interesse missionário em reprimir o mal encarnado na figura da droga e seus mercadores e consumidores. (...) os policiais exercem o papel de empreendedores morais – verdadeiros cruzados – na luta contra drogas como o crack, para a qual há uma esfera de demonização e incentivos financeiros para que eles – os agentes da lei – livrem a sociedade desse tipo de mazela.” (Gonçalves, 2022, p. 104)

Avançando a partir de 1985, e principalmente, ao final da década de 1990, temos a maior concentração de notícias relativas ao tráfico de drogas. Neste caso, a Operação Mandacaru atua em papel de protagonismo diante do emprego do combate

à maconha. Reforçando, assim, o peso dado ao Nordeste pela “culpa” do uso e tráfico de maconha.

Percebemos, até aqui, que violência e tráfico andam em conjunto. No entanto, o primeiro aparece de maneira “rudimentar”, em um discurso claro e sem rodeios sobre a necessidade da força policial direta sobre os usuários. Já no caso do tráfico, seguindo o que se fazia necessário ao período de abertura democrática, portanto, de maior diálogo entre lados políticos opostos, a Folha colocou o combate à maconha de uma forma mais abrangente. Portanto, tirando o foco maior da ação policial direta e colocando esta missão a instâncias maiores da segurança pública.

As ênfases diferentes para diferentes recortes temporais demonstram mais uma vez o quanto o discurso é, acima de tudo, uma prática social que nos revela práticas e preconceitos relativos aos períodos pesquisados.

Assim, o poder de influência da mídia e da produção científica altera a interação entre os sujeitos, de forma fluida e afetando a convivência e a realidade a partir de seus próprios valores, que usualmente são as opiniões da classe dominante. (Dinelli, 2022, p. 48)

No capítulo seguinte abordaremos com profundidade as quatro categorias aqui colocadas.

Discorremos neste tópico a importância de se conhecer tanto a história quanto o público ao qual a Folha se dirige, para que possamos ter um entendimento completo dos discursos a serem analisados neste trabalho. Bem como a ilustração estatística para melhor compreensão do caso.

Portanto, neste momento, a partir dos conceitos discutidos e dos dados apresentados, poderemos traçar o caminho discursivo traçado pelo jornal entre as décadas de 1980 e 1990, quando se fala dos usos e usuários de maconha.

3.2 Violência

Neste tópico, abordaremos os discursos da Folha de S. Paulo onde se relaciona o uso de maconha à violência urbana no Brasil.

Como percebemos nas discussões, há uma forte associação entre uso de maconha pelas camadas periféricas urbanas e a violência praticada, supostamente, por seus usuários, colocando em risco o bem-estar da população branca e de classe média dos centros urbanos. Afinal, entre as décadas de 1960 e 1980 houve um aumento significativo da população urbana, trazendo consigo problemas relativos à segurança pública. Assim, não existe dificuldade em encontrarmos textos onde existe esta relação.

Começaremos as análises a partir da notícia do dia 09.11.1983, intitulada “*Linchado após roubo de arroz*” [figura 1]⁷, onde José Itamar, acusado de roubar arroz e esfaquear o dono do estabelecimento, é linchado pela população em seu *barraco*, localizado no Jardim Novo Horizonte, na cidade de Carapicuíba – SP.

Na matéria, é noticiado que Itamar se embriagava, fumava maconha, e assim se tornava um homem violento, agredindo os garotos de sua rua. Inclusive, já tendo passagens pela polícia por porte da droga. Seus vizinhos discordam, afirmando ser ele apenas “desocupado e vagabundo”. Dessa maneira, percebemos aqui, a tendência à justificativa da violência por meio do uso de *cannabis*.

Portando, a Folha, de maneira sutil, justificou o assassinato de Itamar, incitado pelos frequentadores do bar que fora roubado.

Como pontuamos acima, não existia pudor e reforçar a ação policial contra os usuários, pois neste momento esta instituição gozava de plenas permissões para a eliminação do usuário de maconha. No entanto, percebemos aqui também o lado da permissão à violência por parte da própria população.

Partindo do incentivo à violência da população contra usuários, podemos abordar o Esquadrão da Morte, pela notícia veiculada em 29.01.1980. Mesmo sendo anterior ao texto acima, escolhemos colocá-lo após, pois aprofunda a questão.

⁷ Todas as imagens constam na sessão Anexo, e foram encontradas da sessão Acervo do site Folha de S. Paulo, conforme explicado na Introdução.

Nesta notícia, intitulada “*Esquadrão da Morte executa 2 na baixada*” [fig. 2], o Esquadrão da Morte é acusado pelo assassinato de um rapaz preto, aparentando 30 anos, tendo este sido sequestrado e assassinado pelo grupo em local ermo.

O Esquadrão, no mesmo texto, é apontado como responsável pelo assassinato do comerciário Sidney de Oliveira Feijó, então com 25 anos de idade.

De acordo com sua companheira, o grupo invadiu sua casa, indagou pela maconha e arma, chamando-o de Manoel e rasgando seu documento de identidade, quando este tentava provar não se chamar Manoel. Assim, Sidney fora colocado à força em um veículo e encontrado morto a 200 metros de sua casa.

Partindo desta notícia, poderemos saber mais sobre o Esquadrão da Morte e sua relação com o tema da pesquisa, afinal, é fato conhecido dentro do estudo de segurança pública, que “*estudar segurança envolve uma gama de vetoriais, e, dessa maneira, um resultado aparentemente positivo no controle da criminalidade pode ser resultado da ação de organizações delinquentes*” (Gonçalves, 2023, p. 113).

Segundo a historiadora Márcia Fernandes (2018, p. 32), o grupo era formado por policiais da equipe do delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury. O Esquadrão da Morte agia objetivando a “limpeza social”, colocando o “bandido” como inimigo do trabalhador, assim obtendo apoio da população, fazendo esta se sentir vingada pelos crimes cometidos pelos marginais. Suas ações foram conhecidas nas cidades de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro.

A Folha de São Paulo apresenta a hipótese da existência de um esquadrão da Morte já em 1956 – o setor de choque criado para “combater” criminosos perigosos e irrecuperáveis (Idem, p. 68)

Os assassinatos narrados acima foram executados da maneira usual ao Esquadrão: muitos tiros e abandono do cadáver em local ermo (Ibidem, p. 54).

O surgimento do Esquadrão, segundo Fernandes (2018, p. 59) está ligado ao processo de criminalização da pobreza, fazendo necessária uma limpeza que purifique a sociedade, usando a violência para tal fim, assim como tinham aprovação de autoridades e da sociedade para o cometimento dos crimes.

De acordo com a notícia colocada acima, vemos a clara associação entre pobreza, degeneração social e maconha: a última vítima não teve direito a se identificar, sendo assassinado pelo grupo por uma suposta posse de maconha. Não houve flagrante, nem informação sobre a quantidade que supostamente havia na casa do indivíduo. A simples suspeita do porte de maconha levou a uma situação de violência sem chance de defesa.

É interessante notarmos que até os dias atuais ainda encontramos o *modus operandi* do Esquadrão agindo sobre as populações urbanas em situação de vulnerabilidade, sob a égide da criminalização da pobreza, como a autora nos explica a seguir:

Os Esquadrões da Morte do Rio de Janeiro “evoluíram” para grupos de extermínio e milícias – organizações criminosas formadas por policiais envolvidos em assassinatos, tráfico de entorpecentes e armas, corrupção e jogo do bicho (Fernandes, 2018, p. 62).

Também percebemos que hoje em dia ainda existe a prática de se “fazer justiça com as próprias mãos” frente à violência urbana. No ano de 2024, o *site* CNN Brasil noticiou sobre um grupo paramilitar denominado como Justiceiros de Copacabana. Na matéria:

O professor de artes marciais William Correia, que, no fim do ano passado foi apontado como um dos líderes do movimento que ficou conhecido como “Justiceiros de Copacabana”, postou nesta semana um vídeo em uma rede social no qual volta a pedir a mobilização dos moradores do bairro contra a criminalidade. Em dezembro de 2023, William foi uma das pessoas intimadas pela polícia do Rio de Janeiro a depor no âmbito de uma investigação sobre a formação de grupos de justiceiros. No vídeo publicado neste domingo, William convocou a população a agir caso presencie alguma ação criminosa. “Meu recado é para você, morador: não desista, não espere só de mim. Você pode fazer algo, seja segurar, seja apitar. A gente tem distribuído apitos através da AGVC [Anjos da Guarda Vigilância Comunitária]”. “A gente já mostrou que a nossa voz é ouvida quando a gente se une. Lá atrás a gente botou o governo para fazer algo: vocês viram no Réveillon e no Carnaval. A mídia ficou em cima, o Judiciário teve que ceder em alguns aspectos, mas, infelizmente, eles estão voltando. Tenho recebido diversos vídeos, diversos relatos de novos assaltos, de novos furtos, tanto nas areias quanto nas ruas”, afirmaram. (Munhoz, 2024)

A matéria, ao final, explica sobre a ilegalidade da prática, pois os supostos criminosos devem passar por julgamento e condenação por meio da Justiça brasileira.

No entanto, a violência ainda é praticada como forma de punição, em meio à insatisfação coletiva com relação à impunidade.

No decorrer de nosso recorte temporal, a Folha acrescenta dados e estudos sobre o uso de maconha, mas ainda persiste em associá-la à violência. Como vemos a seguir na matéria que se encontra no caderno de Política, abaixo da charge que consta nos anexos, sob o título “*Descriminalização da maconha gera polêmica*” [fig.3].

Consta aqui que alguns temas serão polêmicos durante as discussões do Congresso Constituinte. Entre eles, legalização do aborto, criminalização da homofobia e descriminalização da maconha.

Para os defensores, o uso da maconha já se encontra difundido entre a juventude, o que contradiz o título da matéria, tratando o uso como um “tema marginal”, e não presente em todas as camadas sociais, o que aponta ao posicionamento da Folha.

Além disto, o então deputado José Genoíno (PT) afirma ser a favor da descriminalização por ser uma substância que não causa dependência física. MacRae e Simões nos dizem que:

Mensurações obtidas em laboratório salientam a pequena periculosidade oferecida pela maconha em termos dos efeitos orgânicos a longo prazo, ausência de síndrome de abstinência, riscos insignificantes de overdose e pouca alteração na capacidade relacional do usuário (2000, p. 15)

Na oposição, o deputado Sotero Cunha (PDC – RJ), membro da Assembleia de Deus, afirma ser o usuário influenciado “por entidades diabólicas”.

A matéria também apresenta o argumento da deputada Cristina Tavares, que afirma ser a maconha a maior responsável pelos crimes no Nordeste. A deputada trouxe como exemplo um assassinado ocorrido em Recife, onde, segundo Cristina, os assassinos confessaram ter fumado maconha antes de praticar o ato.

Avançando até o final da década de 1990, percebemos a persistência do posicionamento. No entanto, com o avançar de estudos e debates sobre o tema, a opinião da Folha, neste momento, vem permeada por um aprofundamento na questão. Acreditamos, aqui, que a partir da abertura democrática, e da própria prática do jornal

em trazer assuntos polêmicos à luz, passou-se a existir a necessidade de incluir argumentos mais sólidos aos textos. Afinal, como constatamos, o maconheiro não é mais o sujeito desconhecido, mas agora esta categoria passa a estar dentro do círculo de convívio dos próprios empreendedores morais. Mais sobre esta abordagem, veremos no tópico sobre normalização.

A próxima notícia a ser analisada, do dia 10.12.1998 e intitulada “*Servente chora pelo assassinato de seus três filhos em Recife*” [fig. 4], fala sobre a tristeza de Vera Lúcia Santos Silva, servente pernambucana, diante da morte de três filhos, assassinados na Grande Recife (PE). Vera Lúcia atribui as mortes a gangues de marginais, com as quais os filhos eram envolvidos.

Inicialmente, a Folha atribui a situação à falta de investimento em segurança pública no estado de Pernambuco, visto como o maior produtor de maconha no país (abordaremos mais detalhes sobre este fato no tópico 3.3). Portanto, as falhas administrativas neste setor seriam o maior fator causador da violência no estado.

No entanto, é ouvida a opinião do então secretário de Segurança Pública de Pernambuco, Carlos Correa. Para ele, o que causa a situação de violência são os problemas sociais. Correa ainda afirma que as crianças que ficam na rua sem a supervisão dos pais estariam à mercê dos “marginais”.

Todavia, o que seriam os “marginais” aos quais o secretário se refere? Para Maiolino e Mancebo, o conceito de marginalidade estava atrelado a:

(...) formulações nas quais a marginalidade era tomada como fruto de um atraso no desenvolvimento econômico, vinculada à noção de que no processo de desenvolvimento econômico dos países subdesenvolvidos, alguns grupos sempre permanecem à margem dos benefícios materiais e culturais alcançados pela sociedade nacional. (2005, p. 15)

Ainda, de acordo com as autoras, o contingente populacional considerado marginal é necessário ao funcionamento do capitalismo, pois gera mão-de-obra, e consequentemente, acúmulo de capital (Idem, p. 16). Esta afirmação está em concordância à discussão já apresentada neste trabalho, de acordo com as falas de Foucault e Kowarick, quando estes nos informam que é necessário, no capitalismo, a exaltação ao trabalho como estratégia política.

Relacionamos, portanto, o indivíduo marginal, citado pelo secretário, ao “vagabundo”, descrito por Kowarick: aquele que não se submete ao jogo capitalista.

Portanto, entendemos a marginalidade, para o senso-comum, como um conceito, a priori, confuso e sem delimitação clara. O que se entende aqui, a partir da matéria, é que o sujeito insubordinado à economia é visto como a ameaça responsável por aliciar os mais jovens ao uso de drogas, e, conseqüentemente, à violência.

Por último neste tópico, também discutimos uma notícia do ano de 1998, desta vez na data de 27.12, intitulada “*Distração dos turistas facilita ação de assaltantes*” [fig. 5]. Neste recorte, o veículo discorre sobre a preocupação das autoridades policiais sobre a segurança de turistas no litoral brasileiro, já que há maior movimento turístico nos meses de dezembro e janeiro.

Nos meses de verão dos anos de 1997 e 98, houve um aumento do número de furtos contra turistas estrangeiros, pois este público não está acostumado à situação de violência no Brasil. Conseqüentemente, há aumento no tráfico de drogas, pois muitos destes turistas consomem maconha. Portanto, existem ações educativas voltadas aos visitantes, para que se protejam de assaltos e furtos.

Percebemos que o consumo de maconha por parte dos estrangeiros, principalmente nas cidades de Cabo Frio e Angra dos Reis (RJ) não é condenável. O então titular da delegacia de Angra, Rodolfo Waldeck, afirmou que o turista tem vontade de fumar pois se encontra inebriado pela natureza.

A partir desta concepção, o que se encontra no alvo das ações policiais não é uso, mas sim a venda de maconha. Assim, a população nativa se torna o foco das medidas de segurança.

Vemos, portanto uma clara questão de imposição de estereótipos, aqui definindo quem pode fumar para “aproveitar a natureza”, que seria o grupo que cria a demanda. O outro grupo, que atenderia à demanda, é definido como criminoso, e, portanto, não é digno do mesmo tratamento por parte das intuições.

Assim, existem medidas educativas para os turistas. Não há informação de tais ações voltadas à população local, pois esta, ao que aparenta, devido ao que se espera na questão de comportamento voltada aos visitantes, não é digna do mesmo

tratamento. É considerada, a priori, como uma ameaça à segurança das “racialmente superiores”.

De acordo com as notícias e as discussões apresentadas acima, percebemos que, desde o início da década de 1980 ao final da década de 1990, o posicionamento propagado pela Folha aos seus leitores permaneceu praticamente o mesmo. Só modificou, por exigência do contexto da década de 1990, o aprofundamento nas questões. Se antes o crime e sua relação com o uso de maconha eram colocados de maneira clara, ao final da década, os dados vem acompanhados de estudos e opiniões de profissionais que atuam na segurança. Não existe mais espaço para se justificar ações violentas de populares contra os usuários, deixando este papel para as instituições.

Por este motivo, ao longo das duas décadas, encontramos centenas de pequenas notas sobre usuários mortos em ações policiais, bem como policiais mortos em ações contra o tráfico de drogas. Tais ações, por suas vezes, concentradas em favelas e em plantações, principalmente no interior nordestino.

O caráter institucional da violência contra o usuário, bem como a defesa desta violência por parte do público da Folha, pode ser relacionado à biopolítica e ao necrobiopoder, discutidos anteriormente. Constatamos que as instituições não só têm o poder de exercer o cuidado à população, como também podem decidir quem dessa população merece ter cuidado, e quem não merece o direito à vida. Portanto, a Folha de S. Paulo traz consigo a ideia de que uma parte da população merece cuidado, enquanto outra pode morrer sem grandes repercussões jornalísticas.

Não podemos negar, todavia, a força que a imposição de estereótipos possui para a validação do exercício do necrobiopoder. Como vemos na notícia a seguir, da data de 16.10.1984, sem título, na sessão “*Dropes*” [fig. 6].

O “Índio”, que não teve direito a ser identificado pelo próprio nome, teve primeiro a suas características descritas, antes de sabermos o que estava fazendo de “errado”. Não nos é informado qual quantidade de maconha ele estava portando tão pouco o que o levou a ser revistado. Também não sabemos o que acontece com ele após a apreensão. Apenas temos a informação de que o indivíduo, correspondendo

ao que se espera de alguém desta etnia, estando num meio urbano, é apreendido com maconha, já que existe a associação entre indígenas e o uso da erva.

Anthony Henmann nos adverte que as campanhas contra o uso de drogas nas décadas de 1980 e 1990: “(...) *inspiram-se numa clara vontade etnocida por parte de nossa civilização que busca (...) suprimir aspectos considerados “indesejáveis” na cultura dos remanescentes indígenas no Brasil*” (1999, p. 49).

Ainda:

No fundo, não se procura solucionar um problema de saúde pública, e sim assegurar a representação de uma “verdade” científica, monolítica e intolerante, que ao mesmo tempo reflete e justifica o autoritarismo da estrutura política no plano maior. (Idem, p. 74)

Tendo este e outros casos de tendência etnocida não repercutidos após a publicação, podemos concluir que o público da Folha de S. Paulo concorda quanto às políticas extermínio de indivíduos e comportamentos que não se encaixem no ideal de modernidade perseguido pela elite do país.

A violência é aceitável e invisível quando esta é direcionada aos grupos de “menor valor”, ou os “não-brancos”. Ou seja: estratégias de branqueamento social e comportamental não ficaram restritos à Era Vargas (retomando o texto de Jerry D’Ávila). Ao contrário, são normalizadas no avançar das décadas.

A completa apatia do público leitor da Folha em relação aos atos de violência cometidos contra usuários de maconha fora de seus círculos sociais não se encontra isoladas ao incentivo de mais atos como estes. Ao se isentarem as defesas de tais grupos, o veículo passa tanto a entender, quanto a enunciar, que tais ações são válidas para um funcionamento eficiente da sociedade brasileira.

Podemos entender este fato com um dos mecanismos de ação dos micropoderes, onde o público influencia a Folha, e vice-versa, perpetuando o mecanismo violento de controle como estratégia de limpeza social.

3.3 Tráfico

Neste tópico, abordaremos notícias específicas sobre o tráfico de maconha. Para tanto, deve-se pôr em pauta que na década de 1960 foi imposta a não diferenciação entre usuário e traficante, chegando na Lei 6.368 de 21 de outubro de 1976, onde pune ambos com pena de três até quinze anos de prisão (Torcato, 2006, p. 251).

De acordo com o autor, as modificações na legislação sobre o tráfico de drogas, aplicando cada vez mais o aspecto punitivista, teve como inspiração o modelo institucional estadunidense. Assim:

O Decreto nº 85.110, de 2 de setembro de 1980, retirou da CNFE a gerência sobre a política de drogas no Brasil e passou para o Conselho Federal de Entorpecentes (CFE), composto por membros de vários ministérios e coordenado pelo Ministério da Justiça. Com essa mudança institucional o proibicionismo punitivista finalizou sua fase de configuração, porém ainda é preciso destacar uma última lei que foi promulgada depois e que, embora não alterasse os fundamentos do sistema, teve enorme impacto social: a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, conhecida como a Lei dos Crimes Hediondos. Ela foi responsável por restringir o direito de presunção de inocência e dificultar a progressão de regime das pessoas presas pelo tráfico de drogas. Ela foi uma das principais responsáveis por multiplicar a população carcerária do país, que combinado com os baixos investimentos no setor levaram à superlotação dos presídios, à ampliação da violência em torno dos condenados (e seus familiares) e ao fortalecimento do crime organizado. (Idem, p. 315)

Dessa maneira, percebemos que as décadas de 1980 e 1990 são fundamentais para elucidarmos as questões que rondam o uso de maconha e a guerra às drogas no Brasil.

No período em que qualquer quantidade era considerada tráfico, mais centenas de notícias abordam o assunto, pois pudemos encontrar prisões causadas tanto por 1 um grama de maconha, quanto por toneladas da droga.

Também se percebe uma forte associação a outros tóxicos. A cocaína e o crack, duas outras grandes preocupações do período, também figuram junto da cannabis nas apreensões.

Houve diversos tipos de operações, “batidas” policiais e denúncias anônimas, a imensa maioria dentro de favelas e periferias. Temos, de acordo com os dados

coletados, a maior e mais cara operação policial contra o cultivo de cannabis: a Operação Mandacaru.

Esta foi uma ação milionária, no que se chama de “polígono da maconha”, pertencendo este local ao Nordeste. Segundo Mendes (2017) Salgueiro, Cabrobó, Orocó, Petrolina, Carnaubeira da Penha, Belém de São Francisco, Betânia, Floresta e Santa Maria da Boa Vista, em Pernambuco; e Juazeiro, Paulo Afonso, Glória e Curaçá, na Bahia, compõem a região, que escoia a produção de cannabis para outros estados. Portanto, os agentes da Polícia Federal deveriam permanecer nestas localidades por dois meses.

Foi quando o governo federal abriu os cofres para uma das maiores ações já realizadas no Nordeste brasileiro. A Operação Mandacaru mobilizou cerca de 1.500 agentes do Exército, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, entre novembro de 1999 a janeiro de 2000, tendo um custo total de R\$ 7,5 milhões (...). Durante a Operação Mandacaru, foram presas 204 pessoas e destruídos 544.424 pés de maconha encontrados em 255 roças. A operação previa também ações estratégicas como a instalação de uma delegacia da PF em Salgueiro e uma unidade do Incra para regularizar as terras na região. (Mendes, 2017).

A Folha de S. Paulo, assim, cobriu e noticiou todos os passos desta Operação, trazendo ao leitor uma impressão de eficiência por parte das instituições envolvidas em relação ao tráfico de maconha. Embora se questionasse o valor da ação, muito acima do esperado, a partir do seu início, praticamente todos os dias a Operação Mandacaru produziu resultados, noticiando queima de grandes quantidades de cannabis.

Conforme Barbosa (2012), o caso do Nordeste foi emblemático. Afinal, esta região foi apontada – enquanto “nortistas” – como principal consumidora da maconha, por pesquisadores como Rodrigues Dória, sendo, portanto, a principal responsável por esse “atraso nacional”.

Mas, como podemos ter o caso no Nordeste como intrínseco a todo empreendimento moral e exclusão das camadas mais pobres devido ao uso de maconha?

A resposta é simples: citamos anteriormente o caso da operação policial ocorrida no Maranhão, onde um território indígena sofreu diversos tipos de violência

por ter a erva usada em seus rituais. Para além deste povo, muitos territórios localizados no Nordeste também fazem uso ritualístico, medicinal e recreativo da cannabis. Logo, a região é associada ao uso.

Para Gonçalves:

Para além de um Brasil nordestino, localizado às franjas do litoral, parte de um território esquecido e construído a partir da exclusão, da seca e da ausência de políticas públicas e agrárias visando desenvolvimento rural, emergiu no cenário nacional e se popularizou como 'Polígono da Maconha' alvo de ações de erradicação intensificadas a partir dos anos 1990 com a ação primordial da Polícia Federal. (2023, p. 115)

Voltamos, neste momento, a reafirmar o que citamos anteriormente sobre as sutis semelhanças entre as categorias “violência” e “tráfico”. Afinal, de qualquer forma a ação policial se posiciona como o braço prático do empreendimento moral contra a maconha. No entanto, a partir dos anos 1990 não mais se individualiza a ação policial, mas sim coloca-a no patamar das instituições de segurança pública. Principalmente a Polícia Federal.

Desta maneira, percebemos que o racismo, a xenofobia e o preconceito religioso atribuídos aos usuários trabalham juntos, de maneira tão relacionada que não conseguimos nos referir a um caso sem trazer à tona a raiz de tais crenças, que mistura os três aspectos.

De acordo com Sá: *“É fácil concluir, então, que uma vez criado o monstro, indispensável será combatê-lo, sem trégua, com todo o aparato policial necessário (...) onde estiverem os criminosos”* (1999, p. 149).

Percebemos aqui que a questão do estereótipo é fundamental para separar usuário e traficante, bem como o tipo de pena a ser atribuída a cada caso. Podemos, então, analisar uma série de notícias para exemplificar a opinião da Folha quando a apreensão acontece em um outro extremo.

Como citado na Introdução, no dia 17 de janeiro de 1980, a Folha publica a primeira de uma série de quatro matérias narrando a prisão do músico britânico Paul McCartney por posse de maconha no Japão. As matérias são publicadas na sessão Folha Ilustrada, a qual contém notícias variadas, focando em entretenimento.

Na primeira notícia, McCartney [fig. 6] é preso ao entrar no país portando 220g de maconha para uso pessoal. O cantor e sua equipe haviam ido ao Japão para uma série de shows no país.

No dia seguinte, é escrita outra matéria [fig. 7] na Folha Ilustrada sobre o mesmo assunto, informando que o músico estava preso e recebendo tratamento diferenciado em relação aos outros detentos nativos.

No dia dezenove do mesmo mês [fig. 8], a Folha veicula a informação de que o Tribunal do Distrito de Tóquio aceitou um pedido da promotoria desta cidade para manter a prisão de McCartney por dez dias até seu interrogatório e decisão de se cobrar a fiança ou executar a condenação.

A soltura do cantor foi noticiada no dia 26 de janeiro do mesmo ano [fig. 9 e 10]. A Folha afirmou não ter sido revelada a quantia paga pela soltura de McCartney. No entanto, na mesma matéria, transcreve-se uma declaração deste, afirmando que as autoridades japonesas não compreendem o fato de que um gênio criativo necessita de estímulos.

Esta série de matérias nos chamou atenção por narrar o tratamento dado pela imprensa a um homem branco, europeu e mundialmente famoso ao ser flagrado portando uma quantidade considerável de maconha, sem questionar se seria ou não para seu uso pessoal.

Paul McCartney é ex-integrante da banda britânica The Beatles, que alcançou o sucesso mundial na década de 1960. A referida banda é conhecida, além de outros feitos, por falar em suas letras abertamente sobre o uso de drogas e a busca por estados alterados de consciência.

O início do século XX também é conhecido pela expansão da informação presente nos jornais e nas revistas. À comunicação de massa foram acrescentados o cinema e a televisão (explorados pelo referido conjunto musical), bem como a popularização dos aparelhos de rádio. Dentro deste contexto da evolução das mídias de comunicação em massa, costumes, hábitos, valores, saberes e tendências são cada vez mais disseminados, influenciando diretamente na vivência dos indivíduos inseridos em nossa sociedade.

Segundo o jornalista Filipe Mauro (2012), as músicas do conjunto chegaram ser proibidas na antiga URSS devido ao suposto incentivo ao uso de entorpecentes, principalmente após o período em que os integrantes passaram na Índia, em 1968.

Em 2004, Paul McCartney admitiu que os membros dos Beatles consumiram diversas substâncias narcóticas e que, mais além, experiências alucinógenas influenciaram boa parte de seu repertório musical (Idem).

Podemos perceber que McCartney nunca escondeu seu hábito de consumir maconha durante a maior parte de sua carreira. No entanto, sendo um homem livre dos estereótipos que discutimos acima, este não é hostilizado pela imprensa brasileira, que adota um tom brando e jocoso ao referir-se à prisão.

Este e muitos outros artistas contemporâneos ao movimento *hippie* gozaram deste abrandamento e aceitação por parte da imprensa acerca do uso de maconha. Como nos revela a citação de McCartney, a cannabis era vista neste meio como um artifício que auxiliava a criatividade e a busca pelo prazer, e não uma doença, como viam os antigos eugenistas ao tratarem da população brasileira em situação de vulnerabilidade.

3.4 Normalização

Exploraremos aqui reportagens em que se fala do uso de cannabis de maneira *natural*, pois não há estigmatização do usuário, humor e nem violência no tratamento dirigido a estes.

Nesta etapa, o usuário não é o mal da nação, tão pouco um criminoso. A maioria dos textos se encontra nos cadernos voltados ao entretenimento, como, por exemplo, a *Folha Ilustrada* e a *Folhateen*. Aqui, encontramos notícias sobre pessoas públicas declaradamente usuárias de maconha, muitas vezes falando abertamente sobre o assunto.

Também nos chamou atenção, neste grupo, a inclinação ao diálogo voltado aos adolescentes. Nestes, os textos buscam falar com os jovens sobre a pauta das drogas de maneira horizontal, demonstrando o uso ser esperado diante da tendência

juvenil a desobedecer a regras e autoridades, além do desconforto emocional comum ao período.

Assim, afirma o psiquiatra Mauro Weintraub em sua obra *“Sonhos e sombras – a realidade da maconha”* (1983) em uma tentativa de conscientização a este grupo sobre o assunto:

Uma tendência forte na educação dos filhos da classe média urbana brasileira tem sido a de fornecer tudo o que necessita e suprimir, o mais rapidamente possível, todo sofrimento ou frustração. O afeto e o amor acabam sendo relegados a segundo plano. (...) Não é de se estranhar, portanto, que o adolescente busque na maconha e em outras drogas alívio instantâneo para suas dores e indisposições biológicas e sociais (p. 90)

O adolescente branco, urbano e estudante, ao contrário, merece ser avisado dos perigos sobre o uso da maconha, pois este está passando por um momento de turbulência emocional devido à idade. Neste momento, de acordo com Sá:

Os pais e professores, quando lidam com os filhos ou alunos que fazem uso de drogas, perdem a legitimidade para tratar, com exclusividade, da questão, posto que estão à frente a um criminoso em que, a rigor, não pode ser afastada da intervenção da autoridade policial. (1999, p. 149)

Desta maneira, os próprios agentes da cruzada moral veem seu círculo invadido pelo uso de maconha. Portanto, neste momento, se faz necessário a *separação* entre quem “pode” e quem não pode estar envolvido com a droga.

Temos como um bom exemplo a notícia intitulada *Entre apitos e balas*, apresentada em 22.12.1995 [fig. 11]. Nela, são descritos dois tipos de jovens: os que usam maconha na praia de Ipanema e usam apitos para avisar aos amigos quando os policiais se aproximam e os outros não tem tempo para brincadeiras, e estão sujeitos à violência policial pelo tráfico de drogas. Para Gilberto Velho (2008, p. 12):

Embora exista uma grande diferenciação entre as pessoas e os grupos que utilizam regularmente tóxicos, há essa forte característica comum – o caráter ilegal dessa utilização. Nesse sentido, estão todos infringindo regularmente a lei, assumindo as características de grupos desviantes.

Entretando, a Folha deixa bem claro o conflito vivido pela então classe média urbana quando afirma que “os *primeiros vivem na mesma órbita dos legisladores*” no início do quarto parágrafo. Afinal, “(...) *a utilização de tóxicos não vai criar uma categoria única, mas sim uma constelação de grupos que tem uma atividade clandestina ilegal*” (Velho, 2008, p. 12).

Somos informados aqui de uma discussão no Congresso Nacional onde a proposta seria diferenciar usuário e o traficante de maconha, aumentando a repressão ao segundo grupo. Supostamente, esta modificação na legislação abriria caminho para uma futura descriminalização das drogas.

Segundo o jornalista Fernando Molica, que assina a matéria, tal medida visa, para os legisladores, a prevenção de problemas domésticos. No entanto, seria pior para o segundo grupo, pois o primeiro apenas ficaria sem a maconha, enquanto o segundo seria ainda mais penalizado, fora o fato de perder o mercado consumidor de maconha ilegal. Segundo ele, “*a lei honra uma tradição brasileira: alivia a vida dos mais ricos e dificulta a vida dos mais pobres*”.

Percebemos sem dificuldade quem são os empreendedores morais nesta questão, os quais culpam um grupo pela degeneração de uma sociedade, instituindo as regras e relegando à polícia a parte “prática” da cruzada contra a maconha. Afinal, gozam do *status* de conhecedores do bem e do mal, conseguindo o apoio popular para o sucesso do empreendimento.

O público da Folha, por identificação, como discutimos diante dos dados de quem compõe o leitor o veículo, se identifica e apoia o empreendimento, provavelmente compartilhando o desconforto de ter um usuário de maconha sob o seu teto. Daí a necessidade de outros prismas para discurso sobre a cannabis.

Para exemplificar ainda melhor sobre a questão da maconha entre a classe média, mostraremos algumas matérias onde pessoas públicas falam abertamente sobre o assunto. A Folha não discrimina e tão pouco incute a necessidade de violência ou qualquer tipo de intervenção sobre estes indivíduos.

Fernando Paulo Nagle Gabeira (1941) é um jornalista, político e escritor brasileiro. Duante o período ditatorial, Gabeira fez parte do movimento lenista Oito de

Outubro (MR-8), participando do sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, sendo preso e exilado em 1970 (Rollemberg, 2021).

Em 1979, amparado pela Lei da Anistia (Lei nº 6.683), Gabeira retorna ao Brasil. No ano seguinte, no dia 6 de janeiro de 1980, a Folha publica uma longa entrevista com o jornalista, onde aborda o tema da descriminalização da maconha [figs. 12, 13 e 14].

Gabeira se coloca a favor da descriminalização, colocando o argumento da liberdade dos indivíduos sobre seus corpos (como sugere o título da entrevista) e citando outros países avançados no assunto. Como exemplo, cita o *reggae* e a cultura *rastafári*, muito populares naquele momento, como movimentos que trazem à tona e conseguem gerar uma discussão acerca do tema. O jornalista também fala da juventude brasileira como sendo subestimada em relação à sua força política e seu esclarecimento.

Fernando Gabeira, desde a época da entrevista até os dias de hoje, é um jornalista e político respeitado pela imprensa brasileira. Sua opinião é ouvida e estimada, mesmo que vá contra os princípios pregados pela Folha.

No entanto, apesar de seu entendimento sobre questões de cunho moral brasileiras, Gabeira restringe a questão da proibição da maconha ao viés das liberdades individuais. Assim, de acordo com suas falas, podemos perceber que naquele momento não havia entendimento sobre questões acerca, por exemplo, da diferença de tratamento entre usuários pretos e brancos, como era hábito na própria Folha de S. Paulo. O veículo afirma, inclusive, que até 1979, a repressão contra os usuários era maior, e vinha diminuindo com o tempo.

Percebemos neste recorte que a década de 1980 se inicia com a visão dos usuários de maconha, quando se discute sobre legalização, enquanto jovens de classe média ansiando por experiências ligadas à socialização e à criatividade. Não se fala aqui sobre usos religiosos (exceto no caso *rastafári*, que naquele momento já fazia parte da cultura *pop*), e tão pouco sobre a associação com doença e degeneração, presentes quando o usuário não pertence à classe média.

Constatamos, pelo recorte apresentado, que a defesa ao uso da maconha, pelo menos no que tange à década de 1980, diz mais respeito às liberdades individuais. Os números relativos à guerra às drogas, embora já se saiba ser uma questão grave naquele período, não tocam ao discurso, pois a maior preocupação para a Folha e para o público diz respeito ao comportamento do usuário.

Trazemos aqui outro exemplo de uma pessoa pública falando abertamente sobre o assunto. Desta vez, o apresentador paulista Serginho Groisman.

Na matéria publicada no dia 11.11.1998 [fig. 15], Groisman, muito conhecido pelo seu contato com o público jovem, acredita que a informação é o melhor recurso para a redução no uso de drogas ilícitas. O apresentador leva como exemplo a maconha, afirmando que o terror é inútil para este objetivo. Para ele, a questão merece um tratamento mais científico e menos histérico, informando aos jovens com exatidão os malefícios causados pelo uso destas substâncias.

Ainda nesse sentido, de acordo com Sá:

Prevenir, aí, considerado de forma bem objetiva, é *informar* com *antecedência* a pessoa, com o objetivo de capacitá-la a *evitar* prejuízos ou lesões, pessoais ou materiais, nas relações que mantenha em suas atividades laborais ou no trânsito, fenômenos de seu cotidiano. (Sá, 1999, p. 157)

Groisman pretendia, ainda, escrever algumas linhas gerais sobre o assunto e enviar ao Ministério da Saúde, ao então senador Eduardo Suplicy e à Associação Parceria contra as Drogas, a fim de viabilizar esta campanha.

Esta tendência ao discurso informativo, dando voz a celebridades que falam abertamente sobre o assunto, nos mostra uma tendência do diálogo da classe média e alta, onde os indivíduos “trocam figurinhas” entre eles mesmos.

Outro exemplo da normalização do discurso sobre maconha está no estudo publicado pela Folha em 10.01.1999 [fig. 16].

A matéria em questão fala sobre o estudo coordenado pela socióloga Beatriz Carlini Cotrim, do Departamento de Medicina Preventiva da USP, visando rastrear os comportamentos de saúde e segurança entre a juventude paulistana. Entre eles: uso

de álcool, tabaco e drogas ilícitas, iniciação da vida sexual, tentativas de suicídio, uso de camisinha e uso do cinto de segurança.

A pesquisa encontrou diversas estatísticas sobre estes temas. Porém, o que é destacado no texto diz respeito ao maior uso de maconha entre estudantes de escolas particulares, o que até então, era um fato inesperado. Encontramos a seguinte justificativa no artigo em questão:

(...) a maioria dos dados brasileiros sobre os temas acima mencionados provêm de jovens que frequentam escolas públicas, devido à natural tendência das autoridades públicas de cederem espaços para pesquisa. Por outro lado, é histórica a reticência dos estabelecimentos particulares de ensino de permitir atividades de investigação entre seus alunos. Tal realidade acaba por implicar uma visão parcial da situação dos jovens estudantes, na qual a classe média e a alta não aparecem representadas. (Carlini, Carvalho e Gouveia, 2000, p. 635)

A partir da citação acima, podemos recordar dos estudos do autor Jerry D'Ávila acerca do controle populacional por meio da saúde. Como expliquei anteriormente, a corrente higienista de pensamento impôs o “branqueamento comportamental” por meio da saúde e da educação, visando a população em vulnerabilidade socioeconômica. Podemos concluir que esta é a causa de pesquisas deste tipo em escolas públicas não encontrarem dificuldade. Diferentemente do âmbito particular, onde se considera um espaço livre da necessidade de intervenções.

No entanto, o que mais chama atenção na matéria é o alto índice de uso de maconha em escolas particulares. Pois, como sabemos, isso vai de encontro ao estereótipo do “maconheiro”: um indivíduo não-branco, em vulnerabilidade social, e muitas vezes envolvido com o tráfico de drogas. A matéria também não dá atenção ao fato de a incidência de tentativas de suicídio ser maior entre as meninas (Idem, p. 639), nas duas realidades sociais. No entanto, a matéria avisa que o próprio filho do leitor pode estar tendo contato com a maconha, em tom de alerta. Porém, desta vez, apresentando dados estatísticos.

Embora o estudo acima tenha sido publicado na Folha em 1999, a questão já causava alertas anteriormente, como vemos no exemplo de 30.10.1988 [fig. 17]. Esta pequena nota, intitulada “*Perigo*”, afirma que um em cada três estudantes colegiais de Brasília já experimentou “drogas” (sem especificar se seriam lícitas ou ilícitas), sendo a maconha a mais consumida.

Vemos, assim, o medo da invasão da maconha nas residências dos centros urbanos, entre jovens estudantes. De um lado o terror incutido nos pais. Do outro, o uso do diálogo como principal arma para barrar o avanço da maconha e proteger este grupo.

Ainda seguindo a via do diálogo, a Folha, na década de 1990 também passou a ouvir os jovens, estes que pertenciam ao estrato social do leitor. Entre alguns debates suscitados na sessão *Folhateen*, encontramos uma matéria de 06.12.1999 [fig. 17].

Nela, conhecemos a autora Paloma Klisys, jovem paulistana de 18 anos. Naquele momento, ela lançava o livro *Qual é o barato*, onde relata experiências de jovens com o uso de drogas.

A matéria destaca uma fala de Paloma, onde a jovem fala abertamente sobre a preocupação infundada com a figura dos traficantes, já que a maioria dos jovens, segundo ela, é influenciada por amigos a usar drogas pela primeira vez. Portanto, os mecanismos de controle vão muito além da guerra às drogas. Para Paloma, o jovem não deve ser visto como um problema a ser resolvido, mas sim como a solução.

O posicionamento da autora é oposto a toda a narrativa construída sobre a guerra às drogas defendida pela Folha. No entanto, a posição que Paloma ocupa (jovem paulistana, provavelmente de classe média ou média alta) dá a ela permissão para emitir sua opinião no veículo.

Percebemos também o fato de esta matéria ser veiculada no caderno direcionado a adolescentes, trazendo a normalização esperada do assunto quando tratamos de um recorte social específico, ao qual a autora pertence.

3.5 Humor

Como pudemos constatar nos dados quantitativos, esta forma de abordagem não aparece enquanto quantidade significativa de notícias, em relação aos outros eixos. Porém, é nela onde percebemos o papel em essência da comunicação como troca simbólica entre indivíduos. Afinal, o humor, diferentemente das categorias acima

que correspondem à propagação ideológica, necessita de entendimento e correspondência por parte do público para fazer sentido.

Neste momento, os enunciados não vêm na intenção de chocar o leitor, mas sim de colocar um posicionamento de forma sutil. Assim encontramos o recurso da ironia sendo empregado em larga escala. De acordo com Seixas, (...) *a ironia está entre os recursos linguístico-discursivos capazes de compor uma estratégia enunciativa de natureza crítica pelo jornalismo, a que o sujeito enunciator pode apresentar graus de (não) adesão e explicitude variados* (2006, p. 18).

Percebemos assim, gravidade da questão canábica em relação ao posicionamento da Folha de S. Paulo e de seu público sobre o tema. Considerando do tom das notícias anteriores, estranhamos ao encontrar a maconha sendo tratada de forma jocosa pelo veículo.

No entanto, este deslocamento ainda pertence ao horizonte discursivo da Folha. Ao notarmos a forma de não “levar a sério” o uso e os usuários de maconha, percebemos que o tópico continua sendo permeado por diversas formas de preconceito. Exceto quando o usuário pertence ao círculo do empreendedor moral, a maconha não é digna de um debate livre de rotulações.

Para Brasil (2011, p. 175):

Pensar a palavra discurso é pensar, inevitavelmente, em política, em discurso político, ou seja, os pronunciamentos praticados por autoridades políticas, cuja fala é perpassada por um vocabulário regular em estilo e forma.

Ou seja, a forma humorística não deve ser ignorada. Embora passe despercebido a uma primeira vista, não deixa de carregar em si significados que retratam a visão de quem produz, distribui e consome o material. “*O discurso é a história na língua*” (Idem, p. 176).

Junto com a ironia, podemos recorrer ao conceito de *chiste*, descrito pelo médico austríaco Sigmund Freud (1856 – 1939) em sua obra “*Os chistes e sua relação com o inconsciente*”, de 1905.

Seixas, com base nos estudos de Freud, descreve o que está por trás da criação de um chiste:

(...) determinantes pessoais (história pessoal), o exibicionismo, a necessidade de contar o chiste a alguém. Segundo o autor, ninguém faz um chiste apenas para si próprio, há um impulso de repassá-lo adiante de contá-lo a alguém e ver sua reação, porque somente aí o chiste se acha concluído (...) (Seixas, 2006, p. 50)

Ou seja: o chiste consiste em uma ferramenta de uso do humor que só funciona em via de mão-dupla. A pessoa que o exprime necessita saber que o receptor entende e concorda com a mensagem que está sendo passada. Caso contrário, o recurso não é efetuado com sucesso. Podemos relacionar, portanto, o chiste com o processo de recepção no ato da comunicação. Em conformidade com Thompson:

O processo de recepção não é um processo passivo de assimilação; ao contrário, é um processo criativo de interpretação e avaliação no qual o significado das formas simbólicas é ativamente constituído e reconstituído (Thompson, 2011, p. 201)

Afinal, “(...) *nos chistes, há a necessidade de um eu e de uma terceira pessoa a quem se possa comunicar o resultado (que não é aquela considerada objeto do chiste) (...)*” (Seixas, 2006, p. 51). Ou seja, o chiste funciona de forma diferente para diferentes indivíduos. Considerando este recurso uma forma simbólica:

Se as características dos contextos sociais são constitutivas da produção de formas simbólicas, elas são também constitutivas dos modos pelos quais essas formas são recebidas e compreendidas. Tais formas são recebidas por indivíduos situados em contextos socio-históricos específicos, e as características sociais desses contextos moldam as maneiras pelas quais as formas simbólicas são recebidas, entendidas e valorizadas por eles (Thompson, 2011, p. 201).

Como mencionamos acima, a Folha mantém seu conteúdo mirando naquilo que o público espera do veículo, ao mesmo tempo em que goza do *status* de formadora de opinião. O jornal, sendo ao mesmo tempo o agente e o agenciado pelos micropoderes, entende que sua audiência entrará em concordância quando o recurso do humor é lançado. Assim, utilizando -se da ironia, completa com sucesso o caminho do chiste.

Para ilustrar a análise, veremos algumas das notas produzidas pela Folha no período.

Percebemos na charge publicada em 26.04.1987 [fig. 19], uma clara referência à hipocrisia presente no debate sobre a descriminalização da maconha. O artista buscou representar como o uso da cannabis está presente em todas as classes sociais, não havendo motivo para sua proibição. Relacionamos esta arte ao fato da entrada da maconha na classe média a partir dos anos 1970, como foi explicado no primeiro capítulo desta dissertação.

Para MacRae e Simões (2000, p. 22), *“a partir dessa década [1960], o costume de fumar maconha deixou de ser apanágio das camadas pobres e marginalizadas e ganhou amplitude entre segmentos da classe média urbana”*.

Percebemos, por meio da ilustração, que este fato era conhecido pela classe média urbana, levando em conta que o leitor irá concordar com a mensagem que está sendo passada. Afinal, o chiste é concluído por subentendermos que o leitor conhece e concorda com o fato. Isto significa dizer que a persistência em manter o estereótipo sobre o usuário, associando ao “desvio de caráter”, correspondia a uma escolha consciente da Folha.

Vamos à análise de duas notícias, de 29.05.1998 [fig. 20] e 19.12.1999 [fig. 21], respectivamente. Nas duas pequenas histórias narradas, Fernando Gabeira é o personagem principal, sendo conhecido como o deputado que mais defendeu a descriminalização da maconha no período.

Na primeira, Gabeira se coloca contra a Operação Mandacaru, argumentando ser um costume medieval as grandes queimadas nas plantações. E arremata, dizendo que os lavradores do Acre deveriam ter fumado maconha para não votarem no então deputado Hildebrando Pascoal. Sobre o ex-deputado citado:

Ex-deputado, que já cumpre 37 anos de prisão por outros crimes, foi considerado culpado por homicídio de um policial do Acre BRASÍLIA - O ex-deputado Hildebrando Pascoal foi condenado ontem a 25 anos e seis meses de reclusão, em regime fechado, como mandante do assassinato do policial Walter José Ayala, morto em Rio Branco, no Acre, em setembro de 1997, na véspera de um suposto depoimento que prestaria a um organismo de direitos humanos do Acre. Hildebrando já cumpre 37 anos de prisão por tráfico de drogas e crime eleitoral. Ele está preso desde que foi cassado, em 1999. Essa

foi sua primeira condenação por homicídios supostamente praticados pelo esquadrão que o ex-deputado é acusado de chefiar. (Quadros, 2005)

No entanto, não fica clara a relação entre a Operação Mandacaru e o Acre, pois a Operação não ocorreu neste estado. O que podemos notar aqui é mais uma vez a associação do uso de maconha ao Nordeste. No entanto, havendo uma confusão vinda do próprio Gabeira ao relacionar o Acre à região. Também devemos apontar a complexidade do caso de Hildebrando Pascoal sendo citado como uma simples questão de “fumar maconha para votar melhor”, como insinuou Gabeira.

Podemos supor que o leitor da Folha, ao invés de estranhar o estado do Acre ser citado pelo então deputado, concordou com a declaração. Inclusive, não consta nenhuma nota da Folha corrigindo a fala errônea de Gabeira.

Na outra nota, o deputado, sendo referido pela Folha como o representante da geração “sexo, drogas e *rock’n’roll*” no Congresso, informa estar levando sementes de maconha a Pernambuco (mesmo sendo o porte de qualquer quantidade e maconha considerado crime no período, ele parece não ter demonstrado algum constrangimento nesta declaração). Assim, é informado pelo deputado José Mucio de já ter muita maconha no local. Ou seja: mais uma vez, Pernambuco é associado ao uso e tráfico de maconha, de maneira jocosa, a fim de se ignorar a questão, relegando-a às instituições policiais, já que supostamente se encontra longe dos centros urbanos.

Mais uma vez associando Pernambuco ao uso indiscriminado de maconha, uma pequena nota de 12.12.1999 [fig. 22] intitulada “*Lei do mercado*” afirma que a força-tarefa do Governo Federal, que estava no estado, descobriu que as áreas de plantio de maconha erradicadas voltaram a ser plantadas. O motivo, como afirma a Folha, seria o abastecimento para o Carnaval. Assim, há a ironia, colocada em tom crítico, de supor que as leis de mercado são mais fortes do que o poder proibitivo do Estado. O Carnaval, por sua vez, correspondendo a uma forte manifestação cultural neste local, é apontado de maneira negativa como ocasião propícia ao uso de maconha.

Outra nota que traz os elementos de ironia e de surpresa para entreter o leitor acerca do assunto, é a intitulada “*O pacote*” [fig. 23], na data de 11.09.1998. Aqui, este

título faz referência a diversas iniciativas governamentais, chamadas de “pacotes econômicos do governo”, que visavam planos econômicos de contenção de crise, comuns no período da pesquisa. A nota narra a pequena história do microempresário Rafael, que, preocupado com os pacotes econômicos do governo, encontra um pacote contendo 10kg de maconha. E, assim, contorna os problemas financeiros se tornando traficante da substância.

A comicidade se encontra no duplo-sentido da palavra pacote, que inicialmente associamos às medidas econômicas, quando após uma inversão de sentido, o pacote salva o microempresário de uma crise financeira. Neste momento, percebemos também o jogo de duplo-sentido das palavras como recurso auxiliar nestas abordagens.

A próxima nota também utiliza o duplo-sentido para a construção do chiste. Intitulada “*Baseado na Constituição*”, na data de 15.11.1997 [fig. 24], fala sobre a ocasião do discurso do então deputado federal João Paulo (PT-SP) se colocando contra a prisão do grupo Planet Hemp.

O Planet Hemp é um conjunto musical brasileiro de *rap rock*, formado no Rio de Janeiro no ano de 1993. Desde o início da carreira, foi conhecido por suas letras explícitas acerca do uso de maconha e outras drogas ilícitas. Como consequência, foram presos após um show em Brasília, em 8 de novembro de 1997. Os músicos foram liberados cinco dias depois, após um *Habeas Corpus* e grande repercussão entre os fãs e a imprensa (Gonçalves e Miranda, 2025).

A própria Folha de S. Paulo cobriu as notícias sobre a prisão do grupo. No entanto, diferentemente do tom usado na situação de Paul McCartney, a detenção do Planet Hemp foi coberta pelas páginas policiais.

O deputado João Paulo, segundo a nota, argumentou que a prisão feria a liberdade de expressão garantida pela Constituição e citou letras da banda durante seu discurso. Outros deputados reagiram, dizendo que a atitude feria o decoro parlamentar. Durante a discussão no plenário, um parlamentar fez um comentário irônico gritando “baseado”, em referência tanto ao argumento constitucional quanto à gíria para cigarro de maconha.

Aqui, mais uma vez, o duplo-sentido na palavra “baseado” coloca o assunto no viés cômico. A ferramenta tirou o foco do argumento de João Paulo a favor da absolvição do Planet Hemp.

Em 28.11.1999, foi colocado da Folha o pequeno texto com o título “*Supergogó*” [fig. 25]. A informação era de que governo orientou o Ministério da Justiça e a Polícia Federal a intensificar a divulgação e as ações de combate ao narcotráfico. A estratégia incluía destacar na mídia operações e iniciativas específicas, como o chamado “*cerco ao polígono da maconha*”, para reforçar a política governamental nessa área.

O então presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, afirma, segundo a nota, que as notícias sobre as ações dariam uma “trégua na mídia” em relação a demais problemas econômicos e políticos em relação ao país. Ou seja, percebemos neste pequeno texto o uso certo da manipulação de notícias veiculadas pela mídia. Neste caso, com o objetivo de tirar a atenção de situações desfavoráveis à imagem do governo.

É nítido que o objetivo de F. H. Cardoso era a criação de uma verdade artificial, onde as ações governamentais em relação ao plantio e tráfico de maconha poderiam passar a imagem de um governo eficiente. Em oposição ao desempenho supostamente insatisfatório em outras áreas. Esta produção de verdade, portanto, é condição *sine qua non* para o exercício do poder. De acordo com Michel Foucault:

Não há exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade que funcionam neste poder, a partir de através dele. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção de verdade (2010, p. 22)

No texto em questão, o seu título usa a palavra ‘gogó’, que pode ser entendida como “*compromisso verbal que não se pretende cumprir*”⁸. Desse modo, torna cômica a frase do então presidente. O veículo, assim, insinua não tratar com seriedade a milionária Operação Mandacaru, sugerindo que esta seria uma estratégia

⁸ Dicionário Michaelis. Acessado em 06.03.2025. Disponível em < <https://michaelis.uol.com.br/busca?id=Vq01> >

propagandística de F. H. Cardoso. Podemos deduzir que se o chiste foi assimilado com sucesso, essa também era a opinião da maior parte dos leitores da Folha.

Logo, esta é ferramenta de afinação entre a Folha, seu discurso e seu público. Afinal, cumpre o papel de demonstrar qual é a visão do veículo sobre a questão canábica no Brasil.

Mesmo sendo a categoria encontrada em menor número, o humor condensa toda a prática discursiva adotada pela Folha de S. Paulo acerca do assunto. Pois encontramos em tais conteúdos o que discutimos sobre as diferenças de tratamento entre usuários normalizados e estigmatizados. Bem como entre o uso pela classe média e o tráfico em zonas periféricas e na região Nordeste. Além disso, esta tática discursiva atuou de maneira intensa a diminuir a importância do debate sobre a maconha no Brasil. De maneira arbitrária, deslocou as falas favoráveis ao debate, inserindo-as em um viés de desdém.

4. CONCLUSÃO

Diante de tudo o que foi exposto nesta dissertação, chegamos a algumas conclusões em relação ao discurso da Folha de S. Paulo sobre os usos e usuários de maconha entre as décadas de 1980 e 1990.

Primeiramente, sendo a Folha um veículo que atendeu no momento majoritariamente às classes A e B, existiu uma relação muito mais de diálogo do que de imposição de pontos de vista sobre o assunto.

O veículo, visando a manutenção de seu capital econômico, se colocava a favor das instituições no uso de medidas violentas contra o uso de maconha. Constatamos este fato no decorrer das notícias em que são empregados meios violentos no combate ao uso. No entanto, não é apenas o uso o alvo das políticas restritivas. O próprio usuário é o problema, visto a necessidade de extirpá-lo do convívio social.

Primeiramente, encontramos tráfico e violência como categorias, embora separadas, semelhantes no trato aos usos e usuários de maconha.

Para a violência, há a extensa relação entre uso de maconha e práticas de violência de indivíduos racializados, periféricos e em vulnerabilidade socioeconômica, contra os “cidadãos de bem”. Convencendo o leitor, e sabendo que este ansiava por notícias de tal tipo, a Folha não hesitava em fazer tal relação, bem como em noticiar o emprego da violência física contra estes indivíduos.

O Esquadrão da Morte, que agia em prol de promover um estado de medo e combate aos usuários e traficantes de maconha, se tornou um grupo conhecido e até mesmo apoiado pelo público. Visto que contava com integrantes membros de instituições públicas brasileiras. Percebemos, ainda, que tal prática sobrevive por meio de milícias que dominam e submetem os indivíduos ainda sob os mesmos estigmas à violência. De acordo com os estudos de Michel Foucault e Berenice Bento aqui contemplados, vemos um claro exemplo do exercício da biopolítica e da necrobiopolítica, quando o Estado decide como tratar os corpos em favor do acúmulo de capital, e quando pode decidir quais devem ser eliminados por serem considerados “menos humanos”. O público e a população, de maneira geral, também por meio da influência do veículo, permanecem aceitando e validando tais práticas.

A categoria tráfico vem como um aprofundamento da violência. Nos anos 1980 e 1990 não existiam critérios para se diferenciar traficante e usuário de maconha. Sendo um período autoritário, o usuário poderia ser detido portando apenas uma grama de maconha, bem como toneladas. Nos dois casos, a apreensão seria considerada tráfico. Portanto, esta não-diferenciação foi a causa de a maior parte das notícias se enquadrarem nesta categoria.

O maior exemplo que temos neste período é a Operação Mandacaru, custando um valor muito alto aos cofres públicos. O estado de Pernambuco foi especialmente apontado como o maior produtor de maconha no país, empregando violência contra pequenos agricultores, supostamente acusados de colaborar com traficantes. Além disso, a região Nordeste é, até os dias de hoje, marcada como um ponto de dificuldade ao extermínio de plantações de cannabis.

No entanto, a Folha permanece nesta categoria utilizando-se de rotulações para compor o seu discurso. Enquanto corpos estigmatizados são traficantes, outros, livres de rotulações, são apresentados como entretenimento quando se trata do uso de drogas. Exemplificamos como a prisão do músico britânico Paul McCartney por

porte de maconha no Japão gozou de uma explanação branda, evidenciando o caráter “incidental” de sua prisão.

McCartney, usuário declarado, tendo em sua obra claras relações ao uso de drogas, jamais foi tratado pela Folha como delinquente. Ao contrário do que acontece com demais indivíduos.

Na categoria normalização, encontrada em maior parte na década de 1990, percebemos que a maconha adentrou ao círculo social dos próprios empreendedores morais, os quais agiam no sentido de eliminar o uso e o usuário de maconha.

A partir do movimento hippie, e se intensificando nas décadas seguintes, vemos que a maconha não é mais relegada às casses subalternas da sociedade brasileira. Ela começa a fazer parte do dia a dia de jovens brancos, urbanos e de classe média e média-alta. Portanto, se faz necessário o diálogo sobre o assunto, principalmente com o público jovem. Para tanto, a Folha se utiliza de pesquisas, estudos e entrevistas com especialistas, a fim de manter um discurso que atraia seu público jovem, tanto alertando-os dos riscos do uso de maconha, quanto convidando-os a compartilharem suas experiências.

Por isso, percebemos uma abertura do veículo a discussões progressistas, pois seu público, neste momento, não ansiava apenas por violência contra o usuário. Mas, dependendo dos marcadores sociais destes últimos, considerava-se necessário o diálogo, o tratamento médico e o entendimento ao que leva um jovem ao uso de maconha.

Por último, vemos o humor como uma sutil forma de demonstrar desdém e falta de entendimento sobre a questão canábica.

Utilizando o *chiste*, recurso válido apenas quando o veículo e o leitor são capazes de compartilhar da mesma opinião, a Folha consegue se colocar enquanto conservadora, apesar da discussão do tópico acima.

Ou seja: enquanto temos a tentativa de diálogo voltada aos jovens, nas colunas onde o público é mais velho, e, portanto, compartilha dos mesmos posicionamentos há mais tempo, o chiste vem a avisar que ainda o conservadorismo da Folha ainda existe.

Embora em menor número, o humor é especialmente representativo, onde vem a “coroar” a prática discursiva da Folha contra os usos e usuários de maconha.

Levando em conta que a relação dos discursos da Folha com o seu público é de codependência, podemos perceber que o público não só aceitou tal repressão como também apoiou. Ou seja: os leitores da Folha são agentes que exercem e são influenciados pelas relações de micropoderes, também dentro do pensamento foucaultiano, onde tanto se é agente, quanto agenciado por esta forma de domínio. O veículo tanto atende quanto cria a demanda por tal tipo de conteúdo.

A Folha de S. Paulo e seus leitores também agem no sentido do empreendimento moral, onde apontam um inimigo em comum, culpam-no pelo “atraso brasileiro” e o relegam a ações violentas, tanto institucionais quanto da própria população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, I.F. **Notas acerca do discurso médico brasileiro sobre a maconha no primeiro quartel do século XX**. Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE, v.1, n.1, 2012.
- BARBOSA, I.F. **A estabilização das representações criminais e psicotrópicas dos usuários e dos usos da maconha no Brasil**. Revista Tomo, n. 40, 2022.
- BAUER, M. W. e GASKELL, G. (editores). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. 7. ed., Petrópolis: Vozes, 2008.
- BECKER, H. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro, Zahar, 2008.
- BENTO, B. **Necrobiopoder: quem pode habitar o Estado-nação?** Cad. Pagu [Internet], 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/18094449201800530005>>
- BIROLI, F. **Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 71-98
- BRANDÃO, M. **A maconha na jurisdição médica brasileira**. In: De maconha à cannabis: entre política, história e moralidades. 1. ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023.
- BRASIL, L. **Michel Pêcheux e a teoria da análise de discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva**. Linguagem: estudos e pesquisas, vol. 15, n.1, p. 171 – 182. UFG: Campus Catalão, 2011.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Ministro Alexandre de Moraes propõe critério para diferenciar usuários de traficantes de maconha**. Brasília, 02.08.2023. Disponível em <portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=511645>. Acesso em: 26.08.2023.
- CARVALHO, J. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CORDEIRO, E. **Foucault e a existência do discurso**. Cadernos do Noroeste Braga, v.8, n.1, 1995.
- COTRIM, B.; CARVALHO, C.; GOUVEIA, N. **Comportamentos de saúde entre jovens estudantes das redes pública e privada da área metropolitana do Estado de São Paulo**. Rev. Saúde Pública, 34 (6): 636-45, 2000.
- Década de 60 Surge a Folha de S. Paulo**. Acessado em 15.01.2025. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_60.htm>.
- DEFLEUR, M.; BALL-ROKEACH, S. **Teorias da comunicação de massa**. Zahar: 1993.
- DINELLI, L.B. **Do preconceito à criminalização: Análise das representações dos usos e usuários de maconha na imprensa nas décadas de 1950 e 1960**. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

FERNANDES, M. **O Esquadrão da Morte de São Paulo e a imprensa paulista: um estudo sobre o Jornal da Tarde, O Estado de S. Paulo e a Folha de S. Paulo**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2018.

Folha de S. Paulo. Acessado em: 15.01.2025. Disponível em: <<https://memorialdademocracia.com.br/card/jornais-e-revistas/5>>

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. 2. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, M. **A microfísica do poder**. 16. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz & Terra, 2023.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. São Paulo: Edições Loyola, 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: o nascimento da prisão**. 36. ed. Petrópolis - RJ: Vozes, 2009.

GOFFMAN, E. **Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Sabotagem: 2004.

GONÇALVES, C. F. **Rota da proibição: notas sobre uma investigação empírica a respeito da repressão policial no polígono da maconha e as novas configurações do crime organizado em Pernambuco**. In: De maconha à cannabis: entre política, história e moralidades. 1. ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023.

GONÇALVES, G.; MIRANDA, I. **A história de quando os integrantes do Planet Hemp foram presos. Rolling Stone Brasil**. Disponível em <<https://rollingstone.com.br/musica/a-historia-de-quando-os-integrantes-do-planet-hemp-foram-presos/>>. Acessado em 24.06.2025.

HENMAN, A. **A guerra às drogas é uma guerra etnocida**. In: Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos. Org: Alba Zaluar. São Paulo: Brasiliense, 1999.

LOIZOS, P. **Video, film and photographs as research documents**. In: PINK, Sarah (org.). Visual Interventions: Applied Visual Anthropology. Oxford: Berghahn Books, 2008.

MACRAE, E.; SIMÕES, J. **Rodas de fumo: o uso da maconha entre as camadas médias urbanas**. Salvador: EDUFBA, 2000.

MAIOLINO, A.L.; Mancebo, D. **Análise histórica da desigualdade: marginalidade, segregação e exclusão**. Psicologia & Sociedade; 17 (2): 14-20; mai/ago.2005

MAURO, F. **Beatles são culpados pelo aumento do consumo de drogas, diz agência russa antinarcóticos**. Opera Mundi, 2012. Disponível em: <<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/beatles-sao-culpados-pelo-aumento-do-consumo-de-drogas-diz-agencia-russa-antinarcoticos/>>. Acessado em 20.11.2024

MENDES, G. L. **Facções criminosas transformam o polígono da maconha em Pernambuco**. UNIAD, 2017. Disponível em: <<https://www.uniad.org.br/noticias/maconha/faccoes-criminosas-transformam-o-poligono-da-maconha-em-pernambuco/>>. Acessado em 01.12.23.

MENESES, S. **Ditadura, democracia e esquecimento: 1964 - o acontecimento recalcado e a ascensão do Jornal Folha de São Paulo como canal da democracia.** Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n.10, jul./dez. 2013. p. 39 - 71.

MENTA, A.; MCCARTNEY, P. **Reflects on His 9 Days in Jail After Japan Drug Bust in 'Man on the Run' Documentary: "I Was An Idiot".** Decider. Disponível em: <https://decider.com/2026/02/27/paul-mccartney-arrested-jail-time-japan-marijuana-man-on-the-run/?utm_source=chatgpt.com>. Acessado em 01.03.2026.

MOREIRA, F. B. **Os valores-notícia no jornalismo impresso – Análise das 'características substantivas' das notícias nos jornais A Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e O Globo.** Dissertação. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da UFRGS. Porto Alegre, 2006.

MUNHOZ, F. **Justiceiros de Copacabana: "Se eu vir algum assalto, não vai ser a vítima que vai se dar mal", diz lutador.** CNN Brasil, 2024. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/justiceiros-de-copacabana-se-eu-uir-qualum-assalto-nao-vai-ser-a-vitima-que-vai-se-dar-mal-diz-lutador>. Acesso em: 24.10.2024.

Oito décadas de história da Folha, do Brasil e do mundo. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fofha/80anos/cronologia.shtml>>. Acesso em: 15.01.2025

QUADROS, V. **Hildebrando é condenado a 25 anos.** Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/306368/noticia.htm?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 07.07.2025.

RODRIGUES, T. **Drogas e cultura: novas perspectivas** / Beatriz Caiuby Labate ... [et al.], (orgs.). Salvador: EDUFBA, 2008.

ROLLEMBERG, M. **As muitas histórias e vidas de Fernando Gabeira.** Jornal da USP, 2021. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/cultura/as-muitas-historias-e-vidas-de-fernando-gabeira/>>. Acesso em: 02.11.2024.

RYBKA, L.N., NASCIMENTO, J. L.; GUZZO, R.S.L. **Os mortos e feridos na "guerra às drogas": uma crítica ao paradigma proibicionista.** Estud. psicol. 35 (1). Jan-Mar 2018.

SÁ, D. B. S. **Projeto para uma nova política de drogas no país.** In: Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos. Org: Alba Zaluar. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SANTOS, C.A.S.; COSTA, A.; SARAIVA, L.A.S. **Análise Histórico - Discursiva do Editorial "1964" da Folha de São Paulo.** Organizações & Sociedade, 2024, 31(108).

SEIXAS, N. S. A. **Jornalismo e ironia: produção de sentido em jornais impressos no Brasil.** Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Letras. Recife, 2006.

SOUZA, J. E. L. **Sonhos da diamba, controles do cotidiano: uma história da criminalização na maconha no Brasil republicano.** Salvador: EDUFBA: CETAD UFBA, 2015.

- TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. Editora Martins Fontes. São Paulo: 2005.
- THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. 5. ed. Editora Vozes. Petrópolis - RJ: 2002.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Editora Vozes. Petrópolis - RJ: 2011.
- TORCATO, C.A.M. **A história das drogas e sua proibição no Brasil: da Colônia à República**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.
- VELHO, G. **A dimensão cultural e política dos mundos das drogas**. In: Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos. Org: Alba Zaluar. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- VELHO, G. **Nobres & Anjos – um estudo de tóxicos e hierarquia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
- WEINTRAUB, M. **Sonhos e sombras – a realidade da maconha**. Editora. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1983.
- ZALUAR, A. **Introdução: drogas e cidadania**. In: Drogas e cidadania: repressão ou redução de riscos. Org: Alba Zaluar. São Paulo: Brasiliense, 1999.

ANEXOS⁹

Figura 1

Linchado após roubo de arroz

Após roubar um pacote de arroz para alimentar os cinco filhos e a mulher e esfaquear o comerciante Ademar da Silva, 21 anos, José Itamar dos Santos, 44 anos, o "Ceará", foi lynchado no jardim Novo Horizonte, em Carapicuíba, por volta das 21h30 de segunda-feira. Ontem a polícia já havia identificado alguns dos linchadores, entre eles o pai do comerciante, Aristeu Florindo da Silva, 40 anos, que induziu os frequentadores de seu bar e outros comerciantes do bairro a invadir o barraco de José Itamar e matá-lo a pauladas, pauladas, socos e pontapés, na frente da família.

Quando José Itamar embriagava-se e usava **maconha** tornava-se um homem violento a ponto de agredir os garotos do Jardim Novo Horizonte, que nem lembravam os casos em que ele se envolveu. Mas, preferiam relatar em detalhes como José Itamar foi lynchado. A versão delas é a mesma dada pelos policiais de Carapicuíba.

Embora contasse com passagens por porte de **maconha**, José Itamar não era considerado um bandido pelos moradores do bairro. Era qualificado de desconhecido, *vagabundo*. Vivia com

Dinalva Fagundes Marques, 29 anos, empregada doméstica, há seis anos e com ela teve cinco filhos. Eles ocupavam um cômodo de uma casa inacabada na rua Mercúrio. A cem metros dali nessa mesma rua fica o bar de Aristeu Florindo da Silva, que na tarde de segunda-feira deixou seu filho Ademar tomando conta do negócio.

Embriagado, José Itamar invadiu o bar e disse: "Vou levar arroz para alimentar meus filhos." Ademar tentou impedi-lo e foi esfaqueado. À noite, Aristeu reuniu os frequentadores de seu bar e os comerciantes do bairro. Foram até o barraco e o encontraram sentado na cama ao lado dos filhos e da mulher Dinalva. Armados de facas e pedaços de pau, cerca de 50 pessoas cercaram a casa, arrastaram José Itamar para fora e o espancaram até a morte, enquanto sua mulher gritava inutilmente por socorro e seus filhos permaneciam assustados dentro do quarto.

Além de Aristeu, Dinalva acusou em seu depoimento outros três linchadores: "Bida", "Roberto Carlos" e "Lagoa". Segundo ela, José Itamar estava desempregado há dois anos e durante esse tempo fez alguns "bicos" como ambulante.

Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).

⁹ Algumas imagens se encontram sem transcrição. Em alguns casos, não houve necessidade, pois são legíveis. Em outros, encontramos dificuldade em transcrever os textos justamente pela má qualidade dos registros encontrados no site da Folha.

Figura 2

“Esquadrão da morte”

executa 2 na Baixada

RIO — (Socursal) — Nem mesmo um bloqueio da Patrulha Rodoviária Federal, na Via Dutra evitou, ontem, que um homem fosse executado em pleno dia, na Baixada Fluminense. O bloqueio era feito no Km 24, altura de Comendador Sonres e a execução ocorreu menos de um quilômetro antes, sendo assistida por quase 20 garotos que brincavam num depósito abandonado de pavimentação.

Os patrulheiros acreditam que os criminosos pretendiam passar com a vítima, mas tiveram medo de ser interceptados e por isso saíram da rodovia e executaram rapidamente a vítima, que estava com as mãos amarradas para trás com um fio elétrico vermelho.

Os garotos viram quando o Opala amarelo parou junto a eles, saltando cinco homens, um deles com os braços às costas. Ele vestia bermudas compridas e camisa preta com a inscrição “Athleta”. Chorava e caminhava junto aos quatro criminosos, que o encostaram numa cisterna abandonada. Desfecharam-lhe sete tiros de pistola 7,65 e o jogaram na água. A vítima era um mulato de 30 anos aparentes. Os garotos foram tomados pelo pânico mas ainda chegaram a ver quando os criminosos atingiam apressadamente a Via Dutra, sendo quase colhidos por uma carreta que ia em direção ao Rio, passando pelo bloqueio. Junto com o cadáver nada foi encontrado. A 56.ª DP atribuiu o assassinato ao “esquadrão da morte”.

MAIS UM

Na 54.ª DP, o delegado Geraldo Amim Chaim também responsabilizou o “esquadrão” pelo assassinato, ontem, do comerciante Sidnei de Oliveira Feljó, de 28 anos. E classificou, ainda, como “por engano”, o crime, ocorrido de madrugada. Os criminosos foram cinco homens que se diziam policiais e que cercaram a casa da vítima, na rua Francisco Neto, Parque São José, Belford Roxo, armados de revólveres e metralhadoras.

A companheira da vítima, Jandira Vieira Alves, de 18 anos, disse após o cerco da residência que os criminosos chamaram Sidnei de “Manoel”, mandando que ele abrisse a porta e saísse com as mãos para cima. Quando foram atendidos — disse Jandira — Sidnei foi espancado, ao mesmo tempo em que lhe perguntaram onde estava “a arma e a maconha”.

O comerciante protestou inocência, mas nada adiantou. Tentou provar sua identidade, com uma certidão de idade que a mulher lhe trouxe, mas o chefe do grupo assassino — um homem alto, forte e barbudo, rasgou o documento, algemou-o e o arrastou para um Volks creme. O corpo de Sidnei foi achado de manhã a 200 metros da residência, na Estrada da Conceição, com cinco ferimentos de tiros.

Testemunhas

vão acusar

PMs da Rota

As duas testemunhas da morte de Luís Carlos de Carvalho, de 21 anos de idade, baleado pelos PMs da Rota 345, na última sexta-feira, vão depor hoje à tarde no 43.º Distrito Policial, Cidade Adeimar, que pretende apurar o tiroteio ocorrido na tarde daquele dia na casa da rua Quatro, no Jardim Itapura.

Daivo Pereira Nicanor e Maria José dos Santos, as duas testemunhas, moradores na casa que teria sido invadida por Luís Carlos antes de ser morto pela polícia, prometeram ontem à família do rapaz que, apesar das ameaças para que confirmassem a versão policial, vão contar toda a verdade sobre a morte de Luís Carlos, que tinha várias passagens na polícia por furtos e pequenos delitos.

Para a mãe do rapaz, que não nega tenha ele praticado vários delitos, a morte de seu filho foi uma vingança, pois ele poderia deixar em má situação os investigadores do Delc que “o torturaram, provocando-lhe fraturas na cabeça e na narina”.

Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).

Figura 3

Descriminalização da maconha gera polêmica

Os defensores da descriminalização da maconha costumam dizer, citando estatísticas oficiais, que o consumo dessa erva já está amplamente generalizado entre a juventude. Com isso não concorda o constituinte mais jovem do país, o deputado Cássio Cunha Lima (PMDB-PB), 23. Se depender de sua vontade, o consumo de maconha continuará sendo crime.

Como ele também pensa assim muitos dos membros da Subcomissão da Família e do Menor. Segundo muitos, o que deve ser alterado é o tratamento dado aos dependentes de drogas: em vez de repressão e condenação à prisão, devem receber todo o tipo de assistência médica e terapêutica.

Relaxante

Justificando seu projeto, Genoino diz que a maconha é relaxante e não causa dependência física, podendo ser uma barreira ao consumo de drogas mais pesadas. No entanto, Cunha Lima adverte, referindo-se ao noticiário de jornais durante a sema-

na passada, que os traficantes estão retendo maconha e aumentando seus preços enquanto inundam as cidades com cocaína abundante e barata. A deputada Rita Camata (PMDB-ES), 26, segue uma linha de pensamento parecida com a de Cunha Lima: "E se a maconha não satisfazer mais uma pessoa?"

Batista e socialista, o presidente da Subcomissão da Família e do Menor, deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES), 46, prefere denunciar os "impérios financeiros" atrás do comércio das drogas. "Formam-se aí —diz— verdadeiras fortunas". Aguiar, contudo, é o mais liberal da Subcomissão. Segundo ele, os dependentes da droga devem ser tratados pelo Estado, continuando a recebê-la em doses controladas pelos médicos até que se curem. Do outro lado do espectro, o deputado Sotero Cunha (PDC-RJ), 60, membro da Assembleia de Deus, afirma que o fenômeno das drogas é provocado "por entidades diabólicas que conduzem ao vício". "É —insiste— a atuação do diabo na vida dos homens. Quando o homem se conver-

te à palavra de Deus, o problema se acaba".

Tratamento

A posição contrária à descriminalização da maconha aproxima duas outras adversárias, Cristina Tavares e Sandra Cavalcante. São contra, rigorosamente, a descriminalização. Cristina reconhece que os dependentes devem receber todo o tipo de tratamento. Segundo ela, a maior parte dos crimes no Nordeste ocorre sob a ação da maconha. E lembra um caso recente em que uma pessoa morreu, perto de Recife, com dezenove facadas. Presos, os assassinos confessaram, segundo ela, que tinham fumado maconha antes. Sandra compara a liberação das drogas à "escalada contra a vida", representada também pela liberação do aborto.

Nem os meios de comunicação escapam das críticas. O deputado Iberê Ferreira (PFL-RN), 43, católico não praticante, acusa a televisão de atuar "subliminarmente" com novelas e anúncios a favor da liberação da maconha, do aborto e do fim da família. (TA)

Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).

Figura 4

Servente chora pelo assassinato de 3 de seus 9 filhos em Recife

da Agência Folha, em Recife

Aos 44 anos, a servente pernambucana Vera Lúcia Santos Silva já teve três de seus nove filhos assassinados na Grande Recife (PE).

Na última terça-feira, enquanto a população festejava nas ruas da capital o dia de Nossa Senhora da Conceição (padroeira da cidade), Vera Lúcia Silva e sua família velavam o corpo de Valdeir Santos Silva, 18, atingido por dois tiros ao sair de um salão de pagode na madrugada do dia anterior.

"Já é o meu terceiro filho assassinado por gangues de marginais. Eles comentam com amigos, mandam avisos e fazem ameaças.

Quando acontece a morte, todo mundo sabe quem foi o responsável, mas não dá em nada", disse Vera após o enterro, no cemitério da Várzea (periferia de Recife).

"Tenho certeza de que Valdeir foi morto por integrantes da mesma gangue que matou seu irmão Valdir (21 anos), há quatro meses. Desde que isso aconteceu, Valdeir jurou vingar o assassinato do irmão e passou a andar armado."

Com uma polícia desaparelhada e desmotivada por salários atrasados (desde o mês passado o governo não paga o funcionalismo público) e com a maior produção de maconha do país, Pernambuco apresenta um clima de inseguran-

ça permanente.

Fora de Boa Viagem (zona sul de Recife), onde alguns policiais ainda são vistos, ninguém anda tranquilo pelas ruas da cidade.

Segundo a Unesco, Recife é a segunda capital mais perigosa para jovens entre 15 e 24 anos.

O secretário da Segurança Pública do Estado, Carlos Correia, diz que a violência urbana é resultado dos problemas sociais que atingem o país. "Os pais saem para trabalhar e deixam seus filhos nas ruas à mercê dos marginais. Além disso, o desemprego é crescente e os investimentos federais em educação e saúde são pequenos", disse. (CHRISTIANNE GONZÁLEZ)

Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).

Figura 5

Distração dos turistas facilita ação de assaltantes

da Redação

A distração e o provável relaxamento por estar de férias ou de folga faz do turista uma vítima potencial de furtos.

Em seis cidades litorâneas do país, esse é o tipo de crime que mais frequentemente ocorre com quem está ali a passeio e mesmo com quem mora no local.

Em todas as cidades do litoral paulista e em Natal, houve um aumento no total de furtos entre as temporadas de 96/97 e de 97/98.

"Eles (os turistas) vão com passaportes, máquinas fotográficas e filmadoras para a praia, deixam na areia e vão para o mar. Quando voltam, não acham mais nada", disse Teresa Pezza, responsável pela delegacia de atendimento ao turista no Rio.

Na delegacia, que só atende a turistas estrangeiros, esse é o tipo de ocorrência mais comum. "Eles dizem que no país deles isso não acontece, mas eu tenho dúvidas a respeito", afirmou.

Teresa destaca que todos os hotéis do Rio têm avisos pedindo que os turistas não levem muitos pertences às praias.

O mesmo problema acontece em Natal (RN). A reclamação mais comum na Deatur (Delegacia Especializada de Assistência ao Turista) é o furto de objetos deixados sobre a mesa das barracas da praia de Ponta Negra, uma das mais frequentadas da cidade.

Segundo Antônio Sales Júnior, titular da delegacia, na maioria dos casos o turista deixou seus pertences sobre a mesa e foi para o mar. "É quando o turista fica dis-

traído que ocorre o furto."

Turista "escolado" não é assaltado tanto no Nordeste como em qualquer lugar do mundo. Essa é a conclusão da titular da delegacia do turismo de Salvador, Lindaiá Garcia Mustafa Pereira.

Para ela, apenas o turista descuidado é assaltado. "Ele vem para Salvador, fica embevecido com a beleza do Pelourinho, aí vira uma isca fácil para os ladrões." O desleixo, então, depende do viajante. "Quem está acostumado a viajar não é roubado", afirma.

No Ceará, a polícia destacou 600 homens para trabalhar nos principais pontos turísticos na temporada de verão.

Além de fazer o trabalho de vigilância, os policiais são orientados a prestar informações turísticas aos visitantes.

Tráfico de drogas

Em Cabo Frio e Angra dos Reis (RJ), o consumo e tráfico de drogas são apontados pelos delegados locais como o principal problema da cidade, mesmo em temporada.

"O turista vem aqui, acha a natureza bonita e acha que pode curtir-la melhor fumando maconha", disse o delegado titular de Angra, Rodolfo Waldeck, 36.

Contra esse delito, Waldeck prepara para a temporada blitzes em locais como bares e praias, com cem homens da Polícia Civil.

A preocupação do titular de Cabo Frio, Newton Watzl, 67, é com o aumento do tráfico na época de maior afluência de turistas.

"Nossa cidade tem ocorrências, mas como é bem policiada temos conseguido evitar o aumento de problemas", afirmou.

Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).

Figura 6

Dropes

★ Dois roletes de madeiras enfiados nos lóbulos das orelhas, calça jeans, tenis gasto e desbotado, camiseta branca com um desenho do filme E.T. no peito, um índio foi preso às 17 horas de ontem na praça da Sé, por cavalariaos da Polícia Militar, sob a acusação de porte de sementes de **maconha**; dois cavalariaos algemaram suas mãos às costas e o conduziram até o alto da escadaria da catedral, onde confiscaram seus pertences: uma sacola de lona vermelha, outra verde, e uma estreita esteira de palha.

Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).

Figura 7



Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).

Paul McCartney preso no Japão com maconha

TÓQUIO (UPI) — O ex-Beatle Paul McCartney foi detido pela alfândega do aeroporto de Tóquio com meio quilo de maconha escondido na bagagem, anunciaram ontem as autoridades.

Previamente, os oficiais haviam encontrado um pacote de substância suspeita na bagagem de McCartney e o submeteram a um interrogatório.

A polícia japonesa informou que McCartney, de 37 anos, estava viajando com um visto de turista e que pretendia fazer uma excursão de 11 dias pelo Japão.

Paul McCartney havia sido anteriormente proibido de entrar no Japão por causa de sua condenação, em 1973, por posse de drogas na Suécia.

As autoridades não informaram se McCartney seria liberado ou se ficaria preso até novo interrogatório.

A "marihuana" que foi encontrada na bagagem de McCartney está avaliada em 600 mil ienes (aproximadamente 3.000 dólares) e estava dividida em oito pacotes, segundo os funcionários da alfândega.

Eles suspeitam que a droga se destinava ao consumo do próprio músico. Segundo a polícia, McCartney poderá ser condenado a até sete anos de prisão e trabalhos forçados.

A polícia tem dado grande atenção à entrada de drogas no país, principalmente entre os músicos estrangeiros que visitam o Japão.

Previamente, a organização de sua excursão havia solicitado um visto especial para que McCartney entrasse no Japão, mas este foi negado pelo Ministério da Justiça devido aos antecedentes do cantor.

No início de 1979, Paul McCartney lançou um novo álbum com o grupo Wings e anunciou uma excursão mundial, que incluiria apresentações no Japão.

No entanto, o governo japonês demorou cinco semanas para conceder os vistos à equipe de McCartney, pois havia dúvidas sobre sua entrada no país devido ao seu envolvimento anterior com drogas.

Figura 8

McCartney fica na prisão mais dez dias

O Tribunal do Distrito de Tóquio aceitou ontem um pedido da Promotoria da capital japonesa para manter Paul McCartney preso durante mais 10 dias para submetê-lo a interrogatórios. Um porta-voz da promotoria disse que o ex-Beatle permanecerá detido até se tomar uma decisão sobre se será acusado ou libertado.

Mesmo assim, o porta-voz disse que um juiz poderia conceder liberdade sob fiança ao cantor. Isso lhe permitiria abandonar o país já que no Japão não se proíbem as viagens dos suspeitos livres sob fiança. Algumas versões da imprensa japonesa indicaram que é provável que ele seja expulso sem serem formuladas acusações formais.

O ex-Beatle está preso desde quarta-feira, quando funcionários alfandegários do aeroporto de Narita encontraram mais de 200 gramas de maconha em sua bagagem. O cantor disse que a havia conseguido com amigos nos EUA e que destinava-se a seu próprio consumo, durante a planejada excursão de 11 concertos com seu grupo "Wings" — pelo Japão.

O ex-Beatle, depois de interrogado ontem no Departamento de Narcóticos, foi levado de volta à Penitenciária. Uns 200 jovens gritavam "Paul, Paul", quando McCartney saiu do edifício. O cantor saudou com a mão e respondeu com um "hello".

As autoridades disseram que McCartney mostra-se "cooperativo" nos interrogatórios, mas não deram detalhes da investigação. Um informante indicou que o cantor e compositor mostrou-se preocupado por sua mulher e filhos, que o acompanhavam e que permanecem num hotel.

O representante de McCartney disse que os policiais de narcóticos apresentarão amanhã provas adicionais, com a finalidade de prolongar a detenção.

Os investigadores querem saber quem forneceu a droga a McCartney e por que o ex-Beatle a levou ao Japão, já que conteria a rígida legislação antitóxica do país.

Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).

McCartney fica na prisão mais dez dias

O Tribunal do Distrito de Tóquio aceitou ontem um pedido da Promotoria da capital japonesa para manter Paul McCartney preso durante mais 10 dias para submetê-lo a interrogatórios. Um porta-voz da promotoria disse que o ex-Beatle permanecerá detido até se tomar uma decisão sobre se será acusado ou libertado.

Mesmo assim, o porta-voz disse que um juiz poderia conceder liberdade sob fiança ao cantor. Isso lhe permitiria abandonar o país já que o Japão não se opõe às viagens dos suspeitos livres sob fiança. Algumas versões da imprensa japonesa indicaram que é provável que ele seja expulso sem serem formuladas acusações formais.

O ex-Beatle está preso desde quarta-feira, quando funcionários alfandegários do aeroporto de Narita encontraram mais de 200 gramas de maconha em sua bagagem. O cantor disse que a havia conseguido com amigos nos EUA e que destinava-se a seu próprio consumo, durante a planejada excursão de 11 concertos com seu grupo "Wings" pelo Japão.

O ex-Beatle, depois de interrogado ontem no Departamento de Narcóticos, foi levado de volta à Penitenciária. Uns 200 jovens gritavam "Paul, Paul", quando McCartney saiu do edifício e o cantor saudou com a mão e respondeu com um "*hello*".

As autoridades disseram que McCartney mostra-se "cooperativo" nos interrogatórios, mas não deram detalhes da investigação. Um informante indicou que o cantor e músico mostrou-se preocupado por sua mulher e filhos, que o acompanhavam e que permanecem num hotel.

O representante de McCartney disse que os oficiais de narcóticos apresentarão amanhã provas adicionais, com a finalidade de prolongar a detenção.

Os investigadores querem saber quem forneceu a droga a McCartney e por que o ex-Beatle a levou ao Japão, onde continua a rígida legislação antidrogas do país.

Figura 9



Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).

McCartney ainda na cadeia

O ex-Beatle Paul McCartney continua preso em Tóquio desde a última quarta-feira, quando foi surpreendido no aeroporto com 219 gramas de maconha na bagagem.

McCartney, que pode ser condenado de três a sete anos de prisão, está sendo mantido em cela isolada, num quarto sem janelas e com uma luz acesa 24 horas por dia. Ele recebe comida japonesa, dorme em uma esteira e é obrigado a levantar às sete da manhã.

Ontem, quando Linda Eastman McCartney foi visitá-lo pela primeira vez, levou-lhe uma camisa branca e frutas. Linda disse que ele se sente "bem", mas que teme o que possa acontecer. O filho do casal, James, de dois anos, está com ela no Japão.

Paul McCartney já teve problemas com a polícia por posse de maconha em outras ocasiões. Em 1972, foi multado por cultivar plantas de maconha em sua fazenda na Escócia. Em 1975, foi detido em Los Angeles por posse de maconha, mas liberado após pagamento de fiança.

Em novembro de 1980, as autoridades japonesas haviam negado visto de entrada a McCartney, mas depois reconsideraram, permitindo que ele viajasse ao país para a série de shows que faria com o grupo Wings.

A prisão de McCartney ocorreu no momento em que ele desembarcava no aeroporto de Narita. Ao revistarem sua bagagem, os fiscais da alfândega encontraram a maconha escondida em uma das malas. O músico ainda não pôde se encontrar com seu advogado.

No momento, segundo as autoridades, ele está sendo investigado e ainda não há previsão de julgamento. O governo britânico acompanha de perto o caso.

Os promotores de eventos que haviam contratado McCartney para a turnê no Japão tentam encontrar uma solução, mas os ingressos para os shows já estão sendo reembolsados. Fãs do ex-Beatle realizaram pequenas manifestações pedindo sua libertação.

Figura 10



Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).

McCartney, em liberdade, viaja de volta a Londres

TÓQUIO - (AP) - Paul McCartney foi posto em liberdade e deixou o Japão ontem, após nove dias de prisão sob a acusação de posse de maconha. Ele embarcou num voo para Londres, encerrando assim um episódio que causou grande repercussão no país.

O cantor, de 37 anos, voltou para Londres via Anchorage, no Alasca, acompanhado por funcionários da companhia aérea. Ele não fez declarações ao deixar o Japão, mas aparentava estar aliviado.

Na Inglaterra, companheiros de McCartney, além de sua mulher, Linda, e seus filhos, aguardavam ansiosamente sua chegada. Durante sua detenção, Linda visitou o ex-Beatle e levou-lhe roupas e alimentos.

A decisão de deportar o músico em vez de processá-lo foi tomada pelo Ministério da Justiça japonês, que alegou que sua permanência no país não era desejável. "Consideramos que sua deportação era a melhor solução para o caso", disse um porta-voz do ministério.

A prisão de McCartney ocorreu no dia 16 de janeiro, quando ele desembarcava no aeroporto de Narita. Fiscais da alfândega encontraram 219 gramas de maconha em sua bagagem. Desde então, ele estava detido em um centro de imigrantes, onde ficou isolado e submetido a rígidas regras disciplinares.

A revelação de sua prisão e a quantidade de droga encontrada causaram surpresa e polêmica, tanto no Japão quanto no exterior. McCartney poderia ter sido condenado a até sete anos de prisão, mas acabou sendo apenas deportado, sem acusações formais.

Seus advogados trabalharam intensamente para garantir sua libertação, e a decisão final das autoridades japonesas evitou um processo judicial prolongado.

Fãs do ex-Beatle, que haviam comprado ingressos para os shows cancelados de sua banda, os Wings, realizaram protestos e lamentaram a perda da oportunidade de vê-lo ao vivo.

"Quero ver meu marido, quero vê-lo em casa", disse Linda McCartney à imprensa antes do retorno do músico.

McCartney embarcou para Londres em um voo comercial e deve se pronunciar sobre o caso ao chegar à Inglaterra.

Figura 11

Entre apitos e balas

Fernando Molica

RIO DE JANEIRO — O Congresso Nacional discute uma proposta que elimina a possibilidade de cadeia para o usuário de drogas e aperfeiçoa a repressão ao tráfico.

Ontem, aqui neste mesmo espaço, foram citados dois grupos de jovens que, em comum, tem apenas o universo das drogas: uns fumam **maconha** na praia de Ipanema; outros fazem tráfico em favelas.

Os primeiros brincam com a polícia que tenta reprimir a prática: usam apitos para avisar o resto do grupo que está na hora de apagar o baseado.

Os outros não têm lá muito tempo para brincadeiras. Entre eles, as drogas são, em primeiro lugar, produtos que devem ser comercializados. Na falta de outras opções, é um trabalho. Só que, por aqui, a polícia não é recebida com apitos, mas com balas.

Os primeiros vivem na mesma órbita dos legisladores. Ao deixar de punir o consumo, nossos parlamentares atendem a um certo clamor social e previnem eventuais problemas domésticos.

O projeto é um avanço: permite, ainda que de forma tímida e indireta, abrir caminhos para uma discussão que reconheça diferenças entre dependentes e

simples consumidores de drogas.

A sociedade, afinal, há muito diferença alcoólatras dos que apenas bebem com alguma frequência. Isso em país em que o tolerado e até incentivado consumo de cachaça supera o de cocaína em quantidade e em geração de problemas.

O projeto carrega uma contradição: na prática, o consumo de drogas será liberado, mas a repressão ao abastecimento desse mercado deverá ser aperfeiçoada.

Mas o objetivo da repressão ao tráfico não é dificultar o consumo? Se não há maiores problemas no consumo não seria mais lógico partir para a descriminação total?

Se aprovada, a lei vai ser boa para o primeiro grupo e péssima para os integrantes do segundo: estes deverão ter maiores dificuldades para abastecer seus clientes, inclusive os da galera do apito.

Pior: se a polícia chegar na hora da transação, os primeiros ficarão sem as drogas; os outros irão para a cadeia.

Não dá para negar que, apesar de suas boas intenções, a lei honra uma tradição brasileira: alivia os mais ricos e dificulta a vida dos mais pobres.

Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).

Figura 14



Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).

Figura 15

CAMPANHA

Para Groisman, informação é a melhor arma contra drogas

da Redação

Droga é um assunto mais que recorrente no cotidiano dos adolescentes, mas as discussões sobre o tema ainda são repletas de desinformação e moralismo. Para mudar esse quadro, Serginho Groisman, do "Programa Livre", do SBT, propõe uma campanha de esclarecimento.

O programa não vai levantar a bandeira da legalização ou do endurecimento da repressão contra o consumo de drogas, mas Groisman quer aproveitar o alcance da TV para ampliar o debate sobre o tema entre os jovens.

Para o apresentador, a redução no uso de drogas se dá com maior eficácia por meio da informação, e não pelo terror. "Não adianta ficar dizendo por aí que **maconha**, por exemplo, pode causar impotência ou morte. Cada um reage de uma maneira diferente à droga", diz.

Groisman defende um tratamento mais científico e menos histérico para a questão. Para ele, algo como o que é feito em relação ao tabaco deveria ser aplicado às drogas mais consumidas. Ele se refere aos pacotes de cigarro, que trazem advertências do Ministério da Saúde sobre a maior ocorrência em fumantes de doenças como enfisema, câncer pulmonar, doenças cardíacas e derrames cerebrais.

"O jovem deve ser informado com exatidão a respeito dos reais malefícios causados pela **maconha**, pela cocaína, pelo crack e pelo ecstasy, por exemplo. Quero que alguém do Poder Executivo, do Legislativo ou uma organização não-governamental encampe essa minha proposta e dê início a uma ampla campanha sem moralismo, com muito esclarecimento e que use uma linguagem próxima do universo dos adolescentes", diz.

Groisman pretende redigir algumas linhas gerais de sua proposta e encaminhá-la ao ministro da Saúde, José Serra, ao senador Eduardo Suplicy e ao pessoal da Associação Parceira Contra as Drogas.

Aborto

A mesma política de esclarecimentos que Groisman defende para a questão das drogas também deveria ser utilizada para informar os adolescentes sobre os perigos de um aborto, que é proibido por lei, mas vastamente praticado na clandestinidade.

"Sinto uma certa falta de coragem das autoridades no tratamento desses temas. Admiro iniciativas como as de algumas secretarias da Saúde que distribuem seringas aos usuários de drogas injetáveis, por exemplo", afirma o apresentador.

"Acho que a informação pode ser a principal arma do adolescente para evitar a gravidez, assim como a dependência das drogas", conclui Groisman.

(FMC)



O apresentador Serginho Groisman, do "Programa Livre"

Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).

Para Groisman, informação é a melhor arma contra drogas

Da Redação

Droga é um assunto mais que recorrente no cotidiano dos adolescentes, mas as discussões sobre o tema ainda são repletas de desinformação e moralismo.

Para mudar esse quadro, Serginho Groisman, do "Programa Livre", do SBT, propõe uma campanha de esclarecimento.

O programa não vai levantar a bandeira da legalização ou do endurecimento da repressão contra o consumo de drogas, mas Groisman quer aproveitar o alcance da TV para incluir o debate sobre o tema entre os jovens.

Para o apresentador, redução do uso de drogas se dá com informação, e não com repressão. "Não adianta simplesmente dizer que faz mal. É preciso mostrar o porquê", afirma.

O jornalista defende que a advertência sobre drogas seja clara e baseada em fatos reais, como as campanhas do Ministério da Saúde sobre os malefícios do tabaco. Cada vez mais, os comerciais alertam para os danos causados pelo cigarro, relacionando-o a doenças como câncer de pulmão, doenças cardíacas e derrames cerebrais.

"O jovem deve ter informação correta sobre os reais malefícios causados pela maconha, cocaína, crack e outras drogas. Se ele sabe, por exemplo, que o uso do cigarro está ligado ao câncer de pulmão, precisa entender também os efeitos da maconha no organismo", explica.

Groisman pretende redigir algumas linhas gerais de sua proposta e encaminhá-las ao Ministério da Saúde, ao senador José Serra, ao senador Eduardo Suplicy e ao presidente da Associação Parceria Contra as Drogas.

A mesma política de esclarecimento que Groisman defende para as drogas também pode ser aplicada a outras questões polêmicas, como o aborto.

"Esse é um tema que precisa ser discutido de maneira mais aberta. O jovem precisa estar bem-informado para não tomar decisões precipitadas", afirma.

"Sinto uma certa falta de conhecimento sobre esses temas. Admiro muito o trabalho do Ministério da Saúde que tem investido em campanhas sobre a Aids. Os jovens precisam de informações claras e acessíveis", conclui.

Figura 16



Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).

Aluno de escola particular usa mais drogas

Pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) divulgaram um estudo mostrando que o consumo de drogas é maior entre alunos de escolas particulares do que entre os estudantes da rede pública

O levantamento revela que 25% dos alunos do ensino médio da rede privada já experimentaram maconha, enquanto na rede pública esse índice é de 7%. O estudo analisou um universo de 1.802 adolescentes entre 14 e 18 anos, de diferentes estados do Brasil.

Os pesquisadores apontam que o maior poder aquisitivo e o acesso facilitado às drogas podem explicar os números mais elevados entre os estudantes de escolas particulares.

"Na escola particular tem mais gente que usa. É mais fácil conseguir, porque a turma tem dinheiro para comprar", conta um estudante de 17 anos, que preferiu não se identificar.

Outro jovem, de 16 anos, afirmou que a influência do grupo é determinante: "Se um começa a usar, logo tem mais gente querendo experimentar. É algo meio normalizado."

Os especialistas recomendam que escolas e famílias trabalhem juntas para informar os adolescentes sobre os riscos do consumo de drogas.

"O melhor caminho é a informação e o diálogo aberto, sem tabu", afirma um dos pesquisadores envolvidos no estudo.

Figura 17

Perigo

Um em cada três estudantes de nível colegial de Brasília consome ou já experimentou drogas.

É o que constatou pesquisa realizada pelo "Jornal de Brasília" entre 500 alunos de vários colégios.

*A **maconha** é a droga mais usada, seguida pelo cheiro de éter e pela cocaína.*

Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).

Figura 19



Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).

Figura 20

CONTRAPONTO**E o mundo mudou**

Fernando Gabeira (PV-RJ) talvez seja a maior expressão no Congresso da geração sexo, drogas e rock do final dos anos 60. E faz questão de demonstrar isso.

Recentemente, cruzou com os deputados José Múcio Monteiro (PFL-PE) e Marcelo Deda (PT-SE) à saída do Congresso:

— Zé Múcio, que bom te ver. Eu estou querendo ir mesmo a Pernambuco — disse.

— Que bom! Fazer o quê? — perguntou José Múcio.

— Levar ao Arraes umas boas

sementes de **maconha**.

José Múcio fez pouco caso.

— Ih, Gabeira. Já tem muita **maconha** em Pernambuco.

Gabeira sacou seu trunfo:

— Mas essa **maconha** é especial, geneticamente manipulada. É para ser usada na indústria têxtil. Não tem o princípio ativo.

Marcelo Deda não resistiu:

— Esse final de século deve ser mesmo frustrante para um cara da sua geração, Gabeira. Imagine só: sexo sem contato e maconha sem barato.

Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).

Figura 21

CONTRAPONTO**Cuidando das bases**

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara realizou recentemente uma audiência pública sobre drogas.

Entre os convidados, o general Alberto Cardoso (Segurança Institucional) e Walter Maierovitch, secretário nacional Anti-drogas.

No plenário, o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), que defende a descriminalização do uso da **maconha**, bateu duro na “Operação Mandacaru”, uma iniciativa do governo federal para erradicar pés de **maconha** em Per-

nambuco.

— É terrorismo cultural! — disse Gabeira, para espanto de Cardoso e Maierovitch.

Gabeira prosseguiu, cada vez mais exaltado:

— É uma operação inspirada no costume medieval de sair queimando tudo.

E arrematou, provocando risos do general, do secretário e da platéia:

— Se os lavradores do Acre tivessem fumado **maconha**, não teriam votado em Hildebrando Pascoal!

Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).

Figura 22

Lei do mercado

A força-tarefa do governo federal que está em Pernambuco descobriu na sexta que as áreas de **macaíba** erradicadas há uma semana foram replantadas. A fim de garantir a safra e o abastecimento de Carnaval.

Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).

Figura 23

VIDA BANDIDA*O pacote***VOLTAIRE DE SOUZA**

Tempo de crise. Rafael era microempresário. Ele estava preocupado. "Tudo vai mal. E quando baixarem o pacote?" Ele não tinha dúvidas. "Vem um pacotão." Ele via o horário político. "Eles não falam. Mas o pacote vem aí." Fechou a oficina. No caminho de casa, uma correria. Policiais perseguiram um garoto. Rafael viu uma coisa voando. Um pacote. Caiu no chão. Rafael pegou. Em casa, desembulhou o papel pardo. Quase dez quilos de **maconha**. Hoje, Rafael dedica-se ao tráfico de drogas. "Nem me preocupo mais com nota fiscal." *Na crise, prospera sempre a ilusão.*

Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).

Figura 24

CONTRAPONTO**Baseado na Constituição**

O deputado João Paulo (PT-SP) discursou na Câmara, na quinta, protestando contra a prisão em Brasília de músicos do Planet Hemp, por suposta apologia do uso da **maconha**.

Depois de argumentar que a prisão feria o direito constitucional de liberdade de expressão, João Paulo leu algumas letras das músicas da banda.

Nessa hora, Nilson Gibson (PSB-PE) protestou e pediu a Heráclito Fortes (PFL-PI), que presidia a sessão, que retirasse

das notas o pronunciamento de João Paulo. Argumentou que ele feria o decoro parlamentar.

Fortes foi inflexível:

— A Mesa não fará isso. Até porque o discurso do nobre deputado foi baseado em suas convicções pessoais.

Arnaldo Faria de Sá (PPB-SP), que acompanhava a escaramuça no plenário, aproveitou a deixa.

— O quê?! Baseado, sr. presidente?! Baseado?! Até o sr.?! — gritou, em referência à gíria para cigarro de **maconha**.

Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).

Figura 25

Supergogó

O Planalto orientou o Ministério da Justiça e a Polícia Federal a “bater bumbo” no combate ao narcotráfico. FHC avalia que isso dá ao governo uma trégua na mídia (tira de foco o noticiário econômico e político). A ordem é falar em “bandeira permanente”, “megaoperação”, “cerco ao polígono da maconha”, “plano especial” etc.

Fonte: Folha de São Paulo, (s.d).